CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ENTRE O ATLÂNTICO E A ATLÂNTICA: (RE)EXISTÊNCIAS EM MOVIMENTO

Cristhiane Silva de Albuquerque Souza
(Cristhiane Malungo de Albuquerque Souza)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários para defesa de dissertação de Mestrado

Orientador(a): Profa. Dra Fátima Lima

Rio de Janeiro
Dezembro de 2021

ENTRE O ATLÂNTICO E A ATLÂNTICA: (RE)EXISTÊNCIAS EM MOVIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em mestre em relações étnico-raciais.

Cristhiane Silva de Albuquerque Souza
(Cristhiane Malungo de Albuquerque Souza)

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Fátima Lima (UFRJ - CEFET/RJ) (orientadora)

Professora Dra. Maria Batista Lima (UFS)

Educadora Clatia Regina Vieira (FEMNegras-RJ)

Professor Dr. Roberto Carlos Borges (CEFET/RJ)

SUPLENTES

Professora Dra. Talita Oliveira (CEFET-RJ)

Professora Dra. Luiza Rodrigues (UFF)

Rio de Janeiro
Dezembro de 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S729 Souza, Cristhiane Silva de Albuquerque
Entre o Atlântico e a Atlântica: (re)existências em movimento / Cristhiane Silva de Albuquerque Souza. — 2021.
146f. : il. color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 141-146
Orientadora: Fátima Lima

1. Mulheres negras - Brasil. 2. Racismo. 3. Movimentos sociais. 4. Feminismo. I. Lima, Fátima (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas a mulheres negras, em especial, as minhas irmãs do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai do Céu e ao povo todo lá de cima, por sempre cuidarem de mim, por me acalentarem, me acudirem e me inspirarem, em especial quando tudo virava um caos. Por não me deixarem ter dúvida de que Deus não está acima de todos, Ele habita e se faz amor encarnado no meio de nós.

À minha mãe e ao meu pai, que sempre nos ensinaram a sonhar com dias melhores. Com vocês, eu aprendi o que significa amar, dividir e ter fé. Mãe, seu amor, disfarçado de cuscuz me sustentou até aqui. Pai, seus escritos e histórias do Alto do Mandu me inspiram em cada texto que eu escrevo. Eu amo vocês.

Aos meus irmãos Alisson e Ivson e a minha irmã, Rosely, que me ensinaram a entender e vivenciar as diferenças, a ser rápida, para não perder o lugar no sofá pequeno, a dividir milimetricamente o último pão doce e a praticar a arte da argumentação. Por nunca me deixarem me sentir sozinha, por tantas gargalhadas... Nosso amor me sustenta.

Ao grande amor da minha vida, meu filho Jetro, o amor que transbordou e se fez gente. Seus abraços e o “eu te amo, mãe”, no meu ouvido, me enchem de vida. Você enche de sol todos os dias chuvosos. Mamãe também te ama. Acabou, filho! Mamãe *tá* de volta.

Às minhas sobrinhas e aos meus sobrinhos por fazerem a minha vida muito mais colorida, barulhenta, divertida, antenada e cheia de afeto. A vida é muito mais legal com vocês.

Às minhas cunhadas e aos meus cunhados, como sou uma mulher de sorte. Obrigada por me acolherem, por estarem nos momentos especiais e dolorosos da minha vida.

Aos meus bichanos, que avacalharam meus livros, sapatearam meu teclado, me distraíram e me ensinaram um tipo de amor e cuidado que eu nem imaginava que existisse. Shayenny, Laranjinha, Figura e Zangado, vocês ganharam meu coração.

À Malungada do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER), minhas e meus colegas de mestrado, às minhas professoras e aos meus professores, porque vocês foram fundamentais nessa jornada, fazendo do espaço acadêmico um espaço político, de afetos e encontros. Ao grupo Ori, que literalmente cuida da minha cabeça, me inspira e fortalece. A vocês, minhas irmãs e irmãos, que me acompanham nessas rotas de cura e liberdade, todo o meu afeto.

Às minhas irmãs e aos meus irmãos, sacerdotisas e sacerdotes, das mais diferentes religiões e denominações, por me ajudarem a manter a relação com o divino, com o sagrado, em tempos tão sombrios, que nos abrem tantas feridas. As bênçãos, terços, novenas, as interpretações de sonhos, as palavras, rezas e orações... esse amor me sustenta e me acalanta.

Às minhas amigas e aos meus amigos do sereno, do café com leite, do trabalho, que partilham da minha mesa, de umas paradinhas, das festas, das rezas, da militância, das ocupações, dos subgrupos feitos na moita no WhatsApp, que a família trouxe, dos tamancos voadores, do pé na porta, dos livros e escritos, do colo, dos abraços demorados, gargalhadas que se escuta longe, das discussões políticas... para quem chegou faz tempo e quem brotou agora, obrigada por me fazerem tão feliz.

À minha banca, MUITO OBRIGADA pela generosidade de vocês em aceitar participar da minha BANCA DOS SONHOS: pessoas que fazem parte da minha história, que são minhas referências e que eu amo de verdade.

À Maria Batista, minha irmã de luta, de vida, minha inspiração. Você nunca desistiu de mim. À minha orientadora, Fátima Lima, às vezes vendaval, às vezes brisa mansa, mas que sempre me coloca em movimento e me impulsiona a não desistir. Nunca largou minha mão! Clátia Vieira, é uma honra compartilhar esse momento com você. A gente, que divide tantos perrengues e tamancos voadores, é chegada a hora de colher alguns frutos e celebrar. Esse texto é nosso: nossos sonhos, suores, lágrimas e gargalhadas. Talita Oliveira, minha amiga de infância de um enredo inventado por nós, que tem me encorajado tanto, me ajudado nas minhas escritas e dividido muitas gargalhadas, não vejo a hora desse abraço sair. Roberto Borges, meu primeiro professor depois de 20 anos. Esse processo foi cheio de afeto, amizade, gargalhadas e críticas cirúrgicas e esperançosas. Sua voz de locutor falando: “Vamos nega, você consegue”, me acompanhou e foi fundamental para eu chegar até aqui.

A todas as pretas e todos os pretos, em especial as pretas do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro: o encontro com vocês é revolucionário. O Quilombo vive! Às pretas que preparam o terreno, Neusa Pereira das Dores, Joselina da Silva, Vanda Ferreira, Maria Alice, Rute Pinheiro, Glorinha, Joana Angélica, Kenya Mello, às que têm caminhado mais de perto, Ana Gomes, Luciene Lacerda, Josina Cunha, Regina Silveira, Dolores Lima, Clatia Vieira, Dayse Gomes, Daniella Gomes, Layza Gomes, Elza Serra, Luciana Ribeiro, Adriana Bernardino, Vanderlea Aguiar, Alessandra Miranda, Neide Jane, Ruth Salles, Marcelle Esteves, Ignez Teixeira, Edmeire Exaltação, Andressa Oliveira, Rosi Freitas, Bia Onça, Mira Caetano, Rosilene

Torquato, Aduni Benton, Ana Cristina, Eliana Arruda e às que estão chegando agora, Layzinha Griot e Ana Julia Bernardino. UBUNTU!

Muita gente pensando: e o Rolf? Eu adoro um drama e um disse me disse. Ao meu companheiro de vida, que diz ser refém, junto com o Jetro, das minhas transformações durante o processo de escrita. Nunca deixou de me incentivar, seja nas bobeiras para me fazer rir, na preocupação para que não faltassem os livros, os equipamentos, as leituras e calorosas discussões, a água, o café com leite e o cafuné. Rolf Me ensinou a entender e a percorrer as ruelas e a imensidão de vidas compartilhadas, as dores e delícias do amor. Meu coração é seu!

A vocês, todo meu afeto, todo meu respeito.

Silvia Regina, Neuza Santos e Tia Gaucha, do Orun, olhai por nós.



RESUMO

Entre o Atlântico e a Atlântica: (re)existências em movimento

As experiências diaspóricas das mulheres negras brasileiras são marcadas por movimentos de resistência, lutas e enfrentamentos às condições de violências e opressões. Em um processo contínuo e múltiplo, sejam nos tabuleiros das quituteiras, nas organizações dos quilombos, nos movimentos de revolta, nas organizações negras pós-abolição ou através dos movimentos de mulheres e feminista negro, nós, mulheres negras, criamos, ampliamos e consolidamos estratégias e ferramentas de (re)existências. A partir do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras-RJ), que é fruto dos primeiros encontros de mulheres negras no Brasil, realizados na década de 1980, esta pesquisa analisa, com base em quatro atividades desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ – a live Pauta Preta Livre, o Fórum Permanente de Diálogo com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco e as campanhas "Violência contra mulher é crime" e "Eu voto nas pretas" – como o FEMNegras-RJ, em seus discursos e práticas, constrói e organiza agendas e estratégias políticas de enfrentamento às condições de opressões raciais, de classe, ao sexismo, bem como outros eixos de opressão interseccionalizados. Tendo a Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, como a *griot* que nos apresenta, esta pesquisa tem como posicionamento político falar com as ***pretas***, sobre nós e nossas histórias e como nossa diversidade de trajetórias e existências se encontram nos movimentos de mulheres negras feitos nas ruas, com megafones, e nos livros.

Palavras-Chave: Movimento de Mulheres Negras; Fórum Estadual de Mulheres Negras; Racismo; Marcha das Mulheres Negras; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The diasporic experiences of Brazilian Black Women are marked by resistance movements, struggles and confrontations with the violence and oppression. In a continuous and multiple process, whether on *tabuleiros das quituteiras*, in quilombo organizations, in revolt movements, in post-abolition black organizations or through Black Women's and feminist movements, we, Black Women, create, expand, and consolidate strategies and tools of (re)existences. From *Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro* (FEMNegras-RJ), which is the result of the first meetings of black women in Brazil, held in the 1980s, this research analyzes, through four activities developed by FEMNegras-RJ – Live Pauta Preta Livre, the Permanent Forum for Dialogue with ALERJ – Councilor Marielle Franco (Fórum Permanente de Diálogo com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco) and the campaigns Violence against Women is a Crime and I Vote for Black Women (Violência contra mulher é crime e Eu Voto nas Pretas) – as FEMNegras-RJ, in its speeches and practices, builds and organizes agendas and political strategies to fight the conditions of racial, class oppression, sexism, as well as other intersectionalized axes of oppression; Having the March of Black Women of Rio de Janeiro (Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro), as the griot that presents us, this research has the political position of talking to black women about us and our histories and how our diversities of trajectories and existences meet in the movements of black women made. on the streets, with megaphones and on books.

Key words: Black Women's Movement; State Forum of Black Women; Racism; Black Women's March; Social Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 –	Neusa Pereira e Edmeire Exaltação, na V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Inverno de 2019.	14
Fotografia 2 –	Montagem com imagens da abertura da V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro	18
Fotografia 3 –	O encontro de gerações. Abertura da V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.	18
Fotografia 4 –	V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro	20
Fotografia 5 –	V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro	21
Fotografia 6 –	V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro	22
Fotografia 7 –	31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília/2018	25
Fotografia 8 –	Sojourner Truth	35
Fotografia 9 –	Ida B. Wells, em 1920	37
Fotografia 10 –	Almerinda de Farias Gama – Panfleto das Eleições de 1934	40
Fotografia 11 –	Almerinda na Eleição de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte, 1933	41
Fotografia 12 –	Participantes do II Congresso Internacional Feminista – Recreio dos Bandeirantes/RJ, 1931	41
Fotografia 13 –	Panfleto de Campanha – Eleições de 1934	42
Fotografia 14 –	Capa do livro do Padre David Francisquini, 2017	46
Fotografia 15 –	Manifestações Públicas contra a Ideologia de Gênero	47
Fotografia 16 –	Propaganda convocando para Manifestação da família contra a ideologia de gênero nas escolas" na Câmara Municipal de Jaboticabal/SP	47
Gráfico 1 –	Rendimento médio no Brasil em reais por cor/sexo	56
Gráfico 2 –	Pobreza no Brasil em dólar/dia, por cor/sexo	57
Gráfico 3 –	Média salarial no Brasil em reais, por cor/sexo (PNAD Contínua – IBGE, 1° trimestre de 2019)	57
Figura 1 –	Sankofa	58
Fotografia 17 –	Criação da Frente Negra Brasileira (FNB). São Paulo, 16 de setembro de 1931	63
Fotografia 18 –	Grupo Rosas Negras	64
Fotografia 19	1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988	70
Fotografia 20 –	Joselina Silva. 1o Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988	71
Fotografia 21 –	1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988	71
Fotografia 22 –	Ato público na Cinelândia/RJ, em 1983. Lélia Gonzalez discursa pelo Movimento Negro Unificado (MNU)	73
Fotografia 23 –	Marcha de 1988 no Rio de Janeiro/RJ, em 1988	74
Fotografia 24 –	Jornal da Marcha Zumbi +10	74
Fotografia 25 –	Marcha das Mulheres Negras – Brasília, 2015	74
Fotografia 26 –	Montagem de imagens com Ana Júlia	74

Quadro 1 –	Atividades desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ	82
Fotografia 27 –	Diálogos com a Gestão Pública. Plenárias do Fórum de Diálogo na ALERJ.	86
Fotografia 28 –	Montagem com imagens das plenárias e reuniões organizativas do FEMNegras-RJ	86
Fotografia 29 –	Montagem com imagens de atividades dos Fóruns Municipais de Mulheres Negras	87
Fotografia 30 –	Premiação IX Edição das Rosas Negras em homenagem as mulheres de Axé	87
Fotografia 31 –	Premiação da IX Edição das Rosas Negras em homenagem as mulheres de Axé	88
Fotografia 32 –	Prêmio Rosas Negras virtual	88
Fotografia 33 –	Montagem com imagens do projeto Vitrine Negra	89
Fotografia 34 –	Trecho do vídeo da chamada da Campanha: “Violência contra mulher é crime”	97
Fotografia 35 –	Montagem com trechos da Campanha - “Violência contra Mulher é Crime”	100
Fotografia 36 –	Montagem com cards de lançamento da Campanha “Violência contra mulher é crime	101
Fotografia 37 –	Montagem com imagens da Coordenação da pauta Preta Livre	107
Fotografia 38 –	Montagem com imagens dos Cards de divulgação da Pauta Preta Livre	108
Fotografia 39 –	Card de divulgação da Pauta Preta Livre – Campanha eu voto nas Pretas, 2020	108
Fotografia 40 –	Solenidade de Instalação do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro	111
Fotografia 41 –	Solenidade de Instalação do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro	112
Fotografia 42 –	Montagem com as pretas do Fórum de Diálogo Permanente com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco	114
Fotografia 43 –	Montagem com as deputadas eleitas e autodeclaradas pretas ou pardas	115
Fotografia 44 –	Lançamento da Campanha – “Nossa voz, nosso voto, nossa vez”, com candidatas às eleições de 2016, no Clube Renascença, no Andaraí – RJ	117
Fotografia 45 –	Campanha “Eu voto nas pretas – Casa das Pretas, julho/2018	118
Fotografia 46 –	Apresentação das candidatas - Campanha “Eu voto nas pretas – Casa das Pretas, julho/2018	119
Fotografia 47 –	Plenária do Fórum Permanente	127
Fotografia 48 –	Reunião Plenária Ordinária, em 27/02/18, “Intervenção Federal Militar na área da Segurança Pública	128

Fotografia 49 – Montagem com cards das chamadas para as plenárias do Fórum de Diálogos 129
Fotografia 50 – Plenária do Fórum de Diálogos - 30/08/19 129
Fotografia 51 – Reunião Virtual da Plenária do Fórum de Diálogo - “O impacto da pandemia na vida das mulheres pretas: um ano de convívio com a covid-19” – março/2021 130
Fotografia 52 – Montagem com imagens da III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro 132
Fotografia 53 – Montagem com imagens da Roda de Samba – III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro 133
Fotografia 54 – III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro 138
Fotografia 55 – Montagem com imagens da III e V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro 139
Fotografia 56 – III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. 140

SUMÁRIO

Introdução		15
Pretas escrevivências		24
1	**A universalização e os enegrecimentos do gênero**	33
1.1	Os ventos feministas	33
1.2	As ventanias pretas	51
2	**Nossos passos vêm de longe...**	58
2.1	As rotas de fuga e liberdade	58
2.2	As interseccionalidades e os caminhos	64
2.3	Passos cada vez mais fortes e mais longe	67
3	**Há uma revolução a ser feita**	75
4	**Nossas pautas precisam sair das nossas bocas pretas**	90
4.1	Há consenso, companheiras?	90
4.1.1	O papo é reto e preto	96
4.1.2	A pauta é preta e é livre	103
4.2	Fórum de diálogo permanente com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco	109
4.3	Nós por nós: votem nas mulheres negras (FEMNegras-RJ - Manifesto 2016)	115
4.4	É chegada a nossa vez	126
Considerações Finais		131
Referências Bibliográficas		141

“*Minha voz é a voz de todas nós. Há uma revolução a ser feita.”*
(Neusa Pereira, Brasília, Marcha das Mulheres Negras, 2015)



Fotografia 1 – Neusa Pereira e Edmeire Exaltação, na V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Inverno de 2019.
Legenda: Neusa é uma das ***pretas*** mais importantes do Movimento de Mulheres Negras do Brasil. Ela e Edmeire Exaltação são co-fundadoras da Casa das Pretas
Fonte: Rolf Malungo (2019).

Introdução

- Em que área de ativismo você atua? - Ah, mulher preta!

Clátia Vieira[1]

Era um domingo de sol, a orla de Copacabana estava cheia e ainda não eram nem dez horas. Algumas barracas improvisadas iam se organizando em frente ao Posto 4, local combinado para concentração. Eram mulheres *pretas*[2], estendendo suas roupas, colares, brincos, que rapidamente eram vendidos pelas ***pretas*** que conseguiam chegar primeiro, era um pedaço da *Marcha* que poderia ser levado e guardado. Ali perto, outras ***pretas*** iam se espalhando pela rua, já fechada para o evento, produzindo cartazes e pinturas nos rostos e corpos. Apesar do barulho, dava para ouvir as ***pretas*** experientes e habilidosas torcendo, enrolando, laçando os panos nas cabeças das *irmãs*. Aliás, ali, todas se chamavam de ***pretas*** e *irmãs*.

Preta é uma categoria importante, nela se inscreve o reconhecimento e o pertencimento ao grupo. Significa identificar que aquela mulher conhece e compartilha histórias e experiências comuns e, independente do tempo que está no grupo, ela é convocada a se inserir e inserir outras naquela luta comum. Segundo algumas delas, se chamar de ***preta*** faz mais sentido, é uma palavra mais forte que representa as mulheres pobres, faveladas, do morro, domésticas. Chamar de ***preta*** significa estabelecer laços de irmandade e cuidados que se materializa na acolhida: "Quando a gente chega no fórum não quer sair mais, a gente se sente abraçada*"* (Josina Cunha[3]).

Aqui não somos as outras, as *outsiders*, como nos aponta Lorde (2019), nossas diferenças não nos divide, não nos torna estranhas, pois são evidenciadas e a relação entre o que nos difere e o que nos assemelha, amplia nossos encontros e experiências. A diferença nos junta, mas não nos torna um monobloco: "quando nos definimos, quando defino a mim mesma, o lugar em que sou como você e o lugar em que não sou como você, eu não a estou impedindo de unir-se a mim – estou ampliando suas

---

[1] Clátia Regina Vieira, da coordenação ampliada do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, em entrevista a Fabrícia do Nascimento, no livro: SILVA, Joselina (org). O pensamento de/por mulheres negras. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

[2] Nessa pesquisa, irei utilizar tanto a categoria "negra", que oficialmente se instituiu para quem se declara preta/o e parda/o, como também a categoria nativa ***preta****,* com a qual a maioria das mulheres FEMNegras-RJ se autoidentifica, utilizando-a inclusive nas suas comunicações externas e documentos. As categorias nativas serão apresentadas em itálico e negrito. Quando a palavra preta aparecer como adjetivo, esse destaque não será dado.

[3] Integrante do FEMNegras-RJ e uma das entrevistadas na pesquisa. Ver subtítulo "As pretas".

possibilidades de união." (LORDE, 2019, p. 15). Não somos estrangeiras, somos conterrâneas de vidas e experiências.

Na Marcha, é possível observar a "irmandade" (*sisterhood*) encarnada entre as ***pretas***. Mas o que nos irmana? Nas nossas diferenças, na multiplicidade de experiências, memórias, nos emaranhados das nossas existências em que nos encontramos, nos reconhecemos ***pretas***?

Paul Gilroy (2012), ao analisar as conexões transnacionais que marcam a modernidade, as redes de comunicação e trocas estabelecidas no Atlântico, mostra-nos a experiência diaspórica que as populações negras criaram, uma cultura híbrida que não se limitava às fronteiras geográficas ou étnicas. Uma cultura negra transatlântica, que forja e (re)cria sistemas culturais e políticos. Segundo o autor "[...] os navios eram os meios vivos pelos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico' (GILROY, 2012, p. 60). Nesse sentido, a irmandade se forja nos rizomas iniciados no Atlântico, nas raízes que ainda hoje se encontram, se entrecruzam e se expandem. Nós fazemos territórios de encontros, como nos diria Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo (2015)[4], nos ajuntamos sob uma ética confluente, na potência da diferença.

Nesse sentido, nossas identidades também se estabelecem nos impulsos dos nossos encontros, construídas umas com as outras, se fazem nos processos. De acordo com Glissant (2002) a identidade é forjada na multiplicidade, é uma constante construção que se estabelece em via oposta à ideia de essencialismo. A partir dos conceitos de *antilhanidade* e *crioulização*, o autor nos apresenta as dinâmicas identitárias caribenhas que se estabelecem na multiplicidade das identidades da diáspora negra e nos mostra como a cultura permanece viva em várias gerações. Aqui, estabeleço uma conversa com Lélia Gonzalez (2018) e suas reflexões sobre a amefricanidade, em que nossas identidades se constroem nas dores produzidas e sentidas nas Américas, como também, e além dos limites geográficos*,* marca "[...] um processo histórico de imensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica" (GONZALEZ, 2018, p. 336), que se estabelece em contraposição às políticas e aos ideias de miscigenação e embranquecimento que tomam como base as relações de subalternização e inferiorização baseadas na raça.

[4] Antônio Bispo dos Santos

Do outro lado da rua, como quem vê o mar pela primeira vez – e algumas até aquele dia nunca tinham visto o mar - amontoavam-se ônibus, abarrotados de ***pretas***, vindas de todas as direções do estado. Desciam cantando, gritando palavras de ordem, com blusas feitas especialmente para aquele encontro, bandeiras das suas organizações e cidades. Com muitos gritos e comemorações ao avistar as irmãs que há muito não viam, mas com quem há muito já lutavam. Muitas ainda acordavam de uma longa viagem, algumas tinham levado mais de 8 horas para chegar, em vans, ônibus, com o ***aqüé***[5] *contado* e o ***ajeum***[6] partilhado. Alguns desentendimentos também faziam parte, mas logo chegava uma irmã, uma ***preta*** do ***deixa disso,*** e a celebração continuava. Outras choravam assim que avistavam aquele mosaico de mulheres, cores, contornos e texturas.

Eram centenas de mulheres ***pretas*** falando sobre suas conquistas, reverenciando outras ***pretas***, gritando suas lutas, praticando a griotagem, contando histórias com suas músicas, danças e corpos. Era um mar de mulheres que insistiam em dizer que "*resistiam em movimento, por direitos, contra o racismo, o sexismo e outras formas de violência"*[7] e, com grito forte e engasgado, irmanavam-se com tantas outras ***pretas***.

"*Desce! Desce! Desce! Vem, vem, vem pra marcha, vem!"* era o grito de centenas de mulheres ***pretas*** que tomavam a orla de Copacabana, que entre o mar e os prédios, com seus *dreads*, tranças, turbantes e *blacks*, suas palavras de ordem, músicas e danças, chamavam tantas outras ***pretas*** que trabalhavam e nos acompanhavam chorando, limpando, dançando e se escondendo entre as cortinas das janelas e sacadas dos prédios da Avenida Atlântica. Um grito forte e engasgado que visualizava o Quilombo transbordando entre acenos, lágrimas e reverências àquelas ***pretas***, em meio a um território que ainda tem a *inhaca* da Casa Grande.

"*Desce! Desce! Desce! Vem, vem, vem pra marcha, vem!"* Se pensarmos naquelas janelas como as estruturas racistas, muitas de nós desceram. Muitas já haviam descido faz tempo. Outras não aguentaram, subiram. Tantas outras foram consumidas, por dentro, por fora... Outras não conseguem mais descer. Algumas pularam.... outras, nunca mais se soube delas. Eu desci.

---

[5] Aqüé*:* em yorubá, dinheiro.

[6] Ajeum: de origem yorubá, significa comida, a partir da ideia do comer junto, a refeição é comunitária. É o momento sagrado que se faz no coletivo, quando uma comunidade alimenta o corpo e o espírito.

[7] Esse era o lema da I Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.



Fotografia 2 – Montagem com imagens da abertura da V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ



Fotografia 3 – Abertura da V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. À esquerda Layzinha Griot e a direita, Josina Cunha
Legenda: O encontro de gerações
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ

A I Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro foi um dos preparatórios para a Marcha Nacional das Mulheres Negras - contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que aconteceu em novembro de 2015, em Brasília, com mais de 50 mil mulheres ***pretas*** de todo país, em um contexto político de pré-golpe contra um governo democraticamente eleito, que depois se concretizaria com a saída da presidenta Dilma Rousseff. A marcha já identificava um horizonte de muitas incertezas diante de um embrião de correntes fascistas que cresciam e ganhavam força no país e que também, diante do planalto, tentou nos impedir de marchar[8].

A Marcha Nacional das Mulheres Negras seguiu e se transformou em um dos eventos mais importantes organizados por mulheres negras brasileiras e que impulsiona ***pretas*** por todo Brasil até hoje. O Fórum Estadual de Mulheres negras do Rio de Janeiro (FEMNegras-RJ), anualmente, organiza a Marcha em Copacabana, que marca o encerramento das atividades do mês de julho referentes ao dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e dia de Tereza de Benguela[9]. Durante todo o mês de julho, uma série de atividades são realizadas em vários municípios do estado, é também um momento de encontro e celebração das ***pretas*** que fazem parte do FEMNegras-RJ, é um dos principais atos públicos organizados por nós.

A Marcha é um grande encontro anual no qual celebramos, compartilhamos e publicizamos nossas trajetórias, enfrentamentos, conquistas, como também nossas perdas e dores. Ela materializa nossas lutas coletivas e sua construção vai ganhando vida em cada ação realizada pelas ***pretas*** nos seus territórios, nas suas comunidades religiosas, no diálogo com o poder público, nos espaços educacionais, de trabalho, nas nossas produções culturais, políticas, nas nossas relações afetivas e familiares.

> O protesto – como as marchas, passeatas, paradas, ocupações e desfiles pelas ruas –, nos ensina Tilly[10], assume franco objetivo de ser evento público, cuja função é chamar a atenção da sociedade e das autoridades, preferencialmente através dos holofotes ou das notícias impressas através das quais ganham mais visibilidade. Mais

[8] Havia um grupo acampado em frente ao Congresso, reivindicando a volta do regime militar. Durante a marcha, na Esplanada dos Ministérios, dois policiais que participavam do acampamento atiraram para o alto. Também há relatos de que pessoas que estavam no movimento "Fora, Dilma" arremessaram bombas. Apesar da violência e brutalidade, nenhuma mulher negra foi atingida.

[9] O Dia 25 de Julho foi definido como o dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, em 1992, em Santo Domingos, na República Dominicana. Essa data foi reconhecida pela ONU em 1992 e, no Brasil, reivindicada pelo movimento de mulheres negras e instituída, em 2014, através da Lei 12987/2014 como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

[10] TILLY, C. "Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire". *In*: Identities, boundaries and social ties. London: Paradigm, 2005.

> importante do que isso, os atos públicos são fontes privilegiadas para apreender o movimento como um todo: as alianças, as bandeiras, os oponentes, as organizações, as lideranças, os símbolos, as identidades coletivas e os discursos. Ademais, as marchas públicas permitem visualizar a trajetória do movimento social ao longo do tempo, sendo possível a verificação das regularidades dos eventos, bem como as suas possíveis inovações. (RIOS, 2012, p. 42).

Independentemente de fazerem parte do FEMNegras-RJ, a marcha é de ***toda preta que chega***, pois entendemos que o movimento de mulheres negras está na experiência cotidiana de cada uma de nós, pois nossa militância e ativismo se forja na nossa "persistência em não nos acomodarmos em um lugar de subordinação, violência e esquecimento. Ser ativa nos seus processos de vida e não apenas se contentar com a sobrevivência" (FRANÇA, 2021, n. p.)[11]. Segundo Benedita da Silva, "nossa marcha começa quando nós nascemos".[12]



Fotografia 4 – Montagem com imagens da V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro**.**
Legenda: A marcha é de ***toda preta que chega***
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ

[11] FRANÇA, J. "Racismo genderizado e processos de subjetivação: traumas coloniais e reexistências no Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMN/RJ)". Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2021. Em fase de elaboração.

[12] Vídeo da Marcha das Mulheres Negras de Brasilia, 2015.

Realizar a Marcha das Mulheres Negras em Copacabana é uma forma concreta e simbólica da ideia das “Mulheres Negras no Centro do Mundo”. Perguntei para algumas ***pretas*** que fazem parte da organização o porquê da escolha de Copacabana. Isso envolve questões práticas, como o acesso, em função dos transportes, a visibilidade pela mídia e segurança, mas, como disse Ana Gomes[13], trata-se de um AFROafrontamento. O bairro de Copacabana é um símbolo turístico do país e, assim como os outros bairros que compõem a zona sul carioca, é a encarnação concreta de um ideal narcísico de embranquecimento. Segundo Cida Bento, existe um “pacto narcísico da branquitude”:

> é através desse pacto entre iguais que se estabelece e se preserva hierarquias e privilégios raciais, econômicos e políticos, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. (BENTO, 2002, p. 7).

Nesse sentido, aquele mar de mulheres ***pretas*** ocupando um dos metros quadrados mais caros do estado é uma subversão não apenas territorial, mas também um ato de provocar rachaduras e infiltrações nas organizações e representações que forjam aquele espaço e os pactos narcísicos da nossa sociedade. Kilomba (2019) ao dialogar com o mito de Narciso e Eco, faz uma análise a partir da ideia de que narcisista é esta sociedade branca patriarcal na qual todos nós vivemos, que é fixada em si própria e na reprodução da sua própria imagem, tornando todos os outros invisíveis.



Fotografia 5 – V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

[13] Integrante do FEMNegras-RJ e uma das entrevistadas na pesquisa.

Megg Oliveira, ao analisar as categorias “gay” e “bicha”, nos apresenta as diferenças entre a resistência e o ajuste: enquanto “a bicha resiste o gay se ajusta”. (OLIVEIRA, 2017, p. 105), e o não ajustamento das bichas — e aqui eu ampliaria para as ***pretas*** — se caracteriza como as construções fora dos espaços da normatização. A partir dos termos “gay afeminado”, “viado”, “bicha” e “preto/a”, a autora analisa uma outra apropriação feita pelos que são alvos desses termos: se antes utilizados como ofensa, escárnio e humilhação, ao se autodenominarem pretos, viados e bichas — eu acrescentaria aqui as bixas pretas, que inclusive marcam a apropriação a partir de outra grafia — agora tais termos ganham outro sentido.

Na perspectiva do não ajustamento, o AFROntamento se forja no mal-estar do não desejado, que, nesse contexto e território, é inconcebível, pois toca no ponto de sustentação narcísico: não são mulheres buscando inserção ou padrões de semelhança, constitui-se exatamente no campo de batalha de outras referências, narrativas e existências. O AFROafrontamento, como aponta Ana Gomes, caracteriza-se como um processo de deslocamento das mulheres negras dessa ótica, desses papéis e espaços, para além da ocupação territorial, configura-se como uma possibilidade de construção coletiva de desmantelamentos desses pactos. De um lado, o Atlântico, onde muitas de nós viu seus sonhos e vidas interrompidas; do outro, a Atlântica, com as irmãs ***pretas*** nas janelas nos suntuosos escombros da Casa Grande. Naquele momento e sempre, fazíamos nossas as palavras de Beatriz Nascimento: “EU SOU ATLÂNTICA!”



Fotografia 6 – V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2019).

Nesse ponto, surge uma das minhas inquietações: como são os AFROafrontamentos para além de Copacabana e da Marcha? Como se encarna, nas práticas cotidianas, nas micro e macro políticas estabelecidas por essas ***pretas***?

Nesse sentido, busco entender como tem sido construído e organizado, em seus discursos e práticas, as lutas e resistências às condições de opressão das mulheres negras no Brasil. E, na pluralidade dos movimentos de mulheres negras brasileiras, minha escolha nesta pesquisa se deu pelo Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras-RJ), reconhecendo seu protagonismo e capilarização no que podemos chamar do Movimento de Mulheres Negras nos brasis. Essa pesquisa tem como objetivo analisar como o FEMNegras-RJ tem se organizado politicamente no enfrentamento às condições de opressões raciais, de classe, ao sexismo, bem como outros eixos de opressão interseccionalizados. Nesse sentido, os discursos e práticas que compõem o FEMNegras-RJ constitui o material sobre o qual me debruço para fazer visível e dizível a força dessa coletividade frente à agenda levada pelas lutas das mulheres negras.

Como objetivos específicos, procuro:

- Compreender como são pensados, discutidos, acompanhados e executados alguns pontos das pautas e as agendas do FEMNegras-RJ;

- Discutir os processos organizativos e suas dinâmicas internas e externas;

- Analisar alguns impactos internos e externos das atividades realizadas pelo FEMNegras-RJ.

Algumas questões norteiam a pesquisa:

- Quais são os letramentos sobre a questão racial, feminismo negro e a luta antissexista das mulheres do FEMNegras-RJ e, nesse sentido, como esses letramentos aparecem nas pautas, agendas e atividades desenvolvidas?

- Como as ***pretas*** do FEMNegras-RJ constroem as noções de movimento de mulheres negras e ativismo e como essas noções se materializam nos processos organizativos?

- Quais são as principais lutas e práticas nas agendas macro e micropolíticas produzidas pelo FEMNegras-RJ, principalmente no período da pandemia da COVID-19?

Pretas escrevivências

A experiência diaspórica das mulheres negras no Brasil tem sido marcada no espaço acadêmico por invisibilidade e processos de subalternização. Lélia Gonzalez, quando, de forma provocativa diz que "[...] *o lixo vai falar* [...]" (GONZALEZ, 2020, p. 78, grifo nosso), expõe o lugar social e de fala que a marca de gênero e raça impõe em uma sociedade racista. Lélia, em 1980, no *IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais*, com sua "pedagogia do constrangimento", trouxe à tona o que já era evidente, o silenciamento das vozes negras, sobretudo nos espaços acadêmicos. Ela desnuda os resquícios da Casa Grande e o que acontece quando a negrada resolve acabar com a festa:

> Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. [...] Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... (GONZALEZ, 2020, p. 75-76).

Quase 40 anos depois, na 31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, outras Lélias também escancararam e denunciaram a naturalização e o conforto na perpetuação de alguns papéis: "Nada Mudou" – foi o título da denúncia de racismo dado pelas/os antropólogas/os negras/os que participavam do evento. Na mesa de abertura, assim como no relato de Lélia Gonzalez, uma mesa da intelectualidade branca abrindo o evento, enquanto um homem negro retinto ocupa o espaço daquele que serve. Mais uma reencenação que ainda se perpetua em muitos espaços.



Fotografia 7 – 31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília/2018.
Fonte: Carlos Bandeira Jr. (2018)

Os escombros da casa grande ainda alicerçam as bases do espaço acadêmico através de processos de invisibilização e subalternização das produções pretas, pois, nesse espaço, se define quem fala, como fala, de que modo se fala e o que se fala. Nesse sentido, o ato de escrever torna-se também um exercício de tornar públicas as sequelas do racismo e apresentá-las não como experiências exclusivamente privadas. Ochy Curiel (2020), em suas análises sobre feminismo decoloniais nos ajuda a entender alguns entraves que surgem no caminho, tendo em vista as marcas das produções que são traçadas a partir de lugares de privilégios de sexo, raça, sexualidade e geopolítica e que pouco, ou quase nada, envolvem os movimentos sociais e como o encapsulamento dessas produções

> limita as possibilidades de descolonização do saber, já que não há o reconhecimento de categorias, conceitos e epistemes que surgem nas práticas políticas produzidas por muitas mulheres – sem privilégios [...] – em suas comunidades [...] [e], ainda que abra portas para “outras” interpretações, reproduz a colonialidade discursiva do saber (CURIEL, 2020, p. 125, grifo da autora).

Kilomba (2019) aprofunda as discussões quando nos apresenta a dimensão dos enfrentamentos travados nesses espaços, possibilitando-nos entender como nossas vozes são desqualificadas, nossos conhecimentos tidos como inválidos e pouco científicos e como isso vai sendo legitimado no espaço acadêmico e, eu diria, nos

espaços de poder de um modo geral. Ela nos ajuda também a traçar caminhos de denúncia das falsas narrativas de neutralidade acadêmica que, na verdade, servem, há anos, para financiar e sustentar a supremacia dos saberes brancos e desqualificar os nossos. É um império que atinge nossa percepção das nossas produções e, assim, com um aparato que se renova, convence-nos das nossas supostas incapacidades.

Nossa inserção nos espaços acadêmicos, promove deslocamentos, rupturas e transformações. Olhar a partir da margem, sem romantizar, como nos adverte Kilomba (2019, p. 67), "[...] mulheres negras e homens negros desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto de 'fora para dentro' quanto de 'de dentro para fora, o que possibilita nutrirmos "[...] nossa capacidade de resistir a opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos" (KILOMBA, 2019, p. 68) entendendo que "onde há opressão há resistência. [...] A opressão forma as condições de resistências". (KILOMBA, 2019, p. 69).

Nesse sentido, o ato de escrever torna-se também um exercício político marcados pela nossa cor, gênero, CEP, orientação e classe, que coloca essas opressões bem no meio da sala de jantar, provocando mal-estar, desarranjos, gritaria e tumulto, ao mesmo tempo em que anunciamos que a taça foi servida com veneno. Mas é preciso estar atento, como nos aponta Kilomba (2019) nas dificuldades e armadilhas de "[...] falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo" (KILOMBA, 2019, p. 47), pois *o espaço acadêmico* "[...] é também um espaço de violência". (KILOMBA, 2019, p. 51).

Santos (2018) amplia essa discussão quando mostra serem imprescindíveis pesquisas sobre genealogias e epistemologias que emergem desses grupos, conferindo a eles visibilidade e reconhecimento do trabalho intelectual. E nos fornece também elementos para ***desenrolar*** junto aos movimentos sociais. hooks (1995), citada por Santos (2018), chama atenção para a dificuldade no reconhecimento das produções intelectuais como contribuições importantes e legítimas na luta contra o racismo, insistindo na importância da valorização do trabalho intelectual e no reconhecimento como uma forma de ativismo. Ao analisar as histórias intelectuais de bell hooks e Zora Neale Hurston, identifica um ativismo intelectual[14], que, nesse sentido, possibilita-nos o

[14] "Patrícia Collins (2003) identificou como ativismo intelectual (intelectual activism), um fenômeno multifacetado que relaciona conteúdo e processo, ideias e ações e opressões e resistências (p. xv-xvi, tradução nossa). SANTOS, Sonia Beatriz dos. Exercícios epistemológicos possíveis: Zora Neale Hurston e bell hooks. *In*: SILVA, Joselina da (org.). O pensamento de/por mulheres negras. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p.129

diálogo importante para além dos muros da academia e dos megafones das manifestações. Para Santos (2018):

> Tais escritos podem permitir a compreensão e o desvelamento de propósitos, projetos, processos de agenciamento, dentre outros aspectos essenciais da vida em sociedade, empreendidos pelos grupos afrodescendentes, em particular as mulheres, e que são de extrema importância tanto para a investigação quanto para intervenção social. (SANTOS, 2018, p. 145).

As escritas de mulheres pretas nos espaços acadêmicos não são apenas nossas, elas estão encharcadas de muitas narrativas e saberes. Nunca tive dúvida de que minha pesquisa foi concebida e será gestada no ventre do movimento de mulheres pretas. É desse lugar e com esse lugar que me forjo pesquisadora. São nossas histórias e vidas que dão sentido às minhas escritas.

Minha pesquisa viria acompanhada de uma outra questão: escrever sobre o grupo do qual faço parte. Lá estava eu diante da clássica pergunta de como eu iria estranhar o familiar, como já dizia SOUZA (2003) como transformar o familiar (o íntimo e o afetivo, eu acrescentaria) em estranho?

Mas como não falar das ***pretas***? Grada Kilomba (2003) me apresenta caminhos possíveis para pesquisadoras/es que investigam membros de seu próprio grupo social, com os conceitos de *standy up* e pesquisa centrada em sujeitos, que rejeitam o distanciamento dos "objetos de pesquisa". Essa é uma posição do intelectual que "não é a de um sujeito distante olhando para seus "objetos pesquisados", mas sim de uma objetividade constante" (ESSED, 1991, p. 67 apud KILOMBA, na 2003, p. 83)

Inicialmente, havia planejado realizar uma pesquisa etnográfica que, confesso, é o que me impulsiona e me fascina. O olhar minucioso dos detalhes, dos cheiros, dos silêncios, os corpos em movimento, me parecia um banquete de observações e possibilidades de análises. Minhas primeiras experiências em pesquisa ocorreram a partir do que uma professora no curso de Pedagogia, no final dos anos 1990, chamava de olhar etnográfico. Fui arrebatada e essa experiência se aprofundou e cresceu. A etnografia não se limitou apenas a uma vivência acadêmica, por outros contornos e vielas, hoje ela está inserida na minha vida, desfrutando das minhas relações cotidianas, de afeto e intimidade. Mas isso é um outro texto.

Então, como prosseguir com uma proposta de etnografia em um contexto de isolamento que atravessou, sem pedir licença, as nossas vidas. Mais noites sem dormir, não apenas pelo fato de ter que repensar meus olhares e fazeres metodológicos, mas,

pelo fato de experimentar a proximidade com a morte, ainda que ela faça parte da vida. Sim, a COVID-19 me achou. Situações do tipo nos projetam a outras questões e urgências. No meio de livros, *lives*, saudades e muitas incertezas, a face cruel das mazelas da população preta brasileira se escancarava. Foi preciso uma longa pausa, pois as urgências da violência, da fome, da falta de políticas públicas e da dor me atravessam sem piedade. Os tempos da academia e da militância são, muitas vezes, incompatíveis, sobretudo quando nos encontramos na linha de frente da militância preta.

Porém, antes que a angústia pudesse me engolir, Françoise Ega, veio me socorrer. Assim como Maria Carolina de Jesus era sua inspiração diária em meio à urgência do pão de cada dia, sou oxigenada pelas ***pretas*** e pelas cartas que Ega escrevia entre uma faxina e outra. Em uma das cartas, ela se pergunta: “De que adianta escrever? Quem vai se interessar por nossas histórias? Que diferença elas vão fazer?” Tais perguntas surgem depois que Ega é questionada pelo seu marido que, segundo ela, maldosamente, disse que seus textos eram um fiasco, mamoeiro macho, flores ao vento que nunca dariam frutos. “Mas, Carolina, vejo você escrevendo à luz de vela, sem a presença de ninguém para lhe dizer que tipo de mamoeiro você é, me debruço então sobre uma nova página e a encho de realidade” (EGA, 2021, p. 33,).

Assim também eu me debruço sobre o teclado. Mas como encher essas páginas de realidade? Como enchê-las com as nossas experiências que se fazem nos cheiros, nas texturas, nos sabores e nos contornos dos nossos corpos? É Conceição Evaristo e o conceito de escrevivência que me possibilita uma outra relação com a escrita fundamentada no corpo negro, cujo centro da nossa escrita, nesse sentido, está amalgamada aos nossos corpos, nossas experiências e nossos textos:

> Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020, p. 30).

Se a diáspora foi a experiência dos desencontros, as escritas negras, ou, como diria Evaristo (EVARISTO, 2020), *a escrita de nós,* se constituem como uma possibilidade de encontro. Essa pesquisa tem como posicionamento político falar com as ***pretas***, sobre nós e nossas histórias e como nossas diversidades de trajetórias e existências se encontram nos movimentos de mulheres negras feitos na rua, no megafone e na escrita.

Apesar do meu referencial qualitativo para o processo de pesquisa, foi preciso vencer o fantasma da quantidade que vem me assombrando há anos. Racionalmente, já entendi que não é a quantidade que viabiliza uma pesquisa, mas, lá no fundinho, espreitando-me, estava a angústia da delimitação e da quantidade. A angústia foi parcialmente vencida. Iniciei as entrevistas com cinco ***pretas*** com quem meus diálogos foram mais estreitos, com entrevistas semiestruturadas, realizadas virtualmente e prolongadas pelo whatsapp, em que fazer parte do grupo me possibilita também conversas e trocas constantes.

- Clatia Regina **Vieira,** 56 anos, moradora do Morro da Coroa, normalista, formada em Direito, mestranda do PPRER. Está no Fórum desde o II Encontro Nacional, que aconteceu em 1988. Trabalha na assessoria do deputado Waldeck Carneiro e no Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas, Filantrópicas e Organizações não Governamentais do Estado do Rio de Janeiro.

Clatia faz parte de grupos de Mulheres e mistos (homens e mulheres) em Santa Teresa e no Morro da Caroa, representa o Fórum junto a conselhos e fóruns estaduais e nacionais, além de várias frentes como campanhas e outras ações junto a coletivos, instituições e mandatos/as. No FEMNegras-RJ, faz parte da Coordenação Ampliada, participa de alguns GTs, está na organização de *lives* e campanhas. Tem atuação nas áreas de violência doméstica, trabalho, Assistência Social e segurança pública.

- Ana Cristina da Costa **Gomes,** 61 anos, moradora do bairro de Copacabana, é professora da rede pública do município do Rio de Janeiro, é doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Está no FEMNegras há mais de 30 anos, desde os embriões na cidade de Deus. Participou do I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e também do processo de organização para o I Encontro Nacional.

Ana atuou no Movimento Negro Evangélico, mas hoje está exclusivamente no FEMNegras-RJ, no qual faz parte da Coordenação Ampliada, está na organização da *live* “Algo Muito Melhor”, faz parte do colegiado do Fórum Permanente de Diálogo com

as Mulheres Negras com a ALERJ - Vereadora Marielle Franco. No FEMNegras-RJ atua na área de Educação.

- Maria **Dolores** de **Lima** e Silva **-** tem 50 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, é psicóloga e atua como professora da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro. É mestranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entrou no FEMNegras-RJ em 2004. Faz parte do Fórum Nacional de segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Representa o FEMNegras-RJ, no Conselho Estadual de Direito do Negro. Compõe a Coordenação Ampliada do FEMNegras-RJ e faz parte do colegiado do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras com a ALERJ - Vereadora Marielle Franco. No FEMNegras-RJ atua na área de Educação, trabalho e religiosidade.

- Josina Maria da **Cunha,** 75 anos, mora no Centro do Rio de Janeiro, é formada em Pedagogia e aposentada como professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro. formada em Pedagogia. Faz parte do FEMNegras-RJ desde a sua formação. Faz parte da REAFRO – Rede Brasil Afroempreendedor. No FEMNegras-RJ, compõe a Coordenação Ampliada e integra a coordenação do projeto Vitrine Negra. Atua na área de geração de renda, empreendedorismo e trabalho.

- Luciene Lacerda, tem 61 anos, é psicóloga aposentada e doutoranda em Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Está no FEMNegras-RJ desde o início da década de 90. Fez parte da primeira formação do colegiado do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras com a ALERJ - Vereadora Marielle Franco. É coordenação de Ações Feministas do Instituto Búzios. e criadora do movimento “21 Dias de Ativismo contra o Racismo”. Faz parte da Coalizão Negra e é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Compõe a Coordenação Ampliada do FEMNegras-RJ onde atua no GT de Saúde.

A escolha das entrevistadas — Ana Gomes, Clatia Vieira, Dolores Lima, Luciene Lacerda e Josina Cunha — se deu em função de suas inserções nas atividades desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ, pois fazem parte da coordenação ampliada e são responsáveis pela implementação e acompanhamento de algumas atividades; pelo tempo de chegada, tendo em vista que algumas participaram do início do processo de organização do grupo e também, por serem referências não apenas entre as ***pretas***

como em outros movimentos organizados da sociedade civil. Outras ***pretas*** também participaram de conversas e entrevistas que foram fundamentais para uma escrita que comportasse várias mãos pretas. É um texto produzido por várias mãos.

A vida *online* se tornou, em tempos de pandemia, um dos principais elos de interação com o mundo, a virtualidade se amalgamou ao mundo presencial, o que, por um lado, impossibilitou as experiências e rituais dos encontros presenciais, mas, por outro, facilitou encontros que talvez fossem inviáveis em função de tempo e espaço. Então, diferente do planejado, iniciei as entrevistas virtualmente[15] a partir de um roteiro com três pontos iniciais de análise:

a) as trajetórias pessoais das entrevistadas e seus encontros com movimento de mulheres negras; essas conversas têm me possibilitado entender como alguns pontos de pauta privados vão se transformando em itens públicos, coletivos e também como vão se construindo letramentos raciais e de gênero a partir da percepção das suas histórias e das histórias construídas no/com movimento de mulheres negras;
b) como essas mulheres entendem o movimento de mulheres negras, a militância, o ativismo e quais são suas referências. Algumas delas, estão no FEMNegras desde a sua concepção, o que possibilita um relato de testemunhas oculares e afetivas da história da entidadeFEMNegras-RJ e das tantas ***pretas*** que vieram antes de nós. Ao falar sobre movimento de mulheres negras, militância e ativismo, elas vão recheando de experiências e fatos históricos de quem viveu momentos importantes na construção organizativa das ***pretas*** do Rio de Janeiro;
c) suas atuações no FEMNegras-RJ e as agendas e estratégias do grupo.

Além do levantamento bibliográfico das produções referentes ao tema de pesquisa, serão utilizados para as análises os materiais produzidos pelo FEMNegras-RJ, assim como as produções audiovisuais, *lives* e fotos. No caso específico das atividades que serão analisadas, todas estão disponíveis na página do Facebook do FEMNegras-RJ[16].

Este trabalho será dividido em quatro capítulos: no Capítulo 1 — “A universalização e os enegrecimentos do gênero”**,** irei abordar as discussões, tensões e diálogos na luta feminista, com foco especial no contexto brasileiro. No capítulo 2 **—**

[15] Para realização das entrevistas foram utilizadas as plataformas Google Meet e StreamYard.

[16] Página Fórum Estadual de Mulheres Negras / RJ. Disponível em: https://www.facebook.com/femnegras. Acesso em: 15 nov. 2021.

“Nossos passos vêm de longe”**,** a proposta é percorrer os principais caminhos organizativos dos movimentos de mulheres negras no Brasil, para saber quais suas estratégias na busca por liberdade e enfrentamentos das opressões e como esses movimentos foram se consolidando. No capítulo 3 — **“**Há uma revolução a ser feita**,** irei apresentar o FEMNegras-RJ, evidenciando como se organiza, quais suas atuais estratégias de luta e as confluências que se estabelecem neste espaço. No capítulo 4 — “Nossas pautas precisam sair das nossas bocas pretas”**,** irei analisar quatro atividades desenvolvidas atualmente pelo FEMNegras-RJ: a campanha “Violência contra mulher é crime”, tendo como foco as relações com feminismo branco, letramentos raciais e os homens pretos; a live Pauta Preta Livre, como espaço de formação e proposição de agendas e estratégias; o Fórum Permanente de Diálogo com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco, em que vou analisar as articulações para o enegrecimento das políticas públicas, do orçamento e da legislação estadual, assim como, a ação educadora do FEMNegras-RJ. Também analisarei a campanha “Eu voto nas Pretas”, para discutir as relações políticas que envolvem a inserção de mulheres negras em espaços de poder e as articulações do FEMNegras-RJ para impulsionar esses processos.

1 – A universalização e os enegrecimentos do gênero

Neste capítulo, percorro algumas rotas organizativas e de resistências das mulheres, tendo como interface de análise os diálogos e tensões referentes às lutas das mulheres negras e os processos de universalização e enegrecimento do feminismo. Entendendo o movimento feminista como um processo contínuo de luta pelo fim das opressões que se estabelecem a partir de marcadores de gênero, vou tecendo reflexões do que chamo de ventanias feministas e suas movimentações plurais, com seus diferentes sotaques, olhares e gingas, que transbordam as representações e registros oficiais.

Entre brisas e ventanias produzidas por mulheres negras, busco as principais agendas de lutas, em especial para saber como foram se construindo na experiência das ***pretas*** brasileiras.

1.1 – Os ventos feministas

Sempre ouvia falar das ondas do feminismo e sempre tive muita dificuldade em me encontrar nessas ondas. Quando entendi que é necessário o vento que sopra e bate no mar para que ondas sejam formadas, algumas coisas começaram a fazer sentido. Foi nesses ventos, que sopram em tantos lugares e de formas e velocidades tão distintas que me encontrei e encontrei muitas outras mulheres.

A luta pela emancipação feminina que ganhou os registros históricos oficiais concentrou suas agendas nas questões relacionadas as mulheres brancas, ocidentais, cis e de classe média e alta. Ainda que o movimento feminista não seja homogêneo e construído a partir do discurso de mudanças estruturais quanto às relações e papeis de gênero na sociedade, a luta pela emancipação feminina originalmente deixou de fora a heterogeneidade das experiências, narrativas e realidades de outras mulheres. Segundo bell hooks (2018), as mulheres que se autoproclamaram as autênticas representantes do feminismo não surgiram como resposta radical ao neocolonialismo, ao contrário, reproduziram um paternalismo neocolonial, sendo as promotoras da liberdade, deixando em segundo plano “as outras”:

> Mulheres bancas com privilégio de classe rapidamente se declararam "proprietárias" do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras. Não importou quantas mulheres brancas da classe trabalhadora ou mulheres negras individuais encabeçaram o movimento das mulheres em direções radicais. No fim das contas, mulheres brancas com poder de classe declararam ser donas do movimento, serem líderes, e o resto era um grupo de seguidoras. Relações parasíticas entre classes ofuscaram questões de racismo, nacionalidade e gênero no neocolonialismo contemporâneo (hooks, 2018, p. 75, grifo da autora).

As ondas feministas[17] não incorporaram as diferentes dimensões culturais, econômicas, políticas e étnico-raciais de outras mulheres, invisibilizando, assim, nossas lutas contra as estruturas de dominação, pré-coloniais ou pós-coloniais, de mulheres nas Américas, na Ásia e entre as mulheres negras da África e da diáspora, que, ao longo da História, produziram e continuam produzindo resistências políticas e epistemológicas, assim como mudanças nas relações cotidianas, buscando a redefinição e o enfrentamento de estruturas e lógicas subalternizantes e opressoras, como também na luta de sobrevivência do seu povo.

Nas ondas do feminismo, apenas na terceira onda as mulheres negras, indígenas e orientais aparecem, submergem, como se nossas lutas iniciassem nesse momento. Neste sentido, a invisibilidade de categorias como raça e classe deu o tom em grande parte das produções e práticas feministas. Ainda que muitas mulheres sofram com a opressão sexista, não é o suficiente para a universalização da luta e das dores entre elas. "O sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade." (hooks, 2019, p. 32). Se a opressão sexista marca a vida das mulheres, quando se incluem nesta análise privilégios raciais ou de classe, algumas mulheres saem do que poderia ser o espaço da sororidade e encarnam o papel das opressoras, responsáveis pela manutenção de privilégios.

Sojourner Truth, mulher negra, norte-americana, abolicionista, em célebre discurso realizado em 1851, deixa evidente que o sexismo era tão opressor quanto o racismo, colocando as mulheres negras em um duplo dilema, trazendo à tona a opressão que sofriam entre as feministas brancas e os homens negros em uma

---

[17] De acordo com as principais reivindicações e agendas de luta, a história do feminismo que ganhou grande parte das narrativas foi dividida em três ondas: a primeira luta por direitos e oportunidades iguais entre mulheres e homens e, com foco especial, ao sufrágio universal; A segunda onda, destaca que o pessoal é político, discussões sobre o que é ser mulher. Terceira onda: as mulheres são diversas e a interseccionalidade marca esta fase.

sociedade patriarcal e racista, elementos fundantes para se pensar o conceito de interseccionalidade:

> Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (JESUS, 2018, p. 57).



Fotografia 8 – Sojourner Truth
Fonte: New York Public Library.

Truth germina o conceito de interseccionalidade muito antes do próprio conceito ser forjado por Kimberlé Crenshaw na década de 1990, conceito esse que marca a trajetória epistemológica e ativista de muitas feministas negras, ao mesmo tempo que problematiza as representações sobre as mulheres negras e as relações com as mulheres brancas e os homens:

> As mulheres negras foram colocadas num duplo dilema; ao apoiarem o sufrágio feminino implicava que elas estavam a aliar-se às mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo, mas ao apoiarem apenas o sufrágio do homem negro estavam a endossar a ordem social patriarcal que não iria conceder-lhes nenhuma voz política. Sojourner Truth foi a que mais abertamente se pronunciou sobre este assunto. Ela argumentou publicamente a favor das mulheres ganharem o voto e enfatizou que sem este direito as mulheres negras teriam de se submeter à vontade dos homens negros (hooks, 2014, p. 5).

Quase dois séculos depois, bell hooks e outras intelectuais, ainda faziam intervenções sobre a mesma questão:

> O que vinha primeiro, a nossa feminilidade ou a nossa negritude? [...] Parecia que as negras ativas na política feminista estavam presas entre a cruz e a caldeirinha. A grande maioria das feministas brancas não via com bons olhos nosso questionamento dos paradigmas feministas que elas buscavam institucionalizar; e, por outro lado, muitos negros simplesmente viam nosso envolvimento com a política feminista como um gesto de traição e desconsideravam nosso trabalho. (hooks, 2013, p.164-165).

Ida Wells, mulher negra, norte-americana, no final do século XIX, a partir da intercessão entre raça e gênero, apontou questões sobre a construção desigual das sexualidades das populações negra e branca e mostrou também como se naturalizou a violação dos corpos de mulheres e homens negras/os: dos estupros aos linchamentos, esses atos violentos e desumanizantes, foram forjando mecanismos de controle da população negra, corpos que serviam de exemplo público contra qualquer possibilidade de insubmissão, práticas eficazes de disciplina e punição.



Fotografia 9 – Ida B. Wells, em 1920
Fonte: Museu de História de Chicago.

Wells fez parte da luta sufragista, foi uma das fundadoras de organizações sufragistas[18] voltadas para a luta pelo direito ao voto e para a formação política de mulheres negras. Protagonizou importantes debates nos quais evidenciava que parte do movimento sufragista não incorporava — e inclusive se colocava contrária — o voto da população negra, cedendo as sanhas racistas das brancas sulistas. Sueli Carneiro (2019), ao discutir a subalternização dos gêneros a partir da perspectiva racial, nos ajuda a entender os conflitos nas dinâmicas intragênero:

> [...] a ´variável´ racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca à identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras) como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestigio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social

[18] The National Association of Colored Women – NACW (1896), e do Alpha Suffrage Club (1913).

> alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. (CARNEIRO, 2019, p. 274).

Davis (2016) explicita que parte do movimento sufragista já havia se manifestado contrário à possibilidade de homens negros terem direito a voto antes das mulheres brancas. Lutando pela igualdade de direitos, as mulheres brancas retroalimentavam o racismo e as relações de opressão e subalternização relacionadas aos homens negros e às classes trabalhadoras.

A relação entre as mulheres sufragistas nunca se estabeleceu entre iguais e o racismo foi imperativo, invisibilizando as mulheres negras, assim como suas reivindicações e pautas:

> "Mulher" era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. Quanto às mulheres brancas da classe trabalhadora, as líderes sufragistas provavelmente ficaram impressionadas, no início, com seus esforços de organização e sua militância. Mas, como se viu depois, as próprias trabalhadoras não abraçaram a causa do sufrágio feminino com entusiasmo. Embora Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton tenham persuadido diversas líderes operárias a protestar contra a não concessão do voto às mulheres, a massa das trabalhadoras estava muito mais preocupada com seus problemas imediatos – salários, jornadas, condições de trabalho – para lutar por uma causa que parecia imensamente abstrata. (DAVIS, 2016, p. 146).

De fato, há uma luta comum que caracteriza o feminismo: o enfrentamento ao sexismo, suas práticas e construções ideológicas, as relações de poder que sustentam as opressões e desigualdades de gênero. No entanto, as experiências de gênero são múltiplas, inclusive as masculinas, marcadas por diferentes formas de violência, exclusão, objetificação e subalternização. Ainda que o movimento feminista tenha se alimentado das lutas antiescravagista, não foi suficiente para equalizar dentro do movimento as realidades raciais e de classe vividas por parte das mulheres: dinâmicas familiares, relação e inserção nos espaços de trabalho, relação com o corpo, relação com os homens, inserção educacional, entre outras.

O direito ao voto, em um primeiro momento, não fazia tanto sentido, nem era entendido por parte das mulheres como tendo uma relação direta com as necessidades imediatas e urgentes que impactavam diretamente a vida das trabalhadoras e as relações de opressão e exploração, evidenciando que "a igualdade política não abrira a porta da igualdade econômica". (DAVIS, 2020) e, nesse sentido, segundo Davis, mesmo havendo comportamentos e práticas sexistas, havia uma ligação entre mulheres e

homens negras/os e trabalhadoras/es brancas/os, pois “[...] o inimigo real – o inimigo comum – era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho.” (DAVIS, 2020, p. 158).

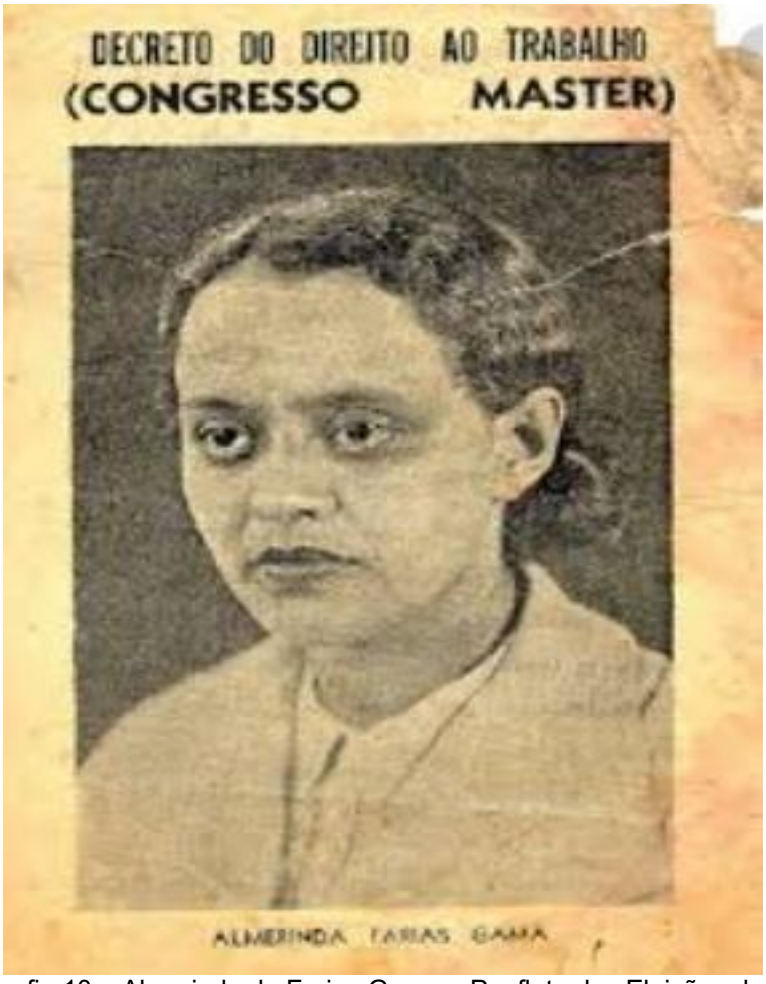
Na luta pelo direito ao voto, as sufragistas negras tiveram apoio dos seus companheiros negros. Ainda que o sexismo estivesse evidente, foi o movimento sindical dos operários negros norte-americanos (Federação Sindical Nacional do Operariado de Cor) que, na segunda metade do século XIX, mostrou preocupação em não reproduzir processos excludentes em relação às mulheres, provando maior comprometimento com os direitos das trabalhadoras.

Naquele contexto, a luta por melhores condições de trabalho, com raríssimas exceções, não incorporava a luta antirracista e antissexista, que também não ecoavam nas organizações socialistas e no partido comunista. Mas foram as mulheres da classe trabalhadora que deram outro tom às discussões e às perspectivas do movimento feminista ao entenderem o voto como um instrumento para a luta de classes:

> Essa nova perspectiva no interior da campanha pelo sufrágio feminino evidenciava a influência crescente do movimento socialista. De fato, as mulheres socialistas trouxeram uma nova energia para o movimento sufragista e defenderam uma visão de luta que vinha das experiências de suas irmãs da classe trabalhadora.
> [...]
> Na condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe, elas tinham um poderoso argumento pelo direito ao voto. Mas o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras. (DAVIS, 2020, p. 149).

Nem as portas — tampouco o reconhecimento — foram abertas às mulheres negras. No Brasil, Almerinda de Farias Gama[19], alagoana, mulher preta, advogada, jornalista, datilógrafa e sindicalista, de importante participação, em especial na luta pelo voto feminino, faz parte do grupo de mulheres negras de quem a história oficial insiste em não falar.

[19] Um dos poucos relatos sobre Almerinda Gama está no Documentário “Almerinda, a luta continua” de Cibele Tenório. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yI. Acesso em:



Fotografia 10 – Almerinda de Farias Gama – Panfleto das Eleições de 1934
Fonte: Acervo Arquivo Nacional.

Junto a Bertha Lutz, essa com todos os holofotes, Almerinda também fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), foi dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil e, em 1934, com Carlota Pereira de Queirós, sendo as duas as únicas mulheres, participou da Assembleia Constituinte. Como fundadora e presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos foi a única mulher que votou como delegada classista nessa Assembleia.



Fotografia 11 – Almerinda na Eleição de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte, 1933
Fonte: Site História de Alagoas.



Fotografia 12 – Participantes do II Congresso Internacional Feminista – Recreio dos Bandeirantes/RJ, 1931
Legenda: Almerinda está sentada, a primeira da esquerda para direita. Onde estariam as mulheres negras?
Fonte: Acervo Arquivo Nacional.

Quando começou a trabalhar, Almerinda se viu impulsionada a entrar no movimento feminista e lutar contra as desigualdades no mundo do trabalho, pois, segundo ela, essa luta não poderia ser individual, ela precisava ser coletiva, além disso levou as reivindicações das mulheres trabalhadoras para o movimento sufragista brasileiro:

> Eu continha sempre esse ideal, de melhorar o nível de vida da mulher. Porque queria melhorar o meu nível. Mas sempre achei que meu nível não podia subir se o movimento não fosse coletivo. [...] encontrei a maior liberdade para levar o voto feminino e a opinião feminina em todos os setores. Encontrei também companheiras de grande renome [...] todas elas, cada um no seu setor, sempre teve grande valor e conseguimos compor isso, fazer com que a mulher tivesse o mesmo direito que o homem no campo político como no campo científico, em todos os campos[20] (ABVP, 2017, n. p.)

E quanto mais portas se fechavam, segundo Almerinda, mais ela se tornasse mais feminista. Ela se candidatou a deputada federal nas eleições de 1934, mas não foi eleita.


A unica mulher que representa o proletariado

COMO FALOU A SENHORITA ALMERINDA GAMA

Fotografia 13 – Panfleto de Campanha – Eleições de 1934
Fonte: Site História de Alagoas.

A vitória na luta pelo voto e pelo direito à elegibilidade das mulheres e das/dos negras/os, esbarrou em uma série de mecanismos para limitar e inibir esse direito: era preciso ser alfabetizada/o, as mulheres tinham que exercer função pública remunerada[21], como foi o caso do Brasil; nos Estados Unidos, ameaças de grupos como a Ku Klux Klan a candidatas/os e eleitoras/es, taxa para votar. Dois séculos depois, o FEMNegras-RJ, com três campanhas voltadas ao incentivo a candidaturas de mulheres

[20] Documentário, “Memória de Mulheres, de Marcia Meireles e Maria Angélica Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FjypbfewHyc.

[21] Fonte: Agência Câmara de Notícias.

negras e com a convocação da população para votar em candidatas negras, mostrou que, mesmo com direito a voto e possibilidade de se candidatar, mulheres, em especial negras, trans e travestis, no Brasil, vivem a experiência das atualizações do racismo e das violências: ataques virtuais, assassinatos, assédios e uma série de mecanismos que, assim como os estupros e açoites públicos, procuram criar estratégias "pedagógicas" de controle, punição e silenciamento das suas lutas, agendas e participação igualitária na vida pública e política.

Ao analisar a conceituação sobre violência política e eleitoral realizada por LAURIS e HASHIZUME (2020), é possível identificar uma série de violações sofridas por candidatas negras nas últimas eleições. Segundo os autores, violência política pode ser definida a partir de três pontos:

> - O **repertório de atos físicos ou de intimidação psicológica** praticado, diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa ou grupo de pessoas, detentoras ou não de funções de representação política ou mandatos eletivos, **com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegitimamente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os.**
>
> - **Atos físicos, ameaças e agressões** praticados por pessoas detentoras de funções de representação política com o **objetivo de desestabilizar e afetar o funcionamento legítimo e regular de instituições e serviços públicos**, **comprometendo valores fundamentais de funcionamento democrático da sociedade política.**
>
> - **Atos físicos, de intimidação psicológica e/ou discriminatórios, agressões, disseminação de discursos de ódio e conteúdo ofensivo contra grupos historicamente discriminados,** em especial pessoas eleitas, candidatas, pré-candidatas ou designadas para exercer papel de representação pública e/ou política, com o **objetivo de suspender, interromper, restringir, ou desestabilizar seu exercício livre e pleno de representação e participação política.** (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 14, grifos nossos).

Os autores, a partir da análise das violências políticas e eleitorais estabeleceram um panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. De acordo com os resultados da pesquisa, identificaram que as violências contra as mulheres apresentam características específicas: são vítimas preferenciais das ofensas, violências físicas infligidas por seus pares ou por terceiros ou ameaças massivas virtuais. Apontam ainda que, quando foi possível identificar o autor da violência, os homens aparecem como autores em 100% dos casos de assassinatos, atentados e agressões e em mais de 90% dos casos de ameaças e ofensas.

> [...] As mulheres na política são submetidas a um cenário cotidiano de ameaças, (micro e macro) agressões, humilhações e ofensas. Enquanto o corpo físico do homem é um alvo central de ataque, na lógica do oponente político que precisa ser eliminado, a baixa representação de mulheres na política e a estigmatização do seu papel levam a uma dinâmica de não reconhecimento das mulheres como iguais, o que faz com que sua dignidade seja o principal alvo de ataque. (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 63).

A pesquisa não apresenta dados raciais, mas, se fizermos um contraponto com os dados sobre violência de gênero que analisam quem são os corpos considerados matáveis, entendendo aqui que matar vai além do extermínio físico, diz respeito também a todas as formas de mortes cotidianas impetradas pelo racismo: os extermínios diários, em grandes e pequenas escalas, que nos aniquilam fisicamente e nos desumanizam, em processo contínuo de tentativas de tirar a vida dos nossos corpos que ainda estão de pé. Nesse sentido, considerando o conjunto de violências políticas voltadas às mulheres, eu acrescentaria trans e cis. A deputada estadual Renata Souza, cunha o conceito de “feminicídio político”:

> “[...] foi a expressão que considerei mais adequada para sistematizar o possível resultado de um conjunto de violências políticas a ela destinadas. [...] A formulação leva em consideração os dados alarmantes de violência contra mulheres, em especial as negras e moradoras de favelas e periferias. Os corpos considerados matáveis. E nesse sentido as estatísticas são reveladoras. Em 10 anos, entre 2007 e 2017, de acordo com o IPEA, houve o aumento em cerca de 30% de feminicídio de mulheres negras e de 1% em mulheres não negras. Além do alarmante crescimento em mais de 300%, em 2018, da violência contra a mulher em decorrência de conflitos agrários e luta por justiça social, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra. Ou seja, Marielle, mulher, negra, LGBT, oriunda da favela se qualifica como um corpo matável no Brasil. (SOUZA, 2020a, n. p.).

Segundo SOUZA (2020), é urgente fundamentar a formulação de um novo conceito, pois, de acordo com um jargão jurídico, aquilo que não se denomina não existe:

> [...] o assassinato de lideranças femininas à frente da política é algo real em nossa sociedade e, em especial, no Brasil, mas pouco visibilizado e problematizado na mídia. [...] O feminicídio político traz consigo uma das faces mais cruéis da vulnerabilidade da mulher na vida política. (SOUZA, 2020b, p. 127).

Outras conquistas e pautas reivindicatórias foram sendo incorporadas e ampliadas no movimento feminista como as discussões relacionadas à sexualidade, à família, ao mercado de trabalho, aos direitos reprodutivos, assim como ocorreu nas organizações feministas com bases anarquistas e comunistas.

Alguns dos entraves que o movimento feminista encontrou e ainda hoje precisa encarar é um movimento constante de deslegitimação das suas pautas, construções negativas da imagem de feministas e das discussões sobre gênero. Isso vem ganhando outras nuances no atual contexto político brasileiro. Um dos impactos é percebido no desmonte e na mudança no discurso e implementação de políticas públicas para mulheres. Um dos exemplos é o que acontece no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Esse Ministério era a antiga Secretaria de Políticas para as mulheres do Brasil, fruto da luta de movimento de mulheres/feminista, fundada em 2003, durante o governo Lula, e tinha como ministra Nilcéia Freire, uma ativista social feminista que, na sua gestão, priorizou uma série de políticas que faziam parte das pautas e agendas feministas, colocando o Brasil, no cenário internacional, como uma das lideranças nessa área.

Desde 2019, a partir do governo Bolsonaro, a pasta é ocupada por Damares Alves, pastora, segundo ela própria, evangélica e alinhada as correntes evangélicas/políticas conservadoras, com posicionamentos que vão na contramão das discussões feministas: “Meninas vestem rosa, meninos vestem azul”, “O Brasil vive uma ditadura gay”, “O estado é laico mas sou terrivelmente evangélica”, foram frases proferidas pela ministra em discursos e reuniões oficiais e veiculados pela grande mídia, colocando em xeque lutas, reivindicações e conquistas dos movimentos de mulheres/feministas, dando o tom junto a um governo que não reconhece, ridiculariza e continuamente implode conquistas e políticas histórias relacionadas às mulheres, a população negra, indígena, LGBTQI+... se colocando, inclusive, como uma ameaça física e subjetiva a esses grupos, com discursos e práticas que alimentam a legitimação de atos violentos (inclusive entre a população civil) e políticas públicas de extermínio e exclusão.

No Rio de Janeiro, a cruzada antifeminista promoveu momentos lamentáveis, e até mesmo cômicos. Nas disputas sobre a aprovação dos Planos Nacional e Municipal de Educação[22], que aconteceu em 2018. Vários municípios organizaram manifestações, com grande participação e alinhamento com correntes ligadas à igreja católica e às

[22] São instrumentos que orientam as políticas públicas estabelecendo objetivos, diretrizes, prioridade e metas para Educação em um período de 10 anos.

evangélicas, contra o que chamavam de “Ideologia de gênero”, que, para o grupo era uma forma de ensinar feminismo e impor a “ditadura gay” nas escolas. A discussão tomou uma proporção que chegou às raias do absurdo: de acordo com o Laboratório de Laicidade em Educação da UFF[23], Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação sofreu emendas para retirada de qualquer menção a gênero, com isso, até “gênero alimentício” foi excluído de uma das metas do PME.



Fotografia 14 – Capa do livro do Padre David Francisquini, 2017
Fonte:Site Ecclesiae

[23] Disponível em: http://ole.uff.br/o-plano-municipal-de-educacao-do-rj-e-a-interdicao-dos-debates-sobre-igualdade-de-genero/



Fotografia 15 – Manifestações Públicas contra a Ideologia de Gênero
Fonte: Revista Veja São Paulo (2015).



Fotografia 16 – Propaganda convocando para Manifestação da família contra a ideologia de gênero nas escolas" na Câmara Municipal de Jaboticabal/SP
Legenda: O cartaz apresenta uma representação da ideia de família modelo e contra a ideologia de gênero: nuclear e branca.
Fonte: Rádio 101 FM.

Apesar dos ataques e dos desmontes, o movimento feminista vem se fortalecendo ao longo do tempo, ao criar mecanismos de resistência e aumentar o

número de mulheres na luta. É verdade que ainda há uma certa resistência por parte de algumas mulheres em se identificarem como feministas. Entre as mulheres do FEMNegras-RJ, não é muito comum se afirmarem feministas ou feministas negras. Algumas se dizem parte do movimento de mulheres, outras do movimento de mulheres pretas, e algumas não querem ser chamadas de feminista. Mas as agendas de luta estão presentes nas falas, nas ações e nas reações frente a situações de opressão de gênero, seja no ambiente doméstico, nos espaços de trabalho, nas relações afetivas, seja nos espaços educacionais e nas diferentes frentes organizativas de que fazem parte. Apesar de o Brasil ainda fazer parte dos países que mais matam mulheres cis e trans[24], a ideia de uma luta coletiva entre as mulheres está cada vez mais presente e vem se consolidando. Com a possibilidade de uma multiplicidade de canais em que mulheres podem pensar, difundir ideias e travar discussões e estratégias de enfrentamento, vivemos também um processo mais democrático e polifônico das experiências feministas. Junta-se a isso, o aumento no número de organizações e coletivos, com uma grande variedade geracional, de linguagens e alcance territoriais como também, a entrada nas universidades e no mercado editorial.

O feminismo tem se estabelecido como um movimento mais amplo com uma forte marca anticapitalista, antissexista e antipatriarcal, a partir de diferentes experiências, subjetividades e vozes, mas ainda marcado por muitas práticas de manutenção de privilégios, atos racistas, xenófobos e transfóbicos. Nesse contexto, o movimento feminista negro e os movimentos de mulheres negras e mulheres trans, ampliaram e aprofundaram essas discussões e práticas, em um mosaico teórico e territorial:

> Os debates que se estabeleceram a partir de então nos movimentos permitiram, sobretudo dos anos 1970 em diante, o salto na reflexão teórica que nos levou à riqueza (e à complexidade) da compreensão atual sobre os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 30).

Se por um lado as feministas marxistas, na segunda metade do século XX, discutiam a "[...] inclusão desigual das mulheres nas relações de trabalho no capitalismo,

---

[24] De acordo com o dossiê elaborado pela ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais), a partir de notícias vinculadas na mídia, em 2020, 175 travestis e mulheres transexuais foram assassinadas, colocando o Brasil entre os primeiros do ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo. De acordo com Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Flacso/OPAS-OMS/SPM, o Brasil é o 5º pais onde mais se comete homicídios contra mulheres.

jogando luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa" (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 31), por outro, a opressão sexista que marcava (e ainda marca) a vida das mulheres, quando colocada sob análise de privilégios raciais ou de classe, fica evidente como algumas mulheres encarnam o papel das opressoras, responsáveis pela manutenção de privilégios e como diria hooks (2018): "No fim das contas, mulheres brancas com poder de classe declararam ser donas do movimento, serem líderes, e o resto era um grupo de seguidoras." (hooks, 2018, p. 75). Ofuscando questões relacionadas a raça e classe e que, segundo Saffioti (2013, p. 133), citada por Biroli e Miguel (2015) "[...] 'se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada'" (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 33).

Nesse sentido, Curiel (2020), ao discutir os feminismos decoloniais, aponta a importância de novas perspectivas de análises para o entendimento das complexidades e intersecções entre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica e a importância das multiplicidades a partir diferentes vozes e olhares:

> O que chamamos de feminismo decolonial, conceito proposto pela feminista argentina María Lugones, tem duas fontes importantes. De um lado as críticas feministas feitas pelo Black Feminism, mulheres de cor, chicanas, mulheres pobres, o feminismo autônomo latino-americano, feministas indígenas e o feminismo materialista francês ao feminismo hegemônico em sua universalização do conceito mulheres e seu viés racista, classista e heterocêntrico; de outro lado, as propostas da chamada Teoria Decolonial, o projeto decolonial desenvolvido por diferentes pensadorxs latino-americanxas e caribenhxs". (CURIEL, 2020, p. 124).

Segundo a autora, o feminismo decolonial parte do conceito de decolonialidade, que entende que não tivemos transformações significativas com o fim do colonialismo, o que aconteceu foi uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global. Assim, ainda com uma perspectiva eurocêntrica, a modernidade ocidental caminha sobre o mito da superioridade, de caráter salvífico civilizatório, aos inferiores, às/aos classificadas/os como as/os outras/os que necessitam da sua ajuda, mesmo que isso aconteça pelas vias da violência e da morte.

Tomando os conceitos de colonialidade do poder[25], (relações sociais de exploração, dominação e conflito) do ser[26] (a negação da humanidade de determinados

[25] Aníbal Quijano
[26] Nelson Maldonato Torres

grupos) e do saber[27] (relação de superioridade de saberes e de quem produz o saber em detrimento de quem é objeto desse saber), a autora questiona as lutas emancipadoras para “todas” as mulheres que são forjadas a partir desses contextos. Desse modo, as lutas feministas precisam ser pensadas e implementadas a partir de outras narrativas, de outras bocas, experiências, corpos, sexualidades, territórios em um movimento de “[...] desengajamento da síndrome colonial [...]” (CURIEL, 2020, p.124) como nos aponta Stuart Hall (2008) e como Curiel (2020) utiliza para pensar novas propostas de metodologias femininas e, fundamentalmente, um processo de descolonização que reconheça e legitime as práticas sociais, políticas e saberes desenvolvidos e vivenciadas por mulheres subalternizadas em suas comunidades e territórios. A história do movimento de mulheres negras encontra-se inscrita nessa aposta de descolonização.

1.2 – As ventanias pretas

As pioneiras do movimento negro norte-americano, são marcos da construção de teorias sobre a questão da mulher negra em relação à primeira onda do feminismo, como também a situação da mulher negra junto na luta antirracista. bell hooks e Audre Lorde, no século XX, denunciam a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos no movimento feminista. Angela Davis (2016) também pontua o apagar histórico das mulheres negras e a visibilidade seletiva entre as mulheres negras marcadas pela diferença de classe. A autora aprofunda ainda as discussões sobre interseccionalidade, assim como Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, que mostram como raça, classe e gênero afetam a localização dos sujeitos dentro das instituições.

Ao mesmo tempo que o feminismo negro foi ganhando forma, espaço e identidade, por outro lado, sofreu acusações por uma suposta ilegitimidade, pois seria uma caricatura do feminismo branco, uma tentativa frustrada de promoção interracial e de inserção em uma lógica e de uma estrutura branca e racista.

Ser feminista pode ser pensado como um ato equivocado de mulheres negras? Como estabelecer uma luta de enfrentamento às opressões tendo como referência as ferramentas e o olhar da/o opressora/or?

---

[27] Santiago Castro Gomes

Segundo Dove (1998), as teorias feministas — brancas ou negras — fazem suas análises e críticas tendo como base as sociedades europeizadas, ao mesmo tempo em que buscam soluções dentro de paradigmas europeus. Cleonora Hudson, em 1945, em *Africana Womanism: Reclaiming Ourselves,* já apontava a necessidade do resgate da ancestralidade africana, a partir de uma perspectiva afrocêntrica, em detrimento das teorias feministas europeias. Nesse sentido, o mulherismo seria uma forma genuinamente negra de se pensar as teorias e organizações das mulheres negras. Alice Walker, na década de 70, aponta para a incompatibilidade da luta feminista universal focada na opressão de gênero, pois as mulheres brancas seriam parte do problema e os homens negros não seriam os algozes dessa relação:

> As várias definições do termo “mulherismo” no livro In Search of Our Mothers Gardens de Alice Walker, esclarecem a questão de porque muitas mulheres afro-americanas preferem o termo mulherismo em vez de feminismo negro [...] Walker constrói as experiências das mulheres negras em oposição às das mulheres brancas. Esse significado de “mulherismo” é um significado que o define como sendo diferente e superior ao feminismo, uma diferença supostamente decorrente das diferentes histórias de mulheres negras e brancas com o racismo americano [...] as mulheres negras são “mulheristas”, enquanto as mulheres brancas permanecem meramente “feministas” (COLLINS, 2017, p. 15).

Ainda que em muitos pontos de luta as mulheres negras africanas e da diáspora identifiquem agendas comuns, os movimentos de resistência das mulheres negras são heterogêneos, marcados por diferentes visões e experiências de mundo. A partir desse mosaico, de acordo com Collins (2017), os debates sobre mulherismo e feminismo negro apresentam como ponto central os desafios da absorção da diversidade entre as mulheres negras.

Nas discussões acerca do mulherismo e mulherismo africano, as produções de Cleonora Hudson e de Alice Walker e seus conceitos de *africana womanism e womanist,* traçam análises sobre a necessidade de uma práxis que levasse em consideração as experiências de vida e opressão das mulheres negras. Alice Walker, em 1983, escreve uma coleção de ensaios intitulada *In Search Of Our Mothers Gardens: Womanist* Prose, em que define que uma *womanist* (*mulheristas*) seria uma feminista de cor.

Entendendo que não é possível a existência de um feminismo negro, tendo em vista que o feminismo tem suas estruturas e práticas a partir da lógica eurocêntrica, Cleonora Hudson endente o *womanist* como um subproduto do feminismo e em suas

produções rompe com as concepções de *womanist* de Walker, como também do feminismo negro e africano.

Segundo Bamisile (2013), são comuns posições antifeministas tanto nos países africanos quanto em grupos da diáspora africana mas, para além das posições contrárias e das críticas, há também construções de alternativas ao feminismo euro-americano, produzidas por intelectuais africanas como o *womanism,* de Chikwenye Ogunyemi e Mary Kolawole, da Nigéria; *stiwanism*, de Molara Ogundipe-Leslie, da Nigéria; o conceito de *misovire*, cunhado por Werewere Liking, da Costa do Marfim; o conceito de *femalism,* da nigeriana Chioma Opara ; o de *gynism*, cunhado pela filósofa e feminista africana, Pauline Marie Eboh e o conceito de *gynandism*, de Chinweizu e Barnabe Bilongo:

> A grande preocupação formulada por todas estas designações e seus conceitos é a busca e apresentação de um movimento autônomo das mulheres negras africanas, que seja um contraponto ao feminismo euro-americano e dê corpo à crítica que as africanas pretendem fazer ao feminismo ocidental, exclusivamente dependente da divisão binária de gênero, e suas consequências em termos da menorização da mulher. [...] Nesta busca de traços distintivos para o feminismo africano, importa salientar que, neste caso, os homens são considerados potenciais aliados na luta contra a opressão sexista. (BAMISILE, 2013, p. 262).

Discussões sobre conceitos e relações de gênero, matriarcado, família, matrimônio, maternidade, espiritualidade, relações geracionais, olhares e práticas afrocêntricas, marcam alguns dos princípios dessas análises e propostas, o que nos permite fazer estudos mais profundos sobre essas questões que são pontos nodais entre mulheristas, mulheristas africanas, feministas negras e, eu incluiria, as diversas e múltiplas práticas e saberes de mulheres negras que, inclusive, não se incluem em nenhum desses conceitos e movimentos. Autoras como Amina Mama[28], Rudo B. Gaidzanwa[29], Simidele Dosekun[30] e Florita Telo[31] travam importantes discussões sobre

---

[28] MAMA, Amina. The challenges of feminism: gender, ethics and responsible academic freedom in african universities. **Journal of Higher Education in Africa / Revue de l'enseignement supérieur en Afrique**, Dakar, v. 9, n. 1-2, p. 1-23, 2011.

[29] GAIDZANWA, Rudo B. African feminism. **BUWA: a Journal on African Women's Experiences**, Johannesburg, v. 1, n. 1, p. 7-10, 25 jun. 2011. Disponível em: https://zmfellowship.org.za/wp-content/uploads/2018/10/Africa-Feminism-Rudo-Gaidzanwa.pdf

[30] DOSEKUN, Simidele. Defending feminism in Africa, Postamble, Cape Town, v. 3, n. 1, p. 41-47, 2007. Disponível em: https://simidosekundotcom.files.wordpress.com/2015/06/postamble-pub.pdf. Acesso em:

[31] TELO, Florita Cuhanga António. Autonomia reprodutiva entre Nkento Angolanas: narrativas e escolhas. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e

o feminismo africano em seus embates com a cultura e as tradições dos países africanos, suas singularidades e urgências na luta pela emancipação das mulheres em África e na diáspora. Trazem também a discussão sobre pertencimento e discurso de uma suposta autenticidade africana.

Os feminismos negros também têm conflitos internos e confrontos com as tradições da população negra, quando propõem rupturas com estruturas de opressão dentro e fora das “comunidades negras”. Em alguns países africanos, o feminismo é muitas vezes visto como uma espécie de traição. Segundo Gaidzanwa (2011):

> O feminismo na África e os movimentos que ele gerou foram freqüentemente submetidos a uma crítica interna por levantar a questão da falta de poder das mulheres e criticar o domínio dos homens na vida pública, na economia, na política e na sociedade. As críticas ao feminismo na África foram realizadas por organizações e movimentos marxistas e outros, que muitas vezes rotularam o feminismo de "diversionário", "não-africano" e "de inspiração ocidental". [...] As críticas nacionalistas do colonialismo muitas vezes se concentravam na defesa das culturas, valores e práticas africanas. Às vezes isso criava conflitos e dilemas para as feministas africanas individuais, algumas das quais se opunham ativamente às narrativas nacionalistas em defesa das culturas e tradições africanas. (GAIDZANWA, 2011, p. 8, tradução nossa).

A ideia do feminismo como um mecanismo de separação ou mesmo de traição, em relação às construções de família e comunidade negra ecoam também nas experiências das mulheres negras da diáspora. Juntam-se a isso construções discursivas e estereótipos negativos — quer na literatura, quer nas mesas dos bares, nos almoços em família, nos espaços de trabalho, nas produções áudio visuais, jornais e púlpitos religiosos — que classificam a imagem das mulheres feministas como radicais, com críticas que vão desde a estética, às performances de gênero, às sexualidades, ao perigo de destruição das ideias de família, religião e sociedade.

Alguns homens, no início das organizações dos movimentos de mulheres negras no Rio de Janeiro, de acordo com uma das entrevistadas feitas para esta pesquisa, falavam que era preciso estar atentos às feministas, pois elas faziam aquelas atividades para “roubar” suas mulheres, porque o movimento era “cheio de sapatão”. Em conversas com mulheres do FEMNegras-RJ, não era raro relatarem que, quando começavam a questionar comportamentos machistas ou a se inserirem em algumas atividades e

---

Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30650/1/TESE%20FLORITA%20TELO%20.pdf. Acesso em:

organizações, ouvirem frases do tipo: “*não me casei com uma feminista*”; “*essa história de feminismo é lá com suas amigas, aqui dentro de casa não*”; “*eu quero uma mulher e não uma ativista*”, quando não usavam de estratégias que dificultam, e muitas vezes inviabilizam a participação das mulheres nesses espaços. E antes que alguém possa achar que eram homens pretos, pobres e com pouca escolaridade que agiam dessa forma, são homens dos mais variados pertencimentos étnico-raciais, formação educacional, classe, religião e matizes ideológicas alguns, inclusive se posicionam publicamente como aliados das lutas feministas.

O feminismo negro brasileiro ganha força e visibilidade a partir da década de 1980 com a produção de feministas negras, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, que já discutiam a relação com o movimento negro brasileiro, com o movimento feminista e as condições subjetivas e materiais das mulheres negras no Brasil. Trazem nas suas produções a organização e narrativas das mulheres negras periféricas, deslocando e ampliando as discussões acerca da realidade das mulheres negras.

A invisibilidade da questão racial nas práticas e discursos feministas é apontada por Lélia Gonzalez (2018) quando ela analisa as interfaces entre o racismo e o feminismo Ainda que reconheça as contribuições feministas nas discussões sobre capitalismo patriarcal, a importância de ter dado um caráter político às opressões travadas em âmbito privado, como também o desenvolvimento de uma perspectiva de se ser uma nova mulher e as discussões sobre sexualidade, violência entre outros, a autora questiona um “esquecimento” do feminismo em relação as questões raciais:

> Há, então, a questão: como esse esquecimento do feminismo pode ser explicado? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, são encontradas em uma cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade. (GONZALEZ, 2018, p. 309).

Petronilha Silva (1990), fazendo uma análise da conjuntura da organização das mulheres negras naquele período, aponta algumas questões que corroboram as críticas feitas por Leila Gonzalez sobre a omissão das questões raciais, sejam elas no movimento feminista ou nos partidos políticos, que, em suas agendas e propostas, ignoravam as discussões raciais e as demandas da população negra. Ela aponta inclusive como as mulheres negras garantiram o funcionamento das organizações feministas e possibilitaram a participação das mulheres brancas, pois enquanto as mulheres brancas iam para rua fazer manifestações pela igualdade de gênero, suas

empregadas domésticas — as mulheres negras — estavam cuidando dos seus filhos e limpando as suas casas. Se o racismo provocou silenciamentos e exclusões de mulheres negras, segundo Carneiro (2019), foi o movimento de mulheres negras o responsável pela reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo no Brasil, em um processo de enegrecimento do movimento. Segundo a autora,

> [...] pôde-se compor uma agenda específica que combateu simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2019, p. 273).

O que significou, então, o enegrecimento do feminismo? Retorno aqui aos escritos de Lélia Gonzalez (1984) quando compara categorias lacanianas de infante (aquele que não é sujeito do seu próprio discurso e é falado pelos outros) e de sujeito-suposto-saber (identificações imaginárias com determinadas figuras, para as quais se atribui um saber que elas não possuem). As mulheres negras se colocaram presentes como sujeitos dos seus discursos e histórias, assim como questionaram e reelaboraram saberes e práticas, inclusive os travestidos de libertadores, em um processo contínuo de rompimentos e desmantelamentos de superioridade atribuídos à branquidade.

Significou também pensar e discutir a sociedade a partir de outras perspectivas com agendas que transbordaram as pautas pretas e ampliaram as discussões para a população preta: o extermínio de homens e jovens negros, a violência urbana, a ausência de políticas públicas e condições básicas para sobrevivência, ainda hoje fazem parte das reivindicações das mulheres pretas. Segundo Ana Gomes, uma das interlocutoras dessa pesquisa:

> Nossas lutas ainda são por questões básicas, lutamos por moradia, saneamento básico, Saúde, Educação". Há 30 anos atrás já se discutia sobre a Lei 10639 e as mortes de negros mobilizavam manifestações públicas coletivas. E completa que avançamos, materializamos algumas reinvindicações, mas nossas pautas ainda estão em torno da busca por água, pelo direito a vida, pela democratização da cidade e pelo fim do racismo.

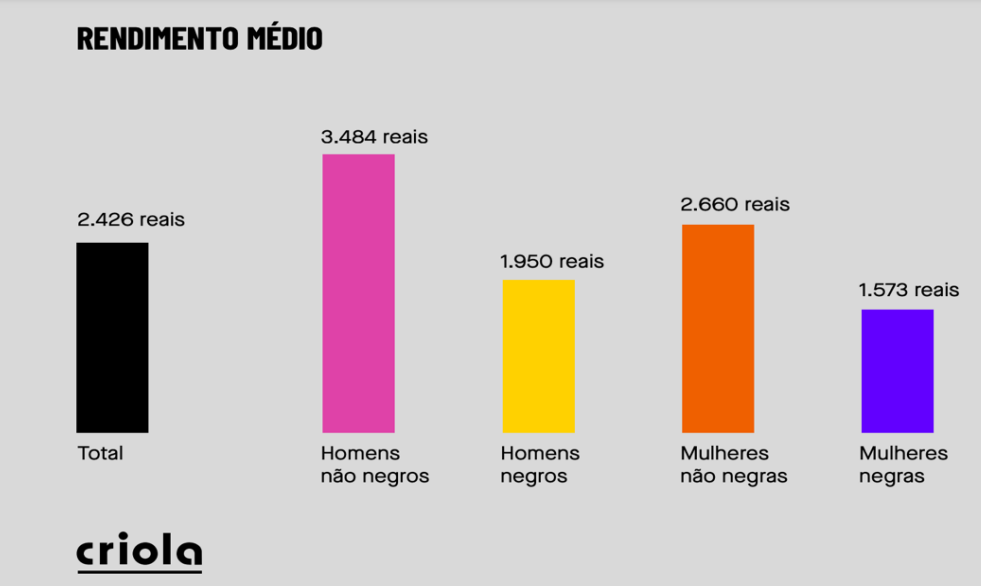
As vozes das mulheres pretas foram e são fundamentais para trazer à tona nossas pautas e nos impulsionam na continuidade dessa construção. São essas vozes e as mãos pretas, que, a exemplo do que faz a ONG Criola, nos possibilitam acessar informações, dados e análises das desigualdades raciais e de sexo, que evidenciam as

desigualdades quando se trata de justiça reprodutiva no Brasil. Segundo o *Dossiê: mulheres negras e justiça reprodutiva: 2020/2021* (CRIOLA, 2021):

a) as mulheres negras recebem menos analgesia[32] para controle da dor: 49,7%;
b) recebem menos anestesia peridural: 56,2%;
c) recebem menos alimentação no trabalho de parto: 49,7%;
d) são as que mais morrem em decorrência do parto: 65,95%;
e) são maioria em óbitos por aborto: 45,21%.

As mulheres negras estão mais submetidas a um pré-natal inadequado, recebem menos orientações em relação ao parto e suas complicações. (CRIOLA, 2021). O estudo ainda acrescenta importantes dados sobre as condições de vida das mulheres negras e suas interfaces com a justiça reprodutiva.

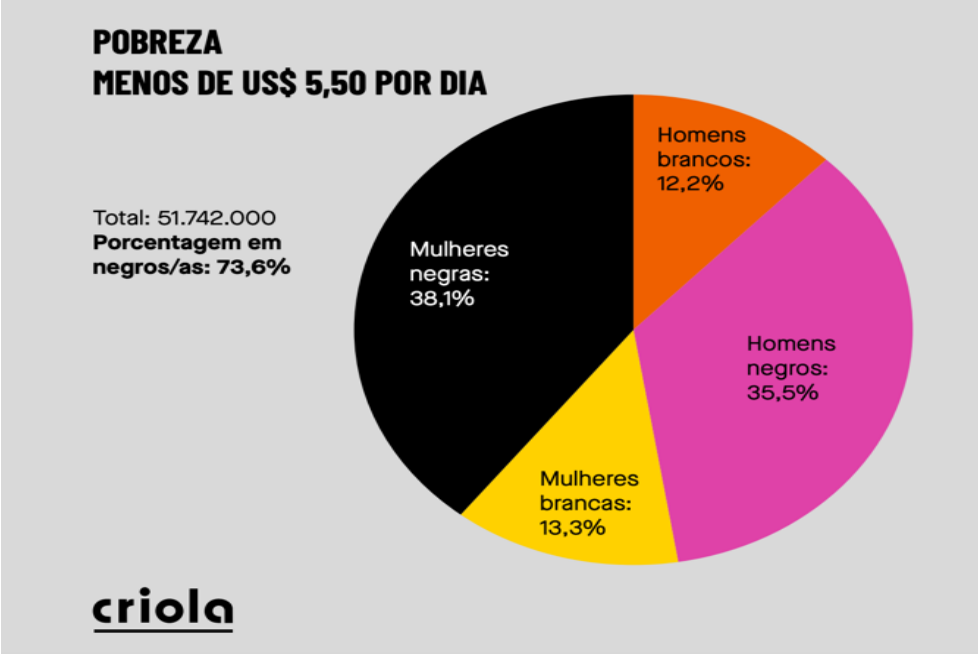
Gráfico 1 – Rendimento médio no Brasil em reais por cor/sexo



Fonte: Criola (2021).

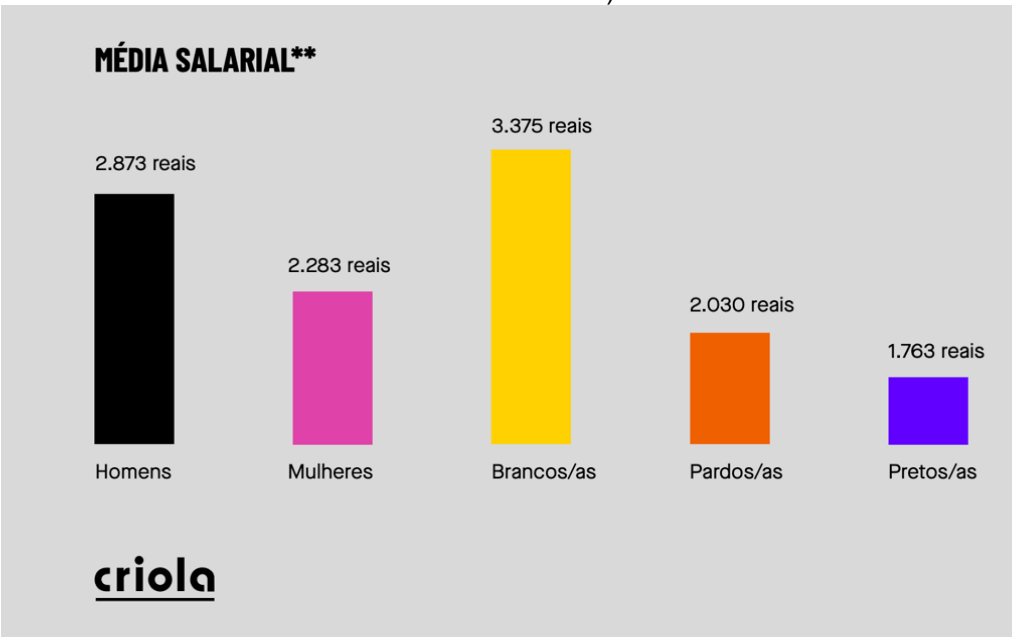
[32] Drogas utilizadas apenas para aliviar ou minimizar a dor, sem provocar perda de consciência.

Gráfico 2 – Pobreza no Brasil em dólar/dia, por cor/sexo



Fonte: Criola (2021).

Gráfico 3 – Média salarial no Brasil em reais, por cor/sexo (PNAD Contínua – IBGE, 1° trimestre de 2019)



Fonte: Criola (2021).

Nossas lutas e reivindicações muitas vezes esbarraram na ausência de dados que possam mostrar as desigualdades nas relações de trabalho, o número de casos sobre violência doméstica/gênero, como também os estereótipos relacionados à raça e difundidos pela mídia e a publicização das nossas histórias, trajetórias e saberes. Foram ventanias pretas que fizeram com que as marés do Atlântico trouxessem à tona nossas histórias, nosso povo, e invadisse, com força e sem volta, as orlas e os morros.

2 – Nossos passos vêm de longe...

Nossos passos vêm de longe, ganharam outros contornos e foram se consolidando entre as interseccionalidades encontradas no percurso. Assim como nos ensina o adinkra sankofa, nossos pés continuam firmes no chão, ajudando-nos a entender que os passos que vêm de longe nos dão elementos para enfrentar o presente, são nossas raízes que nos impulsionam ao futuro, junto com todas aquelas que abriram os caminhos e que ainda hoje se perpetuam nas nossas existências.

Neste capítulo, vou entremeando histórias e experiências de algumas das rotas de cura, fuga, liberdade e conquistas das ***pretas*** brasileiras, percorrendo alguns dos caminhos organizativos dos movimentos de mulheres negras no Brasil e mostrando como foram verberados nas nossas experiências e estratégias diaspóricas.



Figura 1 – Sankofa

2.1 – As rotas de fuga e liberdade

Segundo Silva (2015), só a partir das décadas de 1960 e 1970 os estudos realizados sobre o processo de escravidão no Brasil denunciaram a situação de opressão e as resistências da população negra, suas estratégias organizativas e de enfrentamento. Nesse sentido, ao analisar as relações do período escravocrata norte-americano e o contexto historiográfico estadunidense, Davis (apud SANTOS, 2019) reforça os processos de insubmissão e resistência de mulheres e homens negros,

evidenciando o caráter tardio da importância dos estudos do processo escravocrata e do pós-abolição no Brasil quando nos coloca que:

> Especificamente em relação aos estudos sobre os processos históricos que envolveram as relações entre indivíduos escravizados e os demais membros de sociedades escravistas, as novas interpretações têm tido como resultados análises que alteram principalmente as perspectivas predominantes em diversos trabalhos sobre a temática, por colocar em evidência a insubmissão de populações negras durante a vigência da escravidão e pós-abolição. (DAVIS, 2016, p. 47).

Assim, é a partir da década de 1980, com o início da história social, que novas abordagens e novos grupos começam a ser estudados. Nesse período, verificamos estudos sobre mulheres negras escravizadas e suas diversas e intensas estratégias de insubmissão. Os caminhos para a liberdade foram traçados por várias vielas: a alforria concedida às/aos escravizadas/os obedientes e fiéis, que servia como argumento de reforço à ideia de que a submissão e a subserviência recompensavam; a liberdade que se materializava nas rotas insubmissas das fugas, nas rotas da dor do suicídio, do infanticídio e, eu acrescentaria, nas rotas não planejadas da loucura. A busca pelo agenciamento de suas próprias vidas orbitava também dentro das possibilidades legais da época, nas compras de liberdade.

Ao pesquisar processos que tramitaram no tribunal da cidade de Campinas, em São Paulo, no período de 1532 até 1888, Silva (2015) apresenta algumas ações que mulheres negras escravizadas travavam na busca por liberdade. Eram enfrentamentos traçados junto aos senhores de escravo que transformavam esses processos, segundo a autora, em uma verdadeira “pedagogia da liberdade”, em que se criavam estratégias para enfrentar e vencer as regras jurídicas da época:

> Era em autos ou ações pela liberdade que víamos que as escravas demonstravam ter aprendido as formas de chegar a uma situação mais favorável que as levassem a obter a liberdade a qual compravam, embora não dominassem os códigos da escrita e nem pudessem falar por si por não serem reconhecidas como pessoas jurídicas. [...] A compra da própria liberdade por parte do escravo indicava que, embora parte do terreno da informalidade, as estratégias empreendidas pelas escravas tinham um sentido educativo muito rico e pouco conhecido. (SILVA, 2015, p. 86).

Aprendiam-se e ensinavam-se estratégias de autodesvalorização produtiva/econômica, ou seja, se eram entendidas como mercadoria (nas relações comerciais produtos avariados perdem seu valor de mercado), elas inventavam doenças

contraídas ou crônicas, falavam de membros amputados, da má reputação, do temperamento difícil e da rebeldia, e com isso diminuíam seu preço, assim, chegavam ao valor que poderiam pagar. Somava-se a isso o aprender a dar pequenos prejuízos nas casas, estabelecer boas relações de amizade com alguns brancos e libertos, saber quem procurar, já que escravizadas/os sendo uma propriedade e não uma pessoa, precisavam de um solicitador que as/os representassem e, em alguns casos, necessitavam usar das relações amorosas. Eram mercadorias que não tinham apenas valor de uso e troca, mas uma mercadoria que falava, pensava e era capaz de produzir estratégias de mudanças de sua realidade.

Segundo Santos (2019), tais regras informais construídas e compartilhadas por essas mulheres valiam tanto ou mais que as regras da lei, tinham uma ação prática, aplicável à vida, eram forjadas na experiência, dando sentido prático ao seu uso e possibilitando vitórias em um dos espaços que até hoje se constitui um sustentáculo da casa grande: o sistema jurídico.

Essa "pedagogia da liberdade" vai atravessando gerações. Dois séculos depois, no filme *Era o Hotel Cambridge*"[33], Carmen Silva, mulher negra, baiana, referência na luta por moradia em São Paulo, moradora da Ocupação Cambridge, ensina as estratégias que deveriam ser utilizadas em uma audiência para que não fossem despejados do lugar. Ela ensaia a cena com outras pessoas da ocupação. Ia distribuindo frutas, em especial tangerina, para que as mulheres levassem para a sala onde aconteceria a audiência: "Imagina, um monte de crianças gritando, correndo e o cheiro de tangerina tomando conta daquela sala pequena. O juiz vai atender a gente rapidinho, não vai ficar enrolando, vai resolver logo pra se livrar da gente*".* Mais uma vez, uma mulher preta enfrenta o judiciário com suas armas: tangerinas, meia dúzia de crianças gritando e correndo e a teimosia de quem segue em luta.

> [...] Revela experiências cotidianas de resistência e rebeldia contra o racismo, sexismo, desigualdade de classe de um grupo alojado no degrau mais baixo da hierarquia social, alijado do sistema-mundo pela colonialidade do poder, mas nem por isso destituído de agência/ação política capaz de inventar condições de vida com altivez para garantir a sua sobrevivência e a de sua família (CARDOSO, 2012, p. 148).

[33] O longa-metragem conta o cotidiano de refugiadas/os e brasileiras/os que fazem parte de um grupo de ocupação do edifício Cambridge, um velho edifício abandonado localizado no centro da cidade de São Paulo. O filme tem a participação de moradoras/es que interpretam suas próprias histórias, e também de atrizes e atores profissionais. Direção Eliane Caffé, Brasil, 2016.

É do cerne de ações como essas, de mulheres que se encontram destituídas de liberdade ou alijadas do direito de um lugar para morar, que ocupam papéis e lugares de subalternização, que também se forjam genuínas agências políticas de luta por sobrevivência e melhora das suas vidas e das sus/seus, um ativismo que percorre gerações, a partir das lutas cotidianas, não letradas, populares.

A cada mulher negra que inicia processos e rotas para a liberdade, se estabelece uma atuação política, essas ações indicavam (e ainda indicam) a multiplicidade e a "[...] complexidade das estratégias de lutas por direitos, pela liberdade e por melhoria das condições de vida e de um tipo de ativismo que as/os escravizadas/os protagonizavam no objetivo de defender e proteger direitos duramente conquistados*".* (SANTOS, 2019, p. 6).

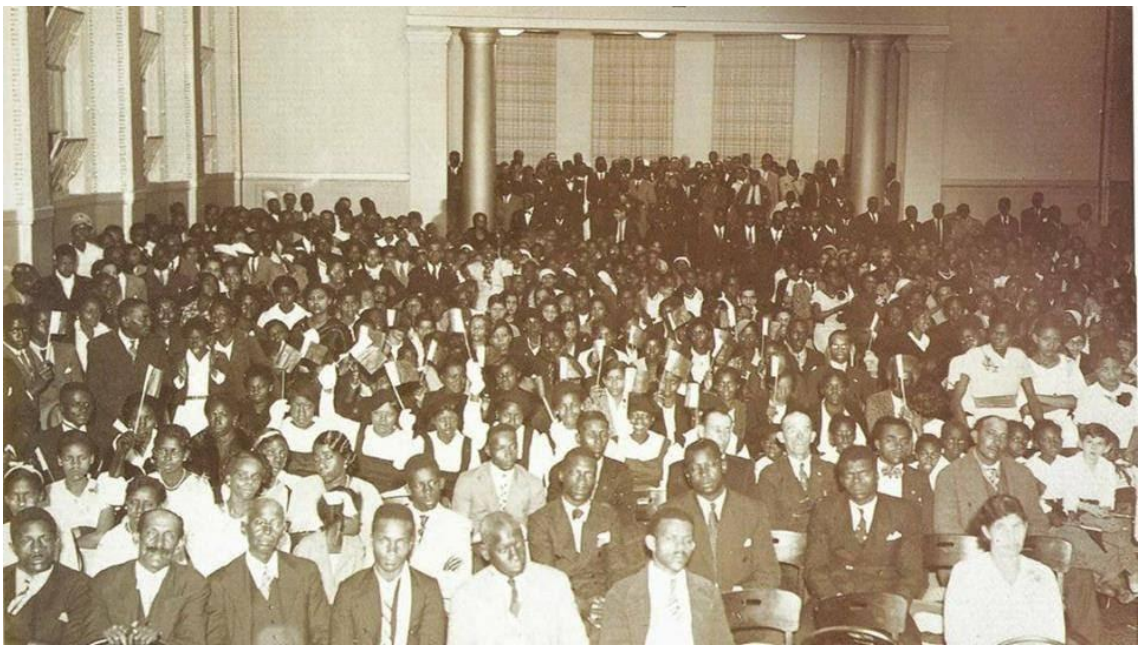
A materialização da liberdade passou pelas mãos das mulheres ***pretas*** seja nos tabuleiros das quituteiras e nos serviços domésticos, que possibilitavam a compra da alforria, ou nos enfrentamentos e nas organizações dos quilombos e de movimentos de revolta. As mulheres negras também tiveram intensa participação nos movimentos de organizações negras pós-abolição, quer nas organizações religiosas, culturais, recreativas, quer nos movimentos de mobilização política. Segundo Domingues (2007), ainda há uma lacuna na historiografia brasileira em relação à participação das mulheres negras pós-abolição.

> Já foram realizadas pesquisas sobre a instituição do movimento negro nas primeiras décadas do século XX, mas geralmente não há uma preocupação de abordar a presença da mulher negra neste processo. Com a Frente Negra Brasileira (FNB) – considerada a maior (e mais importante) entidade anti-racista da história do país no pós-Abolição – o problema se reproduz. As pesquisas não costumam fazer justiça à participação da mulher negra na organização. Para o leitor desavisado, fica a impressão de que a FNB só era composta por homens ou só os homens desempenharam um papel de relevância nela e, por isso, merecem entrar para os anais da história. (DOMINGUES, 2007, p. 347).

De acordo com o autor, nos movimentos de mobilização política que aconteceram no que ele classifica como o primeiro período do movimento negro, entre os anos de 1889 a 1937, ainda que as mulheres negras fossem maioria e tivessem participação intensa, estavam apartadas das instâncias de poder e decisão. Elas ocupavam espaços em departamentos, como era o caso do "Quadro de Damas", da Associação dos Homens de Cor e na "Sala Feminina", na Frente Negra Brasileira, onde se organizavam as Rosas Negras e a Cruzada Feminina.

> A atuação das mulheres negras foi imprescindível para manter a união e coesão dos associados da FNB. Em vista disso, caberia a elas parte importante do crédito pelo sucesso da entidade. Com uma postura vanguardista, as mulheres estiveram presentes em todo período de existência da FNB. (DOMINGUES, 2007, p. 370).

A Frente Negra Brasileira se constituiu como o primeiro movimento negro de massa e chegou a ter mais de 20 mil associados: as “frentenegrinas”, como eram chamadas as mulheres negras, realizavam as atividades recreativas e de assistência social, que os homens não realizavam.



Fotografia 17 – Criação da Frente Negra Brasileira (FNB). São Paulo, 16 de setembro de 1931.
Fonte: Carta Capital.



Fotografia 18 – Grupo Rosas Negras.
Fonte: Site Geledes

Algumas mulheres participavam da "diretoria de damas" em jornais como O Kosmos e a Sociedade 15 de Novembro. Conforme Domingues (2007), "uma característica da imprensa negra foi o predomínio absoluto dos homens. No levantamento realizado entre 1907 e 1937, Regina Pinto[34] verificou que apenas 15 dos 244 colaboradores eram mulheres." (DOMINGUES, 2007, p. 349). De acordo com Pinto (1983), citada por Domingues (2007), no Jornal O Clarim da Alvorada, principal veículo da imprensa negra na Primeira República, "[...] 'apenas uma mulher integrou o corpo editorial do jornal [...] em 1935, exercendo a função de redatora'". (PINTO, 1983, p. 64 apud DOMINGUES, 2007, p. 349).

Mas havia também organizações formadas apenas por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princezas, o Grêmio Recreativo Rainha Paulista, o Grêmio Recreativo 8 de Abril, o "Grupo das Margaridas" (todos em São Paulo) e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (Rio Grande do Sul), uma das mais antigas organizações de mulheres negras.

Assim como o racismo vai ganhando novas nuances e atualizações, novas resistências e estratégias de enfrentamento também se fazem necessárias e urgentes. Audre Lorde (2019, p. 137) já nos alertava que "[...] as ferramentas do senhor nunca

[34] PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

derrubarão a casa grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica." Nesse sentido, as experiências diaspóricas das mulheres negras brasileiras também ganham novos contornos nas lutas comunitárias e nas resistências e insurgências cotidianas.

2.2 – As interseccionalidades e os caminhos

No Rio de Janeiro, no final da década de 1940, Maria de Lourdes Vale Nascimento, através da coluna "Fala Mulher", no Jornal O Quilombo, do Teatro Experimental do Negro, já provocava as pretas a protagonizar a atuação político-partidária a partir das discussões sobre raça e gênero (DOMINGUES, 2009). Na década de 1950, constitui-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, que antecipa as reflexões "[...] do que viriam a ser definidas como interseccionalidade, tão em voga nos dias atuais." (LEMOS, 2016, p. 140). O Conselho tinha como um dos pontos centrais de luta os direitos das empregadas domésticas, grupo profissional que ainda hoje se constitui por maioria de mulheres negras e pobres. Essa luta já vinha sendo traçada pelos passos de Laudelina de Campos Mello, mulher preta, sindicalista e comunista que, em 1930, fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil. Mas é somente em 2013, mais de 80 anos depois, com a aprovação da PEC das Domésticas, que os direitos dessa categoria foram oficializados.

Tanto as reinvindicações da Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil, iniciadas na década de 1930, como também as da Associação Nacional das Mulheres de Cor, do sul dos Estados Unidos, em 1919, tinham como ponto central a luta por melhores condições do trabalho exercido por grande parte das mulheres negras. Segundo Collins (2019), a análise do trabalho das mulheres negras é uma questão fundamental do pensamento feminista negro, a partir da expressão "mula do mundo", que resgata dos escritos de Zora Hurston[35], nos quais a autora apresenta a relação das

[35] "Querida, o branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente. [Talvez o homem negro esteja no poder em algum lugar além do oceano, mas só sabemos o que vemos.] Por isso o branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega porque tem que pegar, mas num carrega. Dá pras mulheres dele. As crioula é as mula do mundo até onde eu sei HURSTON, [1937] apud COLLINS, 2019, p. 99)

mulheres negras como “mulas” no mercado de trabalho, as que carregam o peso da desumanização e da exploração, a quem cabem os trabalhos de menor remuneração e socialmente subalternizados. Davis (2016) também analisa essa questão a partir da situação das mulheres negras norte-americanas pós-escravidão:

> Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão”. (DAVIS, 2016, p. 98, grifos da autora).

Como nos indica Davis (2016), essa relação ocupacional das mulheres negras com os trabalhos domésticos não desapareceu com o tempo, pois não era formada somente de vestígios da escravidão. Boa parte das mulheres negras estadunidenses ex-escravizadas levaram quase um século para escapar dos serviços domésticos.

Vemos, então, que a relação com os serviços domésticos no Brasil não é muito diferente da dos Estados Unidos, apesar de manter questões em comum, nosso racismo é marcado por algumas singularidades, como o mito da democracia racial, o imperativo da miscigenação e o embranquecimento da população negra, o que acabou moldando as relações com as mulheres negras, relações com cujos grilhões ainda não rompemos por aqui. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil, no ano de 2018, o serviço doméstico remunerado[36] era realizado por 6,2 milhões de pessoas: 92% eram realizados por mulheres e desse total, 63% eram negras (PINHEIRO *et al*., 2019).

Além de uma longa batalha para regulamentar a profissão, a infância de meninas pretas ainda é interrompida pela inserção nos trabalhos domésticos, remunerados e não-remunerados, como também gerações inteiras de mulheres pretas se perpetuam nesse espaço e nessa relação de trabalho.

A situação se agravou quando, em meio a uma das crises sanitárias mais graves que o mundo já enfrentou em função da pandemia da COVID-19, a relação racista e desumanizante com as trabalhadoras domésticas ficou ainda mais evidenciada. No estado do Rio de Janeiro, a primeira pessoa que morreu vítima de COVID-19 foi uma

[36] Definido como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa.

trabalhadora doméstica do interior do estado. Os patrões, brancos, moradores da Zona Sul, contraíram o vírus em uma viagem ao exterior e contaminaram Cleonice Gonçalves. Ela morava à 120 km do trabalho e, como muitas mulheres pretas, trabalhadoras domésticas no Brasil, morava no emprego, era mais uma trabalhadora vista como um corpo sempre disponível para servir e cuidar. Cleonice Gonçalves não foi informada de que os patrões estavam de quarentena e de que corria risco de vida, não foi encaminhada ao hospital. Seus patrões a mandaram para sua casa e, para isso, ela precisou refazer 120 km até a sua cidade natal para ser cuidada. Cleonice Gonçalves morreu, os patrões continuam vivos.

Quatro meses depois de sua morte em Recife, Mirtes Souza, sem o direito de cuidar da sua saúde e da dos seus, foi trabalhar na casa onde sua mãe também era trabalhadora doméstica. Enquanto cuidava da cadela da patroa, seu filho, Miguel Otávio, de 9 anos, entendido nessa estrutura racista como uma vida que não tem prioridade na escala dos cuidados, perdeu a vida ao cair do 9º andar do prédio onde a mãe trabalhava. A patroa de Mirtes fazia as unhas pois, segundo ela, "'cuidar dele não era sua responsabilidade'" (RENATA, 2020 apud CAVALCANTE, 2020, n. p.)[37]. Ela aperta o botão do elevador e sentencia Miguel Otávio à morte.

Para Collins (2019) "[...] o trabalho remunerado das mulheres negras se organiza no interior de opressões interseccionais de raça, classe e gênero" (COLLINS, 2019, p. 100). "[...] Nossas experiências profissionais e familiares são moldadas por opressões interseccionais de raça, gênero e classe." (COLLINS, 2019, p. 133). Kilomba (2019), a partir do conceito de racismo genderizado, argumenta que os conceitos de raça e gênero se fundem. Quando separados, alimentam a invisibilidade das mulheres negras e, quando sobrepostos, não permitem entender os efeitos específicos dessas formas de opressão, pois não acontecem de forma singularizada, mas se intercruzam e, por isso, precisam ser analisadas de forma interseccional, sem somar, sobrepor ou hierarquizar as opressões.

Lélia Gonzalez aprofunda essa discussão com a análise das relações raciais brasileiras: "para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular." (GONZALEZ, 1984, p. 224). Conforme a autora, gravitam sobre os corpos das mulheres negras as noções de

---

[37] Trecho de nota de Mirtes Renata, mãe de Miguel, divulgada por seu advogado, Rodrigo Almendra. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/caso-miguel-policia-indicia-sari-por-abandono-de-incapaz-com-resultad.html

mulata, doméstica e mãe preta, construções que transitam entre a mãe e a puta e têm como arcabouço a regulação e o domínio dos corpos das mulheres negras, colocados sob a ótica da subalternização, da hipersexualização e da expectativa da subserviência.

Collins (2019) traz essas discussões quando analisa as imagens de controle e opressão das mulheres negras construídas a partir da figura da *mammy*, serviçal fiel e obediente das famílias brancas; a matriarca má, mãe negra autoritária; a mãe negra preguiçosa, dependente do Estado e a Jezebel, a mulher negra sexualmente agressiva. Hooks (2019), ao observar as representações da mulher negra no mercado cultural, também nos apresenta alguns estereótipos, que vão do exótico, do espetáculo do corpo da mulher negra, à amante que coloca em perigo não apenas um casamento, mas os pactos de sangue, família e lealdade da sociedade norte americana.

Pensando sobre o significado da emancipação para as mulheres negras estadunidenses, Davis (2016) vai traçando a produção da ´dívida impagável´ e refletindo sobre como o racismo vai cria e renova estratégias de endividamento, não apenas econômico ou monetário, mas também uma dívida subjetiva, a sensação constantemente construída da incompletude: na estrutura racista, nós, negras e negros, sempre teremos um hiato que não se completa, que não atinge os padrões branco-eurocêntrico-cis-heteronormativo, tanto no espaço acadêmico e na produção de conhecimento, como aponta Grada Kilomba (2019), quanto nas questões econômicas, de acordo com Silvio Almeida (2016), ou mesmo nas questões estéticas e cognitivas que marcam quais e de que forma ocupamos espaços na estrutura social, em especial nas relações e espaços de trabalho.

2.3 – Passos cada vez mais fortes e mais longe

A década de 1970 é marcado pela criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e também por uma consolidação dos movimentos de mulheres negras contemporâneos. Matilde Ribeiro (1995) considera que o movimento contemporâneo de mulheres negras brasileiras ganha força e autonomia na luta feminista e antirracista na década de 1970. Figueiredo (2009) ressalta que muitas dessas mulheres eram oriundas do movimento feminista e ativistas do MNU:

> A inciativa pela criação de uma organização própria que refletisse os interesses das mulheres negras foi vista com desconfiança, tanto pelo

> movimento feminista, como pelas organizações negras, já que se configurava como uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade entre os dois grupos. (FIGUEIREDO, 2018, p. 1086).

Se as mulheres negras eram vistas com desconfiança tanto pelo movimento feminista quanto pelo movimento negro, era insustentável a relação de dualidade que viviam nesses espaços: de um lado a luta antissexista que não conseguia equalizar as relações racistas entre mulheres. De outro, a luta antirracista, que também não conseguia superar as relações sexistas junto ao movimento negro. Eu adicionaria outra interface que ainda hoje não se resolveu: as discussões sobre mulheres negras transexuais e travestis e as construções cis-heterossexuais que ainda fazem parte desses movimentos.

Ao mesmo tempo em que se vivia no Brasil sob o jugo de uma ditatura militar, Silva (2014) nos mostra que também havia uma atmosfera de grande mobilização em relação as questões voltadas para as mulheres. Entre os anos 1975 e 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Década Internacional da Mulher, impulsionando maiores mobilizações em relação às temáticas e agendas levantadas pelas pautas de discussão e mobilização femininas. Foi nesse período que foram criados os primeiros conselhos de direitos da mulher, núcleos de estudos de gênero em universidades, e ampliam-se as discussões sobre violência de gênero, direitos sexuais, reprodutivos e sexualidade feminina. No entanto, “naquela conjuntura, a discussão voltada a racialidade na sociedade brasileira, ainda menos a interseccionalidade entre raça e gênero, ocupava espaço ínfimo na agenda feminista”. (SILVA, 2014, p. 18).

Essa invisibilidade das discussões sobre gênero e raça tem um momento marcante em 1985, na cidade de Bertioga, em São Paulo, no 3º Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, com a participação de mais de 800 mulheres. Um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro chegou ao encontro em um ônibus lotado e pressionando para participação. Elas entraram, estabeleceram a pedagogia do constrangimento e os rumos do encontro foram mudados. Organizando reuniões culturais recheadas de discussões políticas, as ***pretas*** colocaram a questão racial como urgente e crucial para a pauta feminista. Desse modo, a diversidade de feministas deu o tom do encontro e as coisas nunca mais seriam as mesmas, Bertioga se tornou um eterno mal-estar.

Em 1987, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, aconteceu o IX Encontro Nacional Feminista, que, segundo Lemos (1997), foi um marcador das duas vertentes que (co)existiam no movimento feminista e um ponto de cisão: era impossível a

universalização das demandas e agendas, o racismo do movimento era evidente e as companheiras não estavam prontas para sair das suas cadeiras de poder e privilégios.

No Brasil, entre os anos 1970 e 1980, surgem nos estados vários grupos organizados por mulheres negras como o Coletivo de Mulheres Negras e o Géledes - Instituto da Mulher Negra, em São Paulo; o Grupo de Mulheres do MNU e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, na Bahia; o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza, no Maranhão; o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), no Pará; a Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania em Sergipe (SACI); Maria Mulher, no Rio Grande do Sul; N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, em Minas Gerais; Casa da Mulher Catarina, em Santa Catarina.

No Rio de Janeiro, surgem a Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUENA); o grupo Luiza Mahin; o Coletivo Nzinga; o Grupo de Mulheres Negras (GMN) do Rio de Janeiro; o Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFP) e o Fala Mulher Meriti. Nos diálogos e tensões com o movimento negro, espaços como o Instituto de Pesquisa das Culturas (IPCN) e o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) foram espaços onde importantes processos organizativos das mulheres negras foram gestados. "A década de 1980, portanto, é aquela em que as especificidades de gênero e raça ganham corpo em âmbito nacional, estimulando as mulheres negras a constituírem suas próprias organizações" (SILVA, 2018, p. 71).É ainda na década de 1980 que acontecem os primeiros encontros exclusivamente com mulheres negras no Brasil:

> [...] É fruto de uma luta. [...] Ele não surge porque não houve espaço no Movimento Feminista, não houve espaço no Movimento negro, então nós mulheres negras resolvemos nos organizar, isso, ao meu ver, é uma falsa premissa. Porque se eu digo isso eu estou dizendo que se o movimento negro tivesse nos pego no colo ou se o movimento feminista tivesse nos pego no colo, nós mulheres negras não estaríamos organizadas. Isso, então, é uma falsa premissa porque o que nos leva a organizar não é ausência de espaço, o que nos leva a organizar é o fato da luta contra o sexismo, contra o racismo e que é muito anterior ao processo de organização de luta e de peleja [...] e de tensão, mais marcado nos anos 70, em relação ao feminismo e em relação ao movimento negro. (SILVA, 2020, n. p.).[38]

[38] Fala da professora Joselina Silva na Reunião do Fórum Permanente de Diálogo das Mulheres Negras do Rio de Janeiro com a ALERJ Vereadora Marielle Franco, em 23/11/2020. Disponível em: https://www.facebook.com/femnegras/videos/703802563594231/. Acesso em: 20 out. 2021.

Mais que um movimento de rompimentos por não reconhecimento de agendas e lutas, por ausência de espaço, o movimento de mulheres negras, neste período e na década seguinte, intensificou os diálogos e tensões com o movimento feminista e o movimento negro, como também ganhou corpo e visibilidade a partir da organização de processos próprios já existentes.

Em 1987, em Monerat, no Rio de Janeiro, é organizado o 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, com a participação de mais de duzentas mulheres pretas. Segundo Pedrina de Deus[39], o modelo de desempenho que ocorreu no I Encontro Estadual de Mulheres Negras "[...] aponta uma nova mulher negra e, infalivelmente um novo movimento negro." (DEUS, 1988 apud SILVA, 2014, p. 20). Um ano depois, em dezembro de 1988, no município de Valença, no Rio de Janeiro, é organizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a participação de aproximadamente 450 mulheres pretas de 17 estados do país, tendo como eixo central do evento "[...] a urgência de uma discussão aprofundada da articulação entre a questão étnico-racial e as relações de gênero e de classe social" (GONÇALVES, 2018, p. 18). Esses encontros tinham como pontos centrais temáticas relacionadas ao trabalho, educação, mito da democracia racial, ideologia do embranquecimento, sexualidade, meios de comunicação, políticas sexuais e reprodutivas, cultura, saúde, violência e sexismo. Em 1987, fruto do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, institui-se o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.



Fotografia 19 – 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988
Fonte: Acervo Cultne. [40]

[39] Referência no movimento negro e de Mulheres negras. Foi ativista no IPCN e é uma das fundadoras do REMUNEA.

[40] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hs9wHf4tH68. Acesso em: 20 out. 2021.



Fotografia 20 – Joselina Silva. 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988
Fonte: Acervo Cultne.



Fotografia 21 – 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988
Fonte: Acervo Cultne.

A década de 80 também marca a abertura política em vários países latino-americanos, é um período em que se impulsiona a organização de vários movimentos sociais, além de se possibilitar maior visibilidade e financiamentos a esses movimentos. No Brasil, nesse caldeirão de discussões, movimentos e resistências, as mulheres

negras promoviam vários encontros sobre questões relacionadas às desigualdades na sociedade brasileira marcadas por racismo e sexismo e participavam intensamente no cenário político brasileiro, “[...] na retomada de intensas lutas populares que mobilizaram massas no país, em especial no tocante ao fim da ditadura militar, ao direito de escolher seus representantes [...] às mobilizações em torno da nova Carta Magna etc.” (GONÇALVES, 2018, p. 10).

A internacionalização dos movimentos de mulheres ganha força na década de 1990, marcada pelos encontros feministas latino-americanos e caribenhos e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing. Dois ano depois, é organizado o 1º Encontro de Mulheres Negras Latino Americanas e Caribenha, em Santo Domingo, na República Dominicana, que se apresentou, entre outras questões, como uma alternativa crítica às comemorações dos 500 anos do descobrimento da América, uma marca ao início da diáspora de homens e mulheres negras africanas e que deu início ao genocídio e às inúmeras formas de violência contra a população negra nas américas.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve aumento das organizações de mulheres negras. Dois importantes seminários nacionais acontecem e intensificam as discussões sobre desigualdade de gênero e raça, direito à terra, habitação e políticas públicas para saúde. Nesse mesmo período, são criadas importantes organizações, como o Geledés, em São Paulo, Criola e o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM), no Rio de Janeiro.

Essas décadas e as seguintes foram marcadas ainda por uma multiplicidade de processos organizativos de mulheres. De acordo com Sônia Santos, “as organizações não governamentais de mulheres negras não constituem a única forma pela qual as mulheres negras têm se engajado coletivamente na luta contra as formas de opressão no país”. (SANTOS, 2009, p. 276). Nesse sentido, mulheres pretas em organizações comunitárias, partidos políticos, espaços religiosos, sindicatos, grupos culturais, coletivos, são também exemplos da amplitude das ações coletivas das mulheres negras no Brasil.

A Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, foi um importante encontro para os processos de internacionalização e mobilizações antirracistas nacionais e internacionais. Fruto desta conferência, foi a fundação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB):

> A AMNB foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente formada por 23 organizações oriundas de diferentes regiões brasileiras. Ela foi criada com o objetivo inicial de auxiliar na ação política das mulheres afro-brasileiras durante o processo de realização da III Conferência

> Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001). Após a conferência, a AMNB estabeleceu-se institucionalmente no país e passou a ocupar-se do monitoramento das recomendações e do plano de ação originados em Durban em 2001. E ainda da promoção de uma série de ações e atividades de combate ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia, dentre outras formas de discriminação no Brasil. (SANTOS, 2009, p. 283).

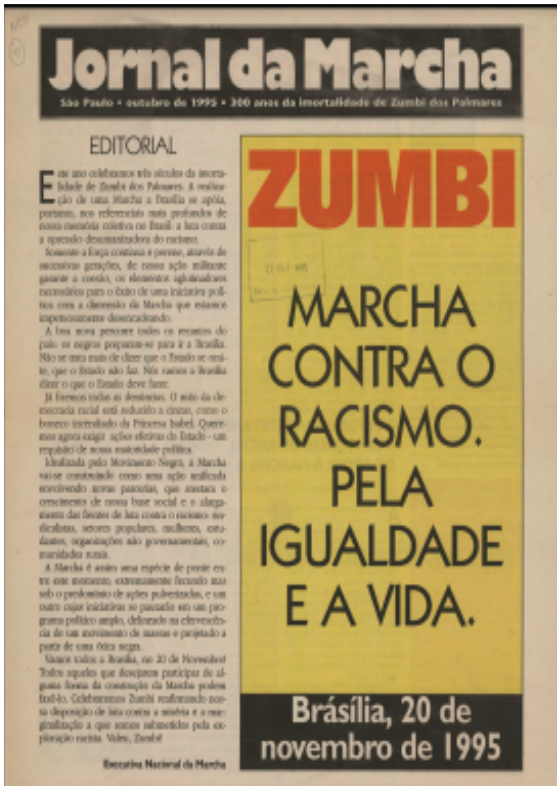
Nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, importantes mobilizações marcaram a luta antirracista: a Marcha de 1988, no Rio de Janeiro, contra a farsa da abolição da escravatura; a Marcha de Zumbi +10, em 1995, em Brasília, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, e a Marcha das Mulheres Negras, em 2015, em Brasília, contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver.



Fotografia 22 – Ato público na Cinelândia/RJ, em 1983. Lélia Gonzalez discursa pelo Movimento Negro Unificado (MNU)
Fonte: Revista Cult.



Fotografia 23 – Marcha de 1988 no Rio de Janeiro/RJ, em 1988.
Fonte: Acervo Cultne.



Fotografia 24 – Jornal da Marcha Zumbi +10
Fonte: CPV/SP.



Fotografia 25 – Marcha das Mulheres Negras – Brasília, 2015
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2015).

3 – Há uma revolução a ser feita

Minha história com o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras-RJ) é anterior à marcha nacional e à estadual, mas foi no último domingo de julho de 2015, uma manhã quente e ensolarada no inverno, que a Marcha das Mulheres Negras ocuparia não apenas as ruas, mas atravessaria minha vida e minha experiência acadêmica. Mesmo tendo passado por outras experiências junto ao movimento negro e ao movimento feminista, o encontro com FEMNegras-RJ foi um divisor de águas na minha vida. Parafraseando Paulinho da Viola, não foi *um rio que passou em minha vida*, foi um oceano inteiro, revolto, que se amalgamou em mim.

O FEMNegras-RJ é um grupo da sociedade civil, laico, apartidário e não tem personalidade jurídica. Se constitui como espaço coletivo de organização plural das mulheres negras no estado, inseridas em diferentes segmentos: organizações do movimento negro, do movimento de mulheres e/ou feministas, associação de moradores e de favelas, grupos religiosos, sindicatos, órgãos de classe, partidos políticos, grupos e agremiações culturais, assim como mulheres que não estão ligadas a nenhum grupo organizado.

Sua gestão é feita a partir de uma coordenação ampliada, horizontalizada, composta por 48 mulheres pretas de 18 municípios[41] do estado do Rio de Janeiro. Cada município pode indicar até cinco coordenadoras, mas a média é entre duas ou três ***pretas*** por município. São lideranças regionais que articulam a participação das mulheres tanto nos seus territórios como na articulação com o FEMNegras-RJ. Faz parte, também, dessa forma organizativa plenárias com a participação aberta a todas as ***pretas***, onde se tem momentos de formação, partilha das atividades desenvolvidas, avaliação das ações e se definem os próximos passos.

Nesse modelo de coordenação não há funções definidas, como uma diretoria executiva, alguém que cuide das finanças ou comunicação. De acordo com as atividades, são formados grupos de trabalho – GT ou comissões que contam com a participação de ***pretas***, que, inclusive, podem não ser da coordenação ampliada e, dependendo da atividade, são inseridas ***pretas*** que nem fazem parte do FEMNegras-

[41] Rio de Janeiro, Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Maricá, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua, Queimados, Nilópolis, São João de Meriti, Campos dos Goytacazes, Miracema e Teresópolis.

RJ ou que são de instituições/organizações parceiras. A cada atividade, esses GTs são criados, dissolvidos e um novo GT ou comissão é formada para uma nova atividade.

Há também, grupos de trabalhos fixos, ligados a temáticas específicas: educação, saúde, trabalho e renda, assistência social, segurança pública, política da mulher. As ***pretas*** que se identificam com uma das temáticas — por afinidade, por trabalhar na área, por vias acadêmicas ou por experiência — entram no GT. Esse grupo é acionado quando há discussões ou ações específicas, pois a proposta é que acompanhem as discussões sobre a temática, proponham ações, representem o FEMNegras-RJ em atividades externas e que dialoguem internamente com as ***pretas*** do FEMNegras-RJ.

Hoje, o FEMNegras-RJ é composto por mais de duzentas ***pretas*** de todo o estado, a entrada na entidade pode acontecer a partir do convite de alguma ***preta*** que apresenta o grupo; ou quando a ***preta*** participa de algum evento do FEMNegras-RJ e se interessa por conhecer e participar, ou quando a ***preta*** atua em outros grupos e vai para o FEMNEgras-RJ como representação daqueles grupos, gosta e fica. Não há nenhum processo burocrático ou ficha de filiação. O ritual de entrada se estabelece no sentimento e no reconhecimento do encontro.

Essa experiência de chegada ao movimento de mulheres negras, em especial no FEMNegras-RJ, estava muito presente nas falas das *pretas* que foram minhas interlocutoras nesta pesquisa. A entrada de Ana Gomes no FEMNegras-RJ aconteceu há mais de 30 anos, desde os embriões na Cidade de Deus, quando foi trabalhar como professora e animadora cultural, em um CIEP no bairro de Jacarepaguá:

> A animação cultural era um fervo de formação de negros e negras, no município do Rio de Janeiro. Foi ali que conheci as professoras Wanda Ferreira, Lena, Aline, Sonia (das bonecas Abayomi), Nele de Assis, na época ligadas a Secretaria de Cultura do município. Em um dos encontros de formação, fui convidada para ir a uma reunião de mulheres negras na Cidade de Deus. Nessa reunião estavam professoras superimportantes pra nós feministas negras: Neusa das Dores, Maria Lucia Carvalho (Malu), Zezé Lopes, Josina Silva, Lena e Luiza. - Era um grupo muito forte e encontrei com todas essas. **Era impossível ter encontrado com todas essas mulheres e não achar que ali era o meu lugar. Não tinha como. Eu não tinha alternativa**. (Ana Gomes, grifo nosso).

Segundo as conversas com Ana Gomes, Luciene Lacerda e Josina Cunha, os espaços da educação e da cultura foram importantes territórios para as discussões e desenvolvimento de atividades sobre a questão racial no município do Rio de Janeiro, nos anos 1970 e 1980. Josina Silva apontou também que, nesse período e na década

seguinte, surgiram muitas ONGs de negras e negros e destacou a importância do programa de mulheres do CEAP, que organizou um levante e fundou a ONG Criola. Conselho Estadual de Direitos das Mulheres (CEDIM), segundo Josina Silva, também era um importante parceiro para a realização de atividades e encaminhamento de pautas. Josina já fazia parte desses encontros da educação e cultura quando da chegada de Ana Gomes e relatou como esta experiência com o movimento de mulheres negras foi transformadora:

> O movimento de mulheres negras é um movimento político de resistência, de fortalecimento. Não só pra mim, mas para o coletivo de mulheres. **É uma coisa assim, até me faltam palavras. Mas é um movimento que a gente não consegue sair dele, não consegue deixar ele de lado e ele também está enraizado nas mulheres negras** (Josina Cunha, grifo nosso).

Ainda hoje, para as ***pretas*** do FEMNegras-RJ, os espaços da educação e da cultura são territórios privilegiados de encontro com a militância, inclusive para as mais novas: nos teatros sem apoio que acontecem nas escolas no mês de novembro, nos desfiles de moda afro, nas coreografias da favela e do asfalto pobre, nas rodas de *freestyle*, nas poesias do *slam* das minas

Foi a dança que fez os caminhos de Ana Gomes e Luciene Lacerda se encontrarem. Elas integraram a Companhia de Dança de Mercedes Batista, bailarina e coreógrafa, uma das maiores representantes da cultura afro-brasileira no mundo e primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Foi através da dança que Luciene começou a acessar os espaços de militância negra, onde descobriu que não estava sozinha:

> Eu era bailarina profissional. Nós nos conhecemos na dança. A Ana participou de um concurso para coreógrafos, no Teatro João Caetano e me convidou para fazer parte do grupo dela. Com o balé, eu descobri muitos setores, muitos agrupamentos do Movimento Negro. Na Marcha de 88, quando eu cheguei na passeata, as sensações foram muitas. Mas primeiro foi pensar assim: - **Meu Deus, tem mais gente que pensa igual a mim. Essa sensação de ter gente junta, que você não é doida, não é maluca, que tem mais gente que pensa assim, é tão legal, afaga tanto. Você se sente menos culpada, menos doida**. (Luciene Lacerda, grifo nosso).

Luciene está se referindo à marcha de 1988, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, contra a farsa da abolição da escravatura. Se a marcha de 1988 marcou a vida de Luciene e de muitas militantes, foi na III Marcha das Mulheres Negras do Rio de

Janeiro, em 2017, que a pequena Ana Julia Marcelino, de 9 anos, também teve seu mundo transformado:

> Cris, quando nós voltamos pra Miracema, ela começou a tirar a roupa das bonecas. E começou a pegar uns panos coloridos e foi fazendo roupinhas. Ela ficou muito impressionada com a marcha. As bonecas agora estão todas de turbantes e penteados afro. (Adriana Bernardino, mãe da Ana Julia. Faz parte da Coordenação Ampliada do FEMNEgras-RJ).

Ana Julia faz parte do grupo da região Noroeste do Rio que participa do FEMNegras. Ela esteve em Santo Antônio de Pádua, da reunião para preparação da III Marcha e da mobilização das ***pretas*** da região. Ela gravou um vídeo, convocando as pretas para participarem, dizendo: “Nós lutamos contra o racismo e outras coisas que me chamam: marrom, moreninha, morena feia. E queremos respeito”. Hoje, aos 13 anos e algumas marchas, Ana Julia faz um curso sobre meninas negras nas ciências. Sua mãe, Adriana Bernardino, entrou recentemente em um mestrado e sua orientadora, Joselina Silva, referência do movimento de mulheres negras no Brasil, foi uma das fundadoras do FEMNegras-RJ. Não há dúvida de que nossos passos vêm de longe, se encontram, se fortalecem e transbordam.

Clátia Vieira, que também iniciou sua militância muito jovem, aos 12 anos, quando entrou na Juventude Operária Católica (JOC) e conheceu o Partido dos Trabalhadores (PT) que considera uma revolução na sua vida, tendo marcado sua formação política, também foi impactada no encontro com militantes negras. Aos 14 anos, entrou na Associação de Moradores do Morro da Coroa, em busca de melhorias coletivas para o lugar onde morava, mas foi no encontro com o FEMNegras-RJ que ela entendeu sua luta, sua existência e seu lugar:

> Queria me meter naquilo que acontecia. Pra tentar mudar a vida da gente. Eu sempre fui inquieta com a vida desde muito cedo, mas não de querer mudar a minha vida, mas inquieta de mudar a vida de muita gente, de todo mundo que tava aqui. Queria saber como mudar isso. Fui me metendo com um, me metendo com outro, acertando em alguns lugares, errando em outros. Assim começou a minha militância.
> Mas **eu não tinha consciência de mulher preta, de mulher, eu tinha consciência que era pobre e queria mudar aquilo ali.** Conheci a Joana Angélica que falava de gente preta e me interessei pelo tema. **Aí veio o FEMNegras-RJ. Aí sim**. (Clatia Vieira).

Nas reuniões com as ***pretas*** do FEMNegras-RJ, ouvindo seus relatos de vida, é possível perceber que já traziam experiências de luta contra opressões, algumas

iniciadas nos sindicatos, nos espaços de trabalho, nos movimentos de mulheres, na família, nos espaços religiosos, mas o entendimento do racismo e suas engrenagens vem depois, a leitura racial acontece, em especial, no encontro político com outras ***pretas*** e pretos.



Fotografia 26 – Montagem de imagens com Ana Júlia.
Legenda: da esquerda para direita: Ana Julia na III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro: com a mãe, aprendendo a tirar um som. Em Miracema: nasce uma Afroestilista.
Fonte: Acervo pessoal de Ana Julia e Adriana Bernardino.

Uma das características organizacionais do FEMNEgras-RJ é sua dinâmica de inclusão das participantes em atividades e esferas representativas. Além da forma como foi acolhida, Dolores Lima, destaca a dinâmica de participação do FEMNegras-RJ:

> Eu era conselheira pelo CETRAB no CONDEDINE. O Fórum enviou um e-mail para várias instituições, Conselhos. Fui designada a representar o CONDEDINE nesta reunião. Eu chego lá por este caminho. [...] Tem uma questão que me traz uma certeza desse espaço, que foi uma fala emblemática da recepção desse lugar. Que é dizer pra mim: "**Fica à vontade, seja bem-vinda! Quando você menos esperar este fórum pode estar te catapultando"**. E a segunda orientação foi: "**Não se envaideça"**. Foi isso, e realmente aconteceu. **Entrei em março e em junho estava representando o fórum em um evento nacional** (Dolores Lima).

Os tempos de chegada não são prioritários. Entrou, tem demanda, tem atividade a ser feita, quem se disponibiliza faz. "A relação não é de quem sabe mais, é de quem soma, quem fortalece" (Clatia Vieira). Como disse Dolores Lima: "Você entra, vê como é a roda da panela, pega uma tarefa e é protagonista da ação".

É no cotidiano, no fazer junto, nas reuniões, nas manifestações, nos bares e no samba, cantando, dançando e discutindo leis, que as regras, os posicionamentos são aprendidos e compartilhados. É ali que reforçamos a importância de politizar nossas demandas, nossa estética, nossos saberes. É quando aprendemos que nossas dores e lutas também são coletivas.

As minhas interlocutoras nesta pesquisa apontaram o FEMNegras-RJ como um espaço de militância de base, as ***pretas*** que o constituem, assim como a coordenação ampliada, são mulheres de base, marcadas pela diversidade:

> Eu me identifico com o Fórum porque é um espaço de militância de base. A gente vai nas ruas, a gente vai na zona, vai no hospital. Nós somos mulheres de base. (Ana Gomes).
>
> O Fórum tem pessoas de diferentes segmentos, matrizes religiosas, algumas possivelmente ateias. Mulheres do sindicato, da academia, da favela, da Vila Mimosa. E isso é um grande desafio. (Dolores Lima).

Ter um grupo tão diversificado imprime uma característica importante ao FEMNegras-RJ e constitui também um grande desafio mas, segundo Dolores Lima, as pretas conseguem conduzir com muita leveza o processo, sem ser raso, mas com profundidade e criticidade:

> O fórum tem uma inerência, uma coisa de movimento. Ele é mais maleável, mais aberto. Não é fácil, não é nada difícil. A gente faz uma militância ferrenha, com consciência, mas fluido. (Josina Cunha).
>
> A gente faz política diferenciada. Por mais que a gente tenha divergências a gente se recompõe com muita facilidade e vai reconhecer a importância da outra. (Clatia Vieira).

Essa relação entre as participantes do FEMNegras-RJ é marcada pelos laços criados que transbordam da militância para a vida privada: laços de irmandade, com todas as dificuldades e contradições. São laços que ampliam as relações de amizade e familiares. Algumas mulheres do FEMNegras-RJ já me relataram, nas entrevistas e em conversas, sobre a solidão que vivenciaram em outros espaços de militância. Luciene Lacerda, por exemplo, falou das dificuldades que enfrentou e de como, por muitas vezes, era apenas ela ou outras poucas ***pretas*** para defender algumas pautas e ter que ir para o enfrentamento diante da cegueira/racismo de algumas/alguns companheiras/os. Essa militância solitária, também foi relatada por Clatia Vieira, que conta ainda ser forte na sua memória uma manifestação de que participou. Depois de

ter apanhado da cavalaria, voltando para casa sem dinheiro e machucada, viu “as/os companheiras/os” brancas/os de luta bebendo e se confraternizando em um bar.

> Passei por eles e ninguém me viu ralada. Voltei a pé. Não tinha um real. Ninguém me notou. Ali eu vi que não somos iguais. Ainda somos as empregadas quase da família. No movimento de mulheres negras estamos do lado o tempo todo, criamos laços, tem cumplicidade. Por isso não entendo essa história de ninguém largar a mão de ninguém. Nós nunca largamos as nossas e só por isso que ainda estamos aqui. (Clatia Vieira).

A relação em outro formato vai se fortalecendo e ampliando: junto a uma ***preta*** que precisa de remédios na Zona Oeste, a outra que perdeu os filhos na Baixada, a ***preta*** de São Gonçalo que está hospitalizada, a cesta básica que precisa chegar a Maricá e Citrolândia, o abraço na dor de ter perdido uma irmã de luta em Niterói, no cuidado em providenciar o cafezinho, o almoço e a passagem de volta para as ***pretas*** que vieram de longe, ainda em jejum, para participar das reuniões.

Assim, essa relação se traduz também no que é fio condutor do FEMNegras-RJ: o fortalecimento e a mobilização das pretas, em um movimento de autonomia, confluência e compromisso. O FEMNegras nos impulsiona a visualizar, desejar e seguir novos caminhos/espaços, como também nos convoca o tempo inteiro a um percurso de formação e intervenção coletiva, sobretudo local:

> mobilizar as mulheres negras para que essas participem e interfiram nos processos de elaboração de políticas públicas locais, dialoguem com o poder público e outros segmentos organizados da sociedade civil para garantir a perspectiva de combate à discriminação racial, à superação das desigualdades étnico/raciais e, principalmente, os direitos das mulheres negras a uma vida digna em amplo sentido (FEMNegras RJ, 2019).

Os processos de mobilização desenvolvidos no FEMNegras-RJ estabelecem espaços fundamentais de discussões, articulação e formação política com impactos significativos nas instâncias governamentais e na criação de novos grupos a partir das articulações locais. Assim como nos aponta Gomes (2017), o movimento negro brasileiro é um agente educador e político, que produz saberes emancipatórios, como um importante sistematizador de conhecimentos relacionados à questão racial brasileira. Nesse sentido, o FEMNegras-RJ é um espaço privilegiado na promoção de uma pedagogia da subversão, em um movimento constante que passa, deixando rastros e provocando estragos nas estruturas racistas.

Por ser uma organização estadual, as mulheres do FEMNegras-RJ realizam as atividades de maneira autônoma, quer de forma regional, na qual ocorre atuação conjunta de alguns municípios, em ações municipais; quer em ações territoriais, denominadas pelo grupo, como ações realizadas em uma comunidade específica ou em um bairro. Para facilitar a análise das atividades atualmente realizadas FEMNegras-RJ, dividi as ações em sete grupos:

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ

Atividades	
Diálogos com a gestão pública	✓ Fórum Permanente de Diálogos com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro – Marielle Franco, criado em 2017, instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ): canal permanente de diálogo entre a ALERJ e os movimentos sociais organizados, que representam as demandas, reivindicações e pautas das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro. ✓ Diálogos regionais/municipais com as esferas legislativas e executivas: inserção nas discussões e proposições de políticas públicas e orçamentárias. ✓ Ação junto a equipamentos/setores públicos: participação junto a secretarias, coordenadorias, unidades públicas de atendimento.
Campanhas	✓ Processos eleitorais: estímulo e apoio ao aumento de candidaturas e eleição de mulheres negras; pactuação com mandatos e gestões em relação a demandas e pautas da população negra – “Eu voto nas pretas” e “Nosso voto, nossa voz, nossa vez”. ✓ Combate à violência doméstica em parceria com homens negros – “Violência contra mulher é crime”. ✓ Campanhas durante a pandemia — “A fome mata, a solidariedade salva”. ✓ Campanhas, estaduais e nacionais, em parceria com organizações de mulheres/feministas, do movimento negro e instituições de fomento.
Ações de mídia	✓ Lives: Pauta Preta, Pauta Preta Livre e Algo Muito Melhor – espaço de discussão, formação e informação, protagonizados por mulheres negras.

Geração de renda	✓ Vitrine Negra: espaço de geração de renda e apoio ao empreendedorismo de mulheres negras. Realização de feiras e exposições.
Projetos e ações de formação	✓ Seminários de formação internos – cursos, oficinas e seminários. ✓ Ações de formação – atividades realizadas em instituições, escolas, movimentos sociais etc. ✓ Projetos de educação para formação política ✓ Formação para coordenação ampliada: encontro das Carolinas, encontro mensal para leitura e discussão de textos de mulheres negras.
Ações de fortalecimento Local	✓ Organização das mulheres nos municípios e regiões na ampliação, fortalecimento e criação de organizações de mulheres negras. ✓ Incentivo à criação de fóruns de mulheres negras municipais/regionais.
Participação em Conselhos e Fóruns de Direito	✓ Representações em conselhos municipais e estaduais. ✓ Representação em fóruns de direitos municipal, estadual e nacional e GTs temáticos. ✓ Representação em coletivos, movimentos de mulheres/feministas, movimento negro.
Premiações	✓ Prêmio Rosas Negras[42] – Desde 2004, a Coordenação Ampliada homenageia mulheres pretas de diferentes territórios, que, com suas ações, muitas vezes tímidas e discretas, afetam a vida de outras mulheres negras.

Fonte: a própria autora, 2021.

As ações desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ buscam encarnar nas práticas cotidianas, nas micro e macro políticas estabelecidas por essas pretas, forjando

[42] Em alusão às mulheres negras que faziam parte da Frente Negra Brasileira, as frentenegrinas que usavam rosas negras, carregavam no peito um botão de rosa negra.

estratégias de enfrentamento às opressões e estabelecendo encaminhamentos e desdobramentos para as pautas e agendas.

Atualmente os principais itens de pauta de reivindicações do FEMNegras-RJ são:

- - Combate ao racismo;
- - Parem de nos matar/assassinato do povo preto/segurança pública;
- - Violência urbana/segurança pública;
- - Direito à cidade;
- - Saúde/saúde mental;
- - Políticas de assistência social;
- - Educação;
- - Geração de trabalho e renda;
- - Combate à violência de gênero e doméstica;
- - Luta contra sexismo, homofobia, transfobia;
- - Pelo bem-viver das mulheres;
- - Organização das mulheres nos municípios;
- - Racismo religioso.

Algumas pautas, como destacou Ana Gomes, ainda são as mesmas do tempo da Lélia Gonzalez. Apesar dos nossos avanços e conquistas, ainda não superamos algumas questões e um dos desafios é entender como iremos sair desse lugar:

> Nossas pautas políticas precisam engendrar outras lutas. Eu tenho insistido que nossa luta como feministas negras se resume na luta política pelas nossas vidas. Nossas lutas ainda são muito cotidianas. A gente acorda e luta por escola, a gente acorda e luta para nossos filhos estarem vivos, a gente acorda e luta pelo que comer, para ter uma renda, ter lugar para morar. A marca ainda hoje e eu espero que mude, são as coisas imediatas. Poucas de nós não estão nesta posição. (Ana Gomes).

A pandemia de COVID-19 trouxe pautas próprias e urgentes, como o direito à água, ao saneamento básico, o combate à fome, o acesso ao auxílio emergencial e a democratização da banda larga, elementos que foram rapidamente incorporados às atividades do FEMNegras. Uma das linhas de ação implementadas foram campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos. Essas articulações foram feitas em âmbito local e nacional, com a participação em editais ou em parceria com outras instituições.

O número de mulheres pretas, inclusive as participantes do FEMNegras-RJ, que estavam em situação de insegurança alimentar, foi muito grande.

Uma das campanhas realizadas nesse período foi “A fome mata, a solidariedade salva”, em que doações e arrecadações de alimentos eram encaminhadas ao grupo que, coletivamente, estabelecia critérios de distribuição e urgências de atendimentos. Uma ou duas pretas representantes das suas comunidades, municípios ou região, mapeavam as mulheres que precisavam de ajuda, faziam as articulações e logísticas necessárias. A ação nunca era limitada à entrega de uma cesta básica, era também o momento da conversa, de se levantar as dificuldades, do encaminhamento para equipamentos públicos e da criação de laços solidários. Eram as mãos pretas que se encontravam entre as alças das bolsas e percebiam que não estavam sozinhas. E isso só foi possível porque aquelas mulheres sempre estiveram lá, o acesso e a análise das situações vivenciadas por tantas de nós já acontecia muito antes mesmo da pandemia. O período pandêmico também marcou uma nova forma de realizar as atividades, o mundo virtual foi o grande palco das nossas ações:

- - Marcha das Mulheres Negras com duas versões virtuais em 2020 e 2021;
- - Divulgação e vendas *online* dos produtos da Vitrine Negra;
- - Reuniões internas, plenárias estaduais e municipais e audiências públicas.
- - Seminários de organização e formação: III Seminário Feminista Negra – Rosas Negras; curso de formação sobre necropolítica; encontros de formação da Coordenação Ampliada; encontro das Carolinas.
- - *Lives* e campanhas.
- - Prêmio Rosas Negras 2021 para mulheres negras que, em tempo de pandemia, afetaram de forma positiva a vida de outras mulheres negras.

Na dinâmica das ações, o processo vai se estabelecendo na construção coletiva de redes e conexões que se formam entre as esferas locais e estaduais, Ao longo de sua história, o FEMNEgras-RJ tem atuado intensamente em atividades de formação de quadros, realizando reuniões com grupos de mulheres negras de vários municípios do estado, participando e propondo audiências públicas junto aos representantes dos poderes legislativo e executivo, além de organizar campanhas e manifestações e de empreender articulação e representação em conselhos, fóruns e organizações de mulheres negras e mistas em âmbito estadual e nacional.



Fotografia 27 – Diálogos com a Gestão Pública. Plenárias do Fórum de Diálogo na ALERJ.
Legenda: a direita de cima para baixo: Nadir Vasconcellos; Helena Theodoro e Ruth Salles
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ



Fotografia 28 – Montagem com imagens das plenárias e reuniões organizativas do FEMNegras-RJ
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ



Fotografia 29 – Montagem com imagens de atividades dos Fóruns Municipais de Mulheres Negras.
Legenda: da esquerda para direita em sentido horário: São Gonçalo, Itaboraí, Duque de Caxias e Niterói.
Fonte: acervo do FEMNegras-RJ



Fotografia 30 – Premiação IX Edição das Rosas Negras em homenagem as mulheres de Axé.
Fonte: acervo FEMNegras-RJ



Fotografia 31 – Premiação da IX Edição das Rosas Negras em homenagem as mulheres de Axé.
Legenda: Dolores Lima (a esquerda) entregando o prêmio a Neusa das Dores (a direita)
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ



Fotografia 32 – Prêmio Rosas Negras virtual.
Legenda: Ruth Sales e Avanir Ribeiro (em cima), da Coordenação Ampliada do FEMNegras-RJ e embaixo, Shirlei Vitorino, uma das homenageadas do município de São Gonçalo.
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ



Fotografia 33 – Montagem com imagens do projeto Vitrine Negra.
Legenda: em cima a esquerda, CARD da atividade virtual da Vitrine Negra; em cima, a direita e embaixo, exposição das artesãs da Vitrine Negra na sede da Prefeitura do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

4 – Nossas pautas precisam sair das nossas bocas pretas

A partir da multiplicidade de ações desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ, neste capítulo, irei analisar como são pensadas, discutidas, acompanhadas e executadas algumas das pautas e agendas do FEMNegras-RJ, seus processos organizativos e suas dinâmicas internas e externas em quatro atividades específicas: as campanhas "Violência contra mulher é crime" e "Eu voto nas pretas" e os projetos "Pauta Preta Livre" e "Diálogos com a ALERJ".

4.1 – Há consenso, companheiras?

Era mais uma reunião para discutir estratégias de ação para uma campanha contra a violência doméstica, mas poderia ser tantas outras reuniões do movimento de mulheres ou algum fórum, conselho de direito ou coletivo. Ao contrário de anos anteriores, tanto aquela reunião como as manifestações foram virtuais e tinham como ponto central o aumento no número de casos de violência doméstica desde que se iniciaram, em 2020, as medidas de isolamento em função do COVID-19.

Em abril de 2020, um mês antes da campanha, as denúncias de violência contra a mulher registradas no Disque 180[43] haviam aumentado em quase 40% em relação a 2019, de acordo com os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH). Segundo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre março e abril de 2020, os casos de feminicídio cresceram 22,2%, se comparados ao mesmo período do ano de 2019. Ocorre que as medidas de isolamento fizeram com que muitas mulheres tivessem que permanecer em casa ao lado das/os suas/seus agressoras/es e dificultando a busca de espaços de auxílio e proteção. Diante desse contexto, entendeu-se a urgência de ações que pudessem contribuir para que as mulheres pudessem acessar informações e redes de atendimento, assim discutiu-se

[43] Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 presta uma escuta e acolhida qualificada às mulheres em situação de violência. O serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, bem como reclamações, sugestões. O serviço também fornece informações sobre os direitos da mulher, como os locais de atendimento mais próximos e apropriados para cada caso.

como seria a campanha. No final das falas, depois de discussões, propostas e defesas inflamadas, veio a pergunta que sempre se segue: ***"há consenso, companheiras?"***

Não, não houve consenso. Mais uma vez, nós, ***pretas,*** fizemos a pergunta de sempre: como essas ações iriam atingir as mulheres pretas, já que os dados mostram que nós somos as maiores vítimas de violência doméstica? E as ***pretas*** da favela, pobres, sem internet, essas ações virtuais vão chegar a essas mulheres? Nossa forma de comunicar a campanha é a melhor forma para esse grupo?

Há alguns anos essa discussão seria rapidamente esvaziada por uma suposta unidade do movimento, afinal falar de mulheres já incluiria as ***pretas***. Essa leitura em relação à importância das discussões raciais nos movimentos de mulheres e feministas ainda está longe de ser uma questão solidificada, materializada eu prefiro dizer. Já há algum tempo *pega mal* não falar de pretEs, é preciso também se mostrar antenada com as questões LGBTQI+. São livros de ***pretas*** que circulam entre mãos e nas redes — bell hooks, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo — até quem não leu tem uma citação na ponta da língua. Chama minha atenção a perceptível mudança nos letramentos sobre raça nos discursos de alguns grupos feministas e de mulheres[44] no Rio de Janeiro.

Segundo Soares (2009, p.18), letramento "é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita". Tal apropriação traz consequências para o grupo social no qual é inserida e para os indivíduos que aprendem a usá-la:

> Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever - *alfabetizar-se,* deixar de ser *analfabeto,* tornar-se *alfabetizado,* adquirir a "tecnologia" do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu *estado* ou *condição* em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. (SOARES, 2009, p.17).

Nesse sentido, ler e escrever não se resumem a experiências pessoais, pois perpassam práticas sociais, são ações relacionadas aos contextos de leituras, pois as

[44] Falo aqui de alguns grupos que tenho acompanhado e participado, composto por mulheres de vários pertencimentos étnicos, geracionais, de várias regiões do Rio de Janeiro (sobretudo da região metropolitana), várias formações, profissões e com participações diversas em movimentos de mulheres, mistos e político partidários.

situações discursivas mudam, não são elementos neutros nem estáticos. Assim, “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2009, p. 20).

Se pensarmos em letramento não de forma restrita relacionado somente a aquisição aos usos da leitura e da escrita, mas ampliar para outros textos e para oralidade, por exemplo, podemos pensar nos letramentos que se estabelecem em espaços como os movimentos sociais, entendendo estes espaços como agências de letramento. Nesse sentido,

> Os letramentos para além das habilidades de ler e escrever; podem ser mais bem compreendidos como “um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidades e de poder. (Souza, 2011, p.35)

Souza (2011) ao analisar o hip-hop, identifica-o como uma dimensão educativa, uma agência de letramento, com uma maneira singular de recriar “as práticas culturais e educacionais que marcam o movimento social negro nas diferentes épocas, desde a chegada dos negros africanos no Brasil” (idem, p. 43). Em um movimento de contestação, vão reinventando práticas do uso da linguagem desenvolvidas não somente no ambiente escolar, mas também, nas experiências de letramento marcadas por suas identidades culturais como também, dos movimentos sociais e outros grupos de sociabilidade.

A partir desse entendimento, surgiram as primeiras questões: quais seriam os letramentos desses grupos de mulheres sobre mulheres pretas, sobre relações étnico-raciais? Em quais contextos e narrativas aparece a questão racial?

Nas narrativas escritas desse grupo, a questão racial — e nesse caso incluem-se as mulheres indígenas —, LBTs e mulheres com deficiência aparecem com recorrência nos textos produzidos, impressos ou em mídias audiovisuais. É consenso entre essas mulheres que, hoje, seria inadmissível qualquer produção textual em que essas questões e grupos não aparecessem. Definitivamente, a interseccionalidade e a diversidade ganharam a batalha das narrativas, mas esses grupos não necessariamente aparecem em primeiro plano. Ainda há muita discussão sobre quais temas são principais ou secundários em campanhas e manifestações. Em tempos virtuais, as principais hashtags dos últimos meses são incorporadas às discussões. Entre elas, destacaram-se: #ForaBolsonaro; #QuarentenaSimViolênciaNão; VizinhaVocêNãoEstáSozinha; #MexeuComUmaMexeu

ComTodas. Nenhuma hashtag sobre racismo se evidenciou, ainda que o racismo estrutural esteja presente em todas as falas e análises de conjuntura e que os dados apontem que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica.

De modo geral, a questão racial é sugerida como subtema, temática secundária. Como nas organizações de mulheres há uma condução de disputa que se constrói a partir da defesa de argumentos e agendas (xingamentos e etiquetas menos ortodoxas só no plano mental), nada é votado, as discussões podem chegar à exaustão e só se define quando se tem consenso. Nesse caso, as ***pretas*** precisam sempre defender o protagonismo da questão racial. Em tempos onde "racismo estrutural", "antirracismo" e "vidas negras importam" começaram a fazer parte do universo cotidiano, dos programas de tevê e das redes sociais, confesso que tem sido um pouco mais fácil essa condução e as objeções sobre o tema se diluem com mais facilidade. Nessa disputa de narrativas para se chegar ao consenso, "o lugar de fala" conquistou um papel crucial: ninguém ousa negar a fala ou falar pelas ***pretas***.

Mas há sempre um desconforto quando as mulheres pretas falam sobre a não prioridade nas pautas. É um tal de "nós sabemos e apoiamos", mas, ao mesmo tempo, a priorização não é defendida. Nas reuniões presenciais, quando as ***pretas*** falam, é possível observar comentários, gestualidades e caras de desaprovação e até algumas falas, em tom de cochicho: "*não precisa falar desse jeito*", "*elas não entenderam a proposta*", mas se tem a impressão de que ninguém quer problemas com as ***pretas*****,** então, é melhor nem começar, o estereótipo da mulher pobre, arengueira e agressiva ainda circula no imaginário. Isso nas discussões de organização, porque, durante todos os eventos presenciais, temos problemas. Há sempre um grupo de ***pretas*** falando em um tom mais alto, questionando o lugar na ordem das falas, lugar no carro de som, posicionamento do grupo nas caminhadas e marchas.

Nos movimentos feministas/movimento de mulheres que acompanho no Rio de Janeiro, há uma performance característica que vai desde a estética com suas variações de idade, cor e CEP, aos sotaques na fala e *ethos* do tipo de militância — se pertencem a partidos políticos, movimento estudantil, sindicatos, movimento negro, LGBTQI+. Algumas expressões, conceitos e palavras de ordem dão os contornos e estabelecem as tramas de atuação. Há falas sobre repúdio ao atual governo, luta anticapitalista, conjunturas políticas internacionais, antirracismo, homofobia, transfobia, violação de direitos humanos, defesa da coisa pública, violência e assédio contra mulheres, legalização do aborto, entre outros. Nesse sentido, a questão racial já faz parte desse

repertório discursivo, mas, por outro lado, ainda não se solidificou nas estratégias de atuação.

É comum o lamento em uma suposta dificuldade de estabelecer diálogo com as mulheres mais pobres, periféricas, evangélicas... pretas. Esse lamento é acompanhado por falas como: "*elas precisam ter reflexão política*", "*são eleitoras do Bolsonaro*", "*não fazem parte de movimentos organizados*", são falas que mostram em qual lugar as mulheres pretas/pobres aparecem nos discursos e a partir de que lugar elas são pensadas.

Exemplo dessa circunstância é que não lembro de ouvir falas sobre a necessidade de ações voltadas para mulheres brancas, de classe média, algumas irmãs/mães/amigas daquelas que participam desses grupos, que constroem suas vidas a partir dos privilégios de classe e raça, que também fazem parte do eleitorado que apoia políticas e políticos que nos oprimem. Para essas mulheres não se pensa em estratégias para que se incorporem as nossas lutas. Não se discute a preocupação em fazer com que entendam suas dificuldades na análise política, na alienação e como são peças que retroalimentam a engrenagem opressora.

A permanência na ação coletiva das mulheres pretas em grupos multiétnicos aponta um reconhecimento de alianças políticas e de lutas possíveis, mas explicitam distanciamentos e leituras de mundo marcadas e embrenhadas pelo racismo. A luta antirracista e antissexista é marcada ao longo da história por grupos aliados, mas não necessariamente por grupos implicados no desmonte de privilégios estruturais. Muitas vezes, é no discurso da boa intenção que percebemos a manifestação do racismo nas práticas cotidianas como explica Achille Mbembe (2017), quando trata do nanorracismo, que, através de ações repletas de boas intenções, alimenta a máquina racista, de narrativas que expressam, "nos gestos aparentemente inócuos de todos os dias, por nada, por uma palavra aparentemente inconsciente, uma brincadeira, uma alusão ou uma insinuação, um lapso, uma piada, um sob entendido" (MBEMBE, 2017, p.78).

Depois de tensões e consensos, uma das companheiras resumiu os rumos da campanha: "é*, infelizmente a gente não consegue alcançar todo mundo*". E assim foi: *cards* bem elaborados, *lives*, vídeos, festival de *hashtags* nas mídias sociais... Bacana, mas não poderia ser só isso. Queríamos articulação com os supermercados, para que falassem sobre violência doméstica entre os anúncios de promoção relâmpago da maionese e do arroz, informativos nos pontos de ônibus e transporte alternativos, no sussurro ao pé do ouvido para quem vai pegar a cesta de alimentos doada, nas rádios comunitárias, nos terreiros e nas igrejas. Diante da dificuldade recorrente em acessar

essas outras mulheres e em pensar ações para e com as mulheres pretas e pobres, essa questão impulsionou uma ação paralela das ***pretas*** daquele grupo. E assim fomos traçar outros caminhos.

Esse impasse é uma constante: quem fala, com quem fala e como fala. De um modo geral, são mulheres brancas e de classe média/alta que pensam e tocam grande parte das campanhas e manifestações, são elas e suas instituições e partidos que dispõem de tempo, recursos e estrutura, além das vantagens e privilégios de classe e raça que lhes são concedidas, em um país racista que as legitima como protagonistas das narrativas e saberes. Analisando as produções cinematográficas negras, Cruz (2019) aponta que:

> condicionantes econômicos se impõem como umas das principais barreiras para o exercício de práticas negras cinematográficas, sejam essas práticas alinhadas ou não ao ideal emancipatório (...) Elas determinam o acesso as condições materiais e estruturais para o exercício do "poder de invenção", consequentemente se apresentam como uma baliza entre o que é e o que não é representativo ou quem é e quem não é representado. (CRUZ, 2019, p.78).

Assim como os condicionantes econômicos são determinantes nas produções cinematográficas negras, impossibilitando o acesso a bens e condições que viabilizem essas produções, para parte de nós, mulheres negras, elas também dificultam ou impede nossa presença em locais de reuniões. Ainda que que esses locais sejam virtuais, existe problemas em relação à posse de equipamentos, acesso a redes de internet, ausência de espaços adequados, como também falta de conhecimento técnico ou profissional para algumas produções.

Essa realidade desigual estabelece quem serão as/os protagonistas, as/os coadjuvantes, figurantes, dublês e quem só vai assistir à cena. Pensando bem, algumas/alguns sequer vão presenciá-la. Neste sentido, mesmo com essa arena desigual, em que a representatividade é transformada em um elemento em constante disputa (CRUZ, 2019), o "poder de invenção" nos desafia a produções que se caracterizam como movimentos políticos e nos impulsionam a inovações estéticas e narrativas.

Então, se a campanha não conseguiria alcançar todo mundo, nós, mulheres pretas, decidimos que iríamos fazer a nossa própria campanha. E como disse, Clatia Vieira: "*Nossas questões precisam sair das nossas próprias bocas pretas"*. Segundo Silva e Mota:

> Uma das formas de autonomia é possuir discursos sobre si mesmo. Se sobre os africanos e seus descendentes foi historicamente produzido e difundido um discurso único, que criou estereótipos e retirou a humanidade, é preciso outro discurso que diga mais sobre quem somos. Ainda é desafiador saber ser quem se é numa sociedade profundamente racista e preconceituosa. (SILVA; MOTA, 2018, p. 8).

Foi esta perspectiva de construção dos nossos próprios discursos que impulsionou uma ação paralela das mulheres pretas daquele grupo: nós construiríamos nossa própria campanha, nossos próprios discursos, a partir das nossas versões e interpretações, das nossas experiências e vivências pretas e ela seria voltada para "aquelas" que não se alcançam ou não se tem o interesse ou trabalho de alcançar.

4.1.1 – O papo é reto e preto

Não tínhamos dúvidas de que, para as informações chegarem à favela, ao asfalto pobre, às ***pretas***, era preciso trilhar outros caminhos, narrativas, estéticas e saberes. Nesse sentido, o FEMNegras-RJ lançou a campanha "Violência contra mulher é crime", uma ação em que homens pretos iriam falar sobre violência doméstica. Campanhas com participação de homens não é uma ação inédita. Em 2014, a ONU Mulheres lançou o movimento "Eles por Elas", campanha mundial em solidariedade e defesa dos direitos das mulheres, a qual contava com a participação de pessoas de diferentes gêneros, raças/etnias e classes sociais. No Brasil e no mundo, personalidades do mundo artístico, da política e do esporte participaram da campanha. O diferencial entre os episódios é que a campanha organizada pelo FEMNegras era exclusivamente organizada por mulheres pretas, tendo exclusivamente homens pretos como parceiros.

Sem roteiros, os homens pretos taxistas, estudantes, crianças, babalorixás, padres, pastores, intelectuais, pedreiros, ativistas, artistas, gays, héteros, *duros* e de classe média, falariam sobre violência doméstica contra mulheres a partir das suas próprias histórias e percepções: a violência doméstica sofrida por suas mães e seus impactos na infância; o papo que acontece entre a rapaziada no botequim e na barbearia; o reconhecimento e a prova de mudanças de quem já foi a mão opressora; homens pretos falando para outros homens pretos sobre cuidados e afetos em relação às mulheres pretas.



Fotografia 34 – Trecho do vídeo da chamada da Campanha: “Violência contra mulher é crime”.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ.

A opção de fazer uma campanha com homens pretos rompia com uma das construções resultantes das sequelas do racismo: as (auto)representações desses homens. Um dos cuidados foi que a campanha não caísse na armadilha racista de apontar homens pretos como violentos e agressores.

A campanha tinha como proposta conversar sobre como as violências, em especial a violência doméstica, atravessam as vidas de mulheres e homens pretas/os, discutir masculinidades e as nossas relações. Melgaço (2020), a partir das histórias de um jovem negro, gay afeminado, evidencia a importância de conhecermos suas histórias, vivências e seus discursos e ressalta como isso pode contribuir para a sensibilização no espaço educacional, para formulações de políticas de empregabilidade e propostas educacionais que valorizem a identidade desses jovens, que não se viam positivamente representados nos livros didáticos e na mídia. Convocar os homens pretos para contar suas histórias e trajetórias se configurava, também, como uma possibilidade de mudança de eixo e estratégia em como esses homens são retratados e associados a estereótipos negativos.

Segundo hooks (2019), numa sociedade como a norte-americana, marcada pela segregação, a masculinidade negra é pensada de forma homogênea, feita de forma rasa e unidimensional, não correspondendo a complexidade vivida:

> O retrato da masculinidade negra que emerge dessas obras constrói os homens perpetuamente como ´fracassados´, que são ´fodidos´ psicologicamente, perigosos, violentos, maníacos sexuais cuja insanidade é influenciada pela incapacidade de realizar seu destino masculino falocêntrico em um contexto racista. [...] Nunca pressupõe a existência de homens negros cuja iniciativa criativa lhes permitiu subverter as normas e desenvolver formas de pensar a masculinidade que desafiam o patriarcado [...]. Homens negros contemporâneos foram moldados por essas representações (hooks, 2019, p. 174).

No caso brasileiro, a subalternização das masculinidades se reproduziu através da construção negativa dos homens negros, que seriam uma antítese do ideal de masculinidades hegemônicas. Assim,

> [...] é desqualificando as outras, criando e reproduzindo estereótipos que as apontam como referências negativas de masculinidades, para que os homens pobres, negros e homossexuais, tornem-se contraponto para que o ideal branco, heterossexual e burguês seja colocado como referência de masculinidade positiva nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a força do estereótipo está exatamente no fato de se legitimar, pela maior capacidade de persuasão do grupo hegemônico que se impõe, transformando sua ideologia em verdade universal. (SOUZA, 2013, p. 42).

As sequelas do racismo deixaram marcas profundas nas (auto)representações de homens e mulheres negras, nas relações marcadas pelo afeto e pela raiva, muitas vezes dirigidas contra si ou contra seus pares. Se, de acordo com Souza (2013), a força do estereótipo faz da ideologia das masculinidades hegemônicas uma verdade universal e, segundo hooks (2019, p.174), nunca se “pressupõe a existência de homens negros cuja iniciativa criativa lhes permitiu subverter as normas e desenvolver formas de pensar a masculinidade que desafiam o patriarcado”, a campanha era uma tentativa de estabelecer rotas de fuga e cura traçadas coletivamente por homens pretos e mulheres pretas, em uma estratégia de subversão de papéis e (auto)representações.

Algumas mulheres, entre elas feministas negras, entendem que os homens são companheiros importantes nas lutas por libertação, e que não se beneficiam com o patriarcado branco. No entanto, ainda que a luta antirracista tenha possibilitado a criação de vínculos e experiências entre mulheres negras e homens negros, não eliminou as relações sexistas entre elas e eles: mulheres negras, em especial militantes,

se veem igualmente invisibilizadas nas organizações e movimentos negros. Ainda que, para algumas, elas “tinham mais em comum com homens de seu grupo racial e/ou de classe do que com mulheres brancas burguesas*”* (hooks, 2019, p. 113).

Outra questão que permeia as relações entre homens e mulheres negras se concentra nas escolhas afetivas e sexuais. A *palmitagem*, categoria de acusação, é um tabu e marca as relações interraciais – sobretudo entre homens negros e mulheres brancas –, carregando o peso das representações coloniais negativas presentes e retroalimentadas até hoje em relação às mulheres negras: as sexualidades desviantes, as feminilidades caídas, a reificação do corpo negro, os corpos dispensáveis.

Contraditoriamente, apesar das discussões sobre a solidão da mulher negra e de como esta é preterida em relação à mulher branca, sobretudo quando homens negros ascendem socialmente, brasileiros casam-se mais com pessoas da mesma etnia e instrução[45]. Segundo Hestier, as relações entre mulheres negras e homens negros subvertem e decepcionam a lógica racista:

> A escolha afetiva por parte dos homens negros (e vice-versa) subverte e decepciona. Subverte porque sua afirmação viril vincula-se a apreciação e estima por um grupo que historicamente foi associado a um baixo prestígio social. E decepciona porque na perspectiva ideológica da mestiçagem o homem negro deveria, em grande medida, ficar ausente das relações afetivas e sexuais. (HESTIER, 2019, p. 46).

Esse movimento nos permitiu perceber que, se, por um lado, esses homens são invisibilizados e inferiorizados em uma estrutura social racista, na qual são modelos de masculinidades negativas e subalternizadas como são constantemente retratados pela mídia, escola, cinema, noticiários, propagandas; por outro lado, há também uma construção local e racial de ideal de masculinidade. Segundo Souza (2010, p. 27), existe um “modelo de masculinidade hegemônica local, que estabelece respeito e consideração entre seus pares, e que se estabelece muitas vezes negando e/ou subvertendo critérios consagrados por outros grupos masculinos”. Ou seja, se a estrutura social cria modelos positivos de masculinidades, existem também outros modelos locais de masculinidades que são forjados a partir de outros critérios, parâmetros e estéticas.

---

[45] Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1170344-brasileiros-casam-se-mais-com-pessoas-de-mesma-etnia-e-instrucao-diz-ibge.shtml#:~:text=Dados%20in%C3%A9ditos%20do%20Censo%20do,do%20casamento%20%22entre%20iguais%22. Acesso em:

A campanha foi em busca dessa multiplicidade de masculinidades a partir da identificação das referências de masculinidades locais. Os homens da campanha, como diria Souza (2010), iriam fazer seu papel de sujeito homem, mandando um papo reto e preto para seus pares através de seus sotaques, estéticas e sensibilidades: às vezes com o choro engasgado, outras com voz potente, cantando, fazendo performance, tímidos, com poesias, falando de amor, de dificuldades... e assim, aqueles homens de respeito e consideração foram vistos e ouvidos, estabelecendo trocas e conexões importantes para se pensar não somente no ponto central da campanha — a violência doméstica contra mulheres — mas nas nossas construções e relações históricas, afetivas, cotidianas, confluentes e contraditórias.



Fotografia 35 – Montagem com trechos da Campanha - “Violência contra Mulher é Crime”. Legenda: 1. Jetro Malungo (Estudante); 2. Gabriel Salles (Estudante); 3. Mestre Pedigree (Professor de capoeira); 4. Pai Jorge D’Ogum (Sacerdote do Ilé Axé D’Ogum-Já); 5. Airton Guimarães (Analista em Previdência); 6. Ademir de Albuquerque (Pedagogo); 7. Tião Belo (Diretor do GRES São Clemente); 8. Helio Ventura (Professor); 9. Roberto Borges (Professor); 10. Julio Cesar (Historiador e Pastor da Assembleia de Deus); 11. Franklin Vieira (Professor de Educação Física).
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

A campanha “Violência contra mulher é crime” possibilitou ainda que os homens participantes se olhassem e fossem vistos como importantes agentes educadores. Naquele espaço, eles não eram os que perpetravam a violência, mas sim os que estabeleciam redes de solidariedade e cuidados em relação aos outros homens. Havia uma preocupação, não combinada, de não apontar a mancada do outro, em uma proposta de reflexão sobre como agimos e por que agimos de determinada forma.

Os mais velhos contavam como foram criados e como isso influenciava suas percepções de mundo e relacionamento, alguns compartilhavam o medo de serem vistos como menos homens. Uns falavam sobre a necessidade do autocuidado e do cuidado na relação com as mulheres pretas, outros lembravam de como uma infância marcada pela violência doméstica reforçava mitos e papéis familiares e afetivos. Foram costurando várias histórias em que esses homens e os homens e mulheres das suas vidas passavam por outras leituras, entendimentos e representações. Então, fomos nos dando conta de que seus relatos e experiências eram elementos importantíssimos de processos de transgressão e transformação.

A campanha foi um sucesso... Desdobrou-se em *lives* na quais esses homens com suas histórias, lembranças, pesquisas, cicatrizes foram tecendo (des)construções sobre ser homem preto, possibilitando a construção de narrativas e contranarrativas a partir das suas autobiografias, abrindo um mundo de possibilidades e saberes.



Fotografia 36 – Montagem com *cards* de lançamento da Campanha “Violência contra mulher é crime

Fonte: Acervo FEMNegras-RJ.

No total, 181 (cento e vinte um) homens pretos enviaram vídeos caseiros, feitos pelo celular, falando sobre violência doméstica contra mulheres. Além de serem vinculados via Facebook[46], os vídeos foram repassados por telefone através do WhatsApp e outras redes socais. Além do FEMNegras, redes parceiras, e principalmente os próprios homens, mobilizaram-se para divulgação, além de ***pretas*** de 26 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Repensar as construções, os letramentos acerca das feminilidades e masculinidades negras é um exercício necessário, para que não caiamos em armadilhas maniqueístas que retroalimentam a estrutura racista e, com isso, possamos redirecionar e redimensionar os sujeitos e contextos. Por exemplo, nas discussões sobre masculinidades tóxicas e desconstruídas, qual é lugar do homem branco? Quem é o modelo de homem desconstruído? Em quem se reconhecem as masculinidades tóxicas, violentas?

Se é fundamental a discussão e a análise das relações entre mulheres negras e entre mulheres negras e homens negros, é igualmente importante discutir a relação com os homens brancos. Muitas vezes, quando se problematizam as temáticas de gênero e etnicorraciais, os homens brancos aparecem de forma genérica, são diluídos nas críticas à estrutura racista. O homem negro, até por uma questão de aproximação, é personificado. Na dinâmica e nas representações das novas possibilidades de masculinidades, o homem branco, classe média, cis, hétero tem se configurado como o modelo de masculinidade saudável, ao passo que os homens negros e as masculinidades subalternizadas são alvos da segurança pública, da necropolítica, do encarceramento, da violência.

Tais construções também permeiam as relações entre mulheres negras e homens negros aqui no Brasil, onde o genocídio da população negra, em especial a juventude negra, afeta as mulheres negras como mães, filhas, companheiras.

Além disso, as masculinidades e feminilidades trans, em especial as negras, os corpos e sexualidades dissidentes ou periféricos, vêm estabelecendo novas discussões e nos provocando a pensar em novas possibilidades de diálogos e reflexões: mulheres trans, mulheres com pênis, homens com vagina, corpos e sexualidades fora dos padrões estabelecidos pela cis-heteronormatividade-eurocêntrica, podem nos ajudar a reorganizar ou destruir as antigas caixas conceituais, abrindo um leque de multiplicidades e possibilidades de vivenciar gênero e sexo. A transgeneridade nos

[46] A campanha “Violência contra mulher é crime” está disponível no Facebook do FEMNegras-RJ: https://www.facebook.com/femnegras.

permite entender as leituras sociais, por exemplo, no trânsito do corpo objeto de desejo ao corpo que ameaça, encarnados em um mesmo sujeito em diferentes momentos.

As desigualdades de poder estabelecidas, em especial, nas comunidades negras precisam ser questionadas, problematizadas e superadas, sem perder de vista as construções que historicamente marcaram as representações sobre os homens negros. A luta antirracista nos obriga a rever e reverter as relações de gênero e pensar quais seriam as possibilidades de masculinidades alternativas. A transgeneridade nos permitiria pensar em rompimentos de barreiras impostas pelo gênero? Uma perspectiva afrocêntrica possibilitaria outras construções e olhares em relação aos referenciais, tão encharcados e contaminados por uma lógica na qual nunca fomos incluídas/os?

4.1.2 –. A pauta é preta e é livre

Junto com a campanha “Violência contra mulher é crime”, o FEMNegras-RJ iniciou uma série de *lives* intituladas “Pauta Preta”. No contexto do isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, um dos fenômenos que marcaram esse período foram as *lives*, transmissões ao vivo feitas por celulares ou computadores, que permitiram espaços de comunicação para artistas famosos, jornalistas e anônimos que, diariamente, 24 horas por dia, ensinavam a cozinhar, a fazer exercícios, criavam grupos de autoajuda e solidariedade, manifestações políticas... A internet quebrou algumas fronteiras e se estabeleceu como um território de encontro em meio ao distanciamento.

A “Pauta Preta” começou com duas *lives* semanais que aconteciam às segundas e às sextas-feiras, debatendo a temática sobre violência doméstica. Neste primeiro formato, mulheres e homens negras/os participavam, aprofundando e ampliando as discussões, a partir da temática da campanha. Foi também um importante espaço para divulgação de informações sobre políticas públicas para mulheres, legislação, espaços especializados de atendimento e canais de ajuda, voltados ao combate à violência doméstica e de gênero.

Um mês após a sua estreia, a “Pauta Preta” ganhou mais uma *live*, a “Pauta Preta Livre”, em comemoração ao julho das ***pretas***: o “Julho das Pretas” é uma agenda política de organizações e movimentos de mulheres negras em várias regiões do Brasil. O FEMNegras-RJ realiza uma série de atividades, incluindo a Marcha das Mulheres Negras e as celebrações do dia 25 de Julho (Dia Internacional da Mulher Negra Afro

Latina Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela). Foi neste período que a "Pauta Preta" foi o território para a realização da VI Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, a primeira em formato virtual.

Nessa perspectiva, o FEMNegras-RJ entendeu que a "Pauta Preta Livre" poderia ser um importante canal de comunicação entre as mulheres pretas, pois, naquele contexto, uma boa parte de nós estava em casa, entre as organizações do trabalho, das rotinas domésticas e da luta pela sobrevivência. Percebemos que era possível estabelecer conexões e falar sobre nós e nossas demandas, pois, ao contrário do que imaginávamos, o período de isolamento social também possibilitou estabelecer contatos mais frequentes, ainda que virtuais, mesmo com todas as dificuldades de acesso à internet. Fazer três encontros semanais, em formato presencial, seria impossível para as ***pretas***.

Foi também um espaço de novas aquisições de saberes: câmeras, microfones, iluminação, melhor perfil, roupa e maquiagem, baixar aplicativos, testar a rede, encarar computadores e celulares. O mundo digital e os bastidores das produções nos atravessaram e as ***pretas*** encararam o desafio, o que possibilitou, também, promover encontros muito especiais de gerações e que iam para além das fronteiras territoriais: o neto que ajudava com as tecnologias digitais era o mesmo que, sentado ao lado da avó, ouvia e aprendia tecnologias ancestrais; a família que se reunia ao redor do computador, para admirar e se emocionar com a adolescente que sabia lidar com o aplicativo, mas que precisava dos olhares e das mãos da mãe para controlar o nervosismo e falar naquela roda de ***pretas***; as ***pretas*** da América Latina e da África, que, driblando algumas dificuldades com o idioma, estabeleceram profundas relações e identificações com as experiências vividas pelas ***pretas*** brasileiras.

A "Pauta Preta Livre" iniciou um espaço importantíssimo de discussão política, de formação, e também um espaço de construção de memórias e registros. É muito recorrente as ***pretas*** falarem da ausência de registros escritos do que fazemos. Dolores Lima e Ana Gomes, em nossas conversas, falaram sobre isso, sobre nossa dificuldade em produzir textos sobre nós. Mesmo os registros fotográficos e audiovisuais não são muitos. Os registros textuais são poucos e pontuais: manifestos, projetos, cartas e o início de uma publicação sobre o FEMNegras-RJ.

A "Pauta Preta Livre" tem possibilitado um registro semanal de mulheres negras, gravado e disponível para consultas, pesquisas e lembranças[47]. É uma nova forma de

[47] Todas as lives estão disponíveis na página do Facebook do FEMNegras-RJ - https://www.facebook.com/femnegras.

griotagem, de tradição oral, de circularidade virtual dos saberes. O texto não está no papel, está encarnado nas falas, sotaques e construções linguísticas de cada preta, nas suas vivências e memórias. Um texto de *pretas* ou, como diria nossa companheira Lélia Gonzalez (2018), um texto em pretoguês, falado em horário nobre e sem fronteiras territoriais por aquelas que, segundo uma sociedade racista e eurocentrada como a brasileira, mal sabem falar:

> É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexiste. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que "casualmente" se chama bunda). E dizem que significante não marca… Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc e tal. (GONZALEZ, 2018, p. 208),

Se por tanto tempo nossa fala foi desqualificada e negada, naquele espaço, ser mulher e ***preta*** é o que nos garante a fala. É ali que mulheres pretas, que fazem parte ou não do FEMNegras-RJ, por um período de aproximadamente uma hora e meia, trazem suas demandas, discutem e analisam contextos referentes às políticas regionais, nacionais e internacionais, fazem denúncias, falam sobre seus trabalhos e projetos, cantam, declamam poesia, gargalham, choram, se encontram.

Trata-se de uma inversão do que se consideram saberes e falas que se constituem como verdades. Gonzalez (2018), ao falar da memória e consciência, diz que a memória, seria o não-saber que conhece e que institui uma história não escrita. Ao contrário da consciência, que seria a expressão dos discursos dominantes de uma cultura, que oculta a memória para impor o que considera verdade. Mas diz também que a memória tem suas astúcias, e assim como um bom capoeirista, sabe fazer a ginga e trazer o adversário para o seu jogo. Nesse sentido, o encontro de pretas traz para a roda nossas memórias, em um movimento contra-hegemônico do que se institui como verdade, impulsionando e escancarando o que, segundo Gonzalez (2018), a consciência insiste em encobrir, em alienar, em nos fazer esquecer:

> Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido (1). Só que isso ta aí… e fala. (GONZALEZ, 2018, p.197).

Isso tá aí, fala e se faz estratégia política. É uma quizomba política[48] que se constitui uma verdadeira festa/encontro de ***pretas*** que imprimem uma forma própria de fazer política, um território livre, pensado, organizado e protagonizado por mulheres pretas, em que nossas memórias nos guiam e nos possibilitam a convocação feita por nossa companheira Lélia Gonzalez às gerações do presente: à descolonização da cosmopercepção de mundo.

A partir do levantamento das demandas que surgem na "Pauta Preta Livre", é possível ao FEMNegras-RJ ter um termômetro das dinâmicas e questões que circulam pelo estado, a partir das percepções e análises das mulheres pretas interseccionalizadas pela geração, por diferentes territórios, pela orientação sexual, inserções políticas partidárias e sindicais, religiosidade, níveis de instrução... É um caldeirão de multiplicidades. Essas demandas podem se desdobrar, por exemplo, em temática para a plenária do "Diálogo com a ALERJ", em que o tema é levado para discussão, alguma especialista aprofunda o assunto e são levantadas sugestões e encaminhamentos para se pensarem projetos de lei, orçamento ou alguma proposição para elaboração ou melhoria de alguma política pública.

Em 2020, no período eleitoral[49], a "Pauta Preta Livre" focou na campanha "Eu voto nas pretas". Com a impossibilidade de realizar atividades presenciais, a campanha aconteceu de forma virtual. As candidatas pretas participaram de *lives* nas quais, com outras candidatas de partidos e regiões diferentes, apresentavam suas propostas e discutiam temáticas ligadas à gestão pública, como saúde, educação, segurança, direito à cidade, geração de emprego e renda, cultura, transporte, assistência social, a partir de uma perspectiva preta.

Com a diminuição do isolamento social e a volta de muitas ***pretas*** às atividades externas, ficou inviável manter três *lives* semanais. Atualmente, a "Pauta Preta Livre" é realizada uma vez por semana, abrindo outros dias e horários, quando são realizadas atividades específicas, como campanhas ou a própria Marcha das Mulheres Negras.

---

[48] Do quimbundo kizomba, festa, festejo.

[49] Eleições municipais para prefeitas/os e vereadoras/es.



Fotografia 37 – Montagem com imagens da Coordenação da Pauta Preta Livre
Fonte: Acervos Pessoais (2021)



Fotografia 38 – Montagem com imagens dos Cards de divulgação da Pauta Preta Livre.
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ



Fotografia 39– Card de divulgação da Pauta Preta Livre – Campanha eu voto nas Pretas, 2020
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

4.2. Fórum de Diálogo Permanente com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco

No final da tarde, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, entre parlamentares, assessores e o movimento de *rush*, um grupo de mulheres negras se amontoavam na entrada da casa legislativa. Ao chegar à recepção, um dos funcionários não sabia dar informações sobre a sala e o andar onde aconteceria a reunião. Perguntaram a um colega, reviravam folhas de anotações, no rosto via-se o desconhecimento total sobre o que estávamos falando. Lá de fora, um segurança gritou: "*É lá na sala do 3º andar*. *É lá... com aquele pessoal*".

Não era incomum, nas primeiras reuniões do Fórum de Diálogos, a estranheza com tanta mulher preta, colorida, circulando com desenvoltura e sem cerimônia naquele espaço. Gargalhadas e voz alta ouviam-se nos corredores, assim como a felicidade do encontro e da ocupação do espaço. Aquele movimento de ***pretas*** muito me lembrou os processos de ocupação urbana, como os "rolezinhos no shopping"[50], mesmo que nesse caso fosse uma ocupação pactuada e legislada, causava sensações parecidas, quando negras/os e pobres ocupam espaços onde, ainda que públicos ou abertos ao público, são vistos como elementos estranhos e/ou não desejados.

"*É lá... com aquele pessoal*". Ainda me arrependo de não ter voltado para perguntar ao segurança, quem era *"aquele pessoal*". E nós, quase que instintivamente, nos colocamos naquela posição, com um sorrisinho sem graça, concordamos ser parte "*daquele pessoal"*. As artimanhas perversas do racismo vão tomando corpo em nosso cotidiano, e muitas vezes não nos damos conta de como episódios como esse nos paralisam.

Viver em um país racista significa, desde muito cedo, aprender estratégias de sobrevivência e enfrentamentos que atravessam, o tempo todo, as nossas vidas. Quando Kilomba (2019) discute o "racismo genderizado" e narra um episódio de racismo vivenciado por ela na infância, coloca todas/os nós ali, diante da crueldade em que mais uma menina negra se vê paralisada e justamente por aquele homem

[50] Os rolezinhos eram encontros de jovens pretos e pobres, em shoppings, que causava uma onda de racismo e discriminação por parte de lojistas, seguranças e clientes.

branco, médico, que, naquele contexto, deveria cuidar, o sujeito no qual depositamos confiança em um momento de fragilidade dos nossos corpos.

"Olhei pra ele, calada. Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Mas lembro de sair do consultório em um estado de vertigem e de vomitar" (Kilomba, 2019, p. 93). Esse estado de vertigem, essa dor que fere nossas entranhas e nos cala, me trouxe à memória vários relatos de ***pretas*** do FEMNegras, contando como se viram petrificadas, quando expostas a situações racistas. Uma delas me contou que, quando um segurança de um shopping a interpelou na porta de entrada, querendo saber para onde ela ia e ela, educadamente, respondeu para onde iria. Depois, sozinha... calada... chorou. Ela estava indo almoçar, mas foi impossível comer naquele dia.

Tantos relatos de choros, silêncios e feridas ainda abertas vivenciadas por nós, mulheres pretas, adultas, *estudadas*, pesquisadoras, ativistas, com anos de militância. Nunca deixo de me surpreender com as mazelas deixadas pelos rastros sórdidos do racismo. Nunca deixo de me surpreender com as barreiras visíveis e invisíveis que insistem em nos cercear.

Entre os funcionários e *habitué*s da Casa, se formava um misto de espanto e repulsa de alguns e, de outros, olhos que brilhavam e cabeças que delicadamente acenavam, como quem se reconhece e gosta do que vê. Para algumas *pretas*, aquela casa também causava estranheza. Muitas nunca tinham entrado naquele espaço. O prédio suntuoso não faz parte dos nossos espaços de circulação e convivência de muitas de nós, mulheres pretas e pobres, ainda que, ironicamente, aquele espaço seja chamado de ˜casa do povo˜.

Nem a arquitetura, tampouco o design do mobiliário, eram "amigáveis" aos nossos corpos, mas nós insistíamos em subverter os planos da casa grande, instaurando ali, na espinha dorsal da gestão e do orçamento público, um fórum permanente para discutir, com o legislativo, as pautas pretas no estado do Rio de Janeiro.

O Fórum Permanente de Diálogos com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro (Fórum de Diálogo) é um espaço instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)[51], foi criado em 2017, tendo por

[51] O projeto de Resolução nº. 369/2016, de autoria das deputadas Martha Rocha e Tia Ju e do deputado Waldeck Carneiro, foi aprovado em 30/05/2017 e criou o Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro.

finalidade estabelecer um canal permanente de diálogo entre a ALERJ e os movimentos sociais organizados, que representam as demandas, reivindicações e pautas das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro. Possui uma coordenação colegiada, formada por deputadas/os da ALERJ e por representantes da sociedade civil, indicadas pelo Fórum de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro.

O Fórum Permanente foi encaminhado como projeto após uma audiência pública provocada pelo FEMNegras-RJ, em 2016. Nessa audiência, que contou com a participação do deputado Waldeck Carneiro (PT) e as deputadas Tia Ju (Republicanos) e Martha Rocha (PDT), foram discutidas algumas propostas, uma delas foi implementar uma instância formal, no âmbito da ALERJ, um fórum permanente que garantisse proposições, discussões e avanços relacionadas às pautas das mulheres negras. Naquele momento, foi apontada ainda a necessidade da criação de fóruns Itinerantes, em diferentes municípios, que possibilitassem maior diálogo e interação da sociedade civil com o poder público, em especial no que diz respeito às discussões de ementas ao orçamento público e à garantia de recursos que viabilizem políticas públicas voltadas para população negra.



Fotografia 40 – Solenidade de Instalação do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro.
Legenda: da esquerda para direita: Dolores Lima, Silvia Regina, dep. Martha Rocha, Ana Gomes, dep. Waldeck Carneiro, dep. Rosângela Zeidan, Clatia Vieira e Luciene Lacerda.
ALERJ, 03 de agosto de 2017
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ.



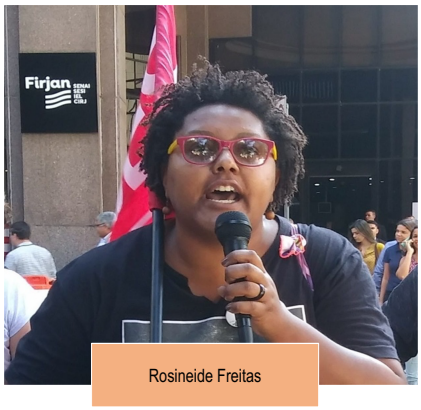
Fotografia 41 – Solenidade de Instalação do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro.
Legenda: da esquerda para direita: Ignez Teixeira, Silvia Regina, Dolores Lima, Regina, Clatia Vieira, Neusa Santos[52], Ana Gomes. ALERJ, 03 de agosto de 2017
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ (2017).

O FEMNegras-RJ entendia que era fundamental dialogar com a ALERJ, pois os projetos e encaminhamentos feitos naquela casa legislativa não contemplavam a população preta, pois nossas demandas eram diluídas nas propostas, não havendo nenhum projeto específico com recorte racial.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, o Fórum Permanente foi composto por duas deputadas — Tia Ju e Martha Rocha — e pelo deputado Waldeck Carneiro, signatários do projeto, além da presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada enfermeira Rejane; pelo presidente da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional, deputado Carlos Minc, e por cinco representantes da sociedade civil, indicadas pelo FEMNegras-RJ: Ana Gomes, Clátia Vieira, Dolores Lima, Silvia Regina e Luciene Lacerda.

[52] A irmã, Neusa Santos, nos deixou, em 2020, vítima de COVID-19. Em sua homenagem, o Centro Especializado de Atendimento a Mulher – CEAM Niterói, recebeu seu nome.

Em 2018, em homenagem à vereadora Marielle Franco, assassinada em março do mesmo ano[53], o Fórum Permanente passou a se chamar Fórum de Diálogo Permanente com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco. Em 2019, sua composição foi alterada[54]: foi incluído um representante da Comissão de Direitos Humanos e aumentou para sete o número de representantes da sociedade civil, que deveriam ser indicadas por entidades ou coletivos do movimento de mulheres negras, com atuação no âmbito do estado do Rio de Janeiro, garantindo paridade da coordenação colegiada entre deputadas/os estaduais e representantes do movimento de mulheres negras. No período em que esta pesquisa estava sendo realizada, compunham o Fórum Permanente: Aduni Benton, Ana Gomes, Dolores Lima, Lourdes Petronilho, Rosineide Freitas, Rosilene Toquartto, Clatia Vieira



Rosineide Freitas


Rosilene Torquato


Ana Gomes


Dolores Lima


Aduni Benton



Clatia Vieira

[53] Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes foram assassinados, após saírem de um evento, dia 14 de março de 2018, na Casa das Pretas, onde a vereadora participou de uma roda de conversa com jovens negras. Até a finalização dessa pesquisa, ainda nos perguntamos: Quem mandou matar Marielle e Anderson? O crime segue sem reposta.

[54] Incluir decreto de alteração



Fotografia 42 – Montagem com as pretas do Colegiado do Fórum de Diálogo Permanente com a ALERJ – Vereadora Marielle Franco
Fonte: Acervos pessoais (2020)

Quando o Fórum Permanente foi instaurado, em 2017, em um total de 70 deputadas/os estaduais que compõem a ALERJ, apenas sete mulheres haviam sido eleitas e, dessas, duas se autodeclaravam preta ou parda[55].

As eleições de 2018 foram fruto de uma série de mobilizações e se realizaram ainda sob o impacto do assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL. Nela, foram eleitas três candidatas negras, do mesmo partido: Mônica Francisco, Dani Monteiro e Renata Souza. As sementes de Marielle Franco se multiplicaram, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, com candidatas pretas, mandatas coletivas, representantes da comunidade LBTQI+, das periferias, interiores, favelas

[55] Deputadas eleitas: Daniele Guerreiro (MDB), Enfermeira Rejane (PCdoB – se declarou preta), Lucinha (PSDB), Marcia Jeovani (DEM), Martha Rocha (PDT), Tia Ju (Republicanos, se declarou parda) e Zeidan (PT). Com a saída de três deputados, entraram como suplentes Ana Paula Rechuan (MDB), Fatinha (Solidariedade) e Tânia Rodrigues (PDT). Informações disponíveis em: http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/QuemSao.

e asfalto pobre. Com as eleições de 2018, a bancada feminina da ALERJ ficou com 13 deputadas, sendo seis[56] autodeclaradas pretas ou pardas:



Fotografia 43 – Montagem com as deputadas eleitas e autodeclaradas pretas ou pardas
Fonte: Acervo ALERJ, 2021

4.3 – Nós por nós: votem nas mulheres negras (FEMNegras-RJ - Manifesto 2016)

Desde a eleição de 2016, com a campanha, “Nossa voz, nosso voto, nossa vez”[57], o FEMNegras-RJ discutiu pautas para a população negra com as candidatas

[56] Adriana Balthazar (NOVO), Alana Passos (PSL), Célia Jordão (Patriota), Dani Monteiro (Psol), Franciane Motta (MDB), Lusinha (PSDB), Martha Rocha (PDT), Mônica Francisco (Psol), Renata Souza (Psol), Rosane Félix (PSD), Tia Ju (Republicanos) e Zeidan (PT).

[57] Vídeo da campanha. Acervo Cultne. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=1933453446882235. Acesso em: 20 ago. 2020.

pretas que assinaram um documento de compromisso com as agendas apontadas pelo FEMNegras-RJ. As discussões levantavam questões relacionadas ao fato de as mulheres negras não serem utilizadas como instrumentos para completar cotas partidárias, também chamava a atenção a falta de apoio e estrutura que os partidos políticos, sem exceção, dispensavam às mulheres negras candidatas, que continuavam sem condições efetivas de participar do processo eleitoral.

O manifesto produzido pelo FEMNegras exigia que as coligações eleitas garantissem 50% de mulheres negras nas gestões municipais — em secretarias, câmaras municipais e mandatos —, pois isso possibilitaria assegurar e monitorar as políticas públicas voltadas a população negra, ao mesmo tempo em que permitiria um processo de aprendizagem sobre a gestão pública, fundamental para essas mulheres.

O documento apresentava a tarefa pública de criação de um fundo de empoderamento das mulheres negras, que fortalecesse as organizações e grupos municipais, colocando-se como exemplo para todo o país. Também faziam parte das reivindicações questões como investimentos políticos e orçamentários para as demandas da população negra, mandatos que dialogassem com a população, a garantia da vida da juventude negra, o direito à liberdade para exercer sua fé e a necessidade de assegurar que a população LGBTQI+ possa viver em cidades seguras.

Em um processo eleitoral que contou com 1547 mulheres negras candidatas no estado do Rio de Janeiro, concorrendo a cargos do legislativo e executivo, o FEMNegras-RJ chamava à responsabilidade as candidatas negras, para manter e avançar em nossas conquistas e nos representar e legislar para além dos gabinetes e das práticas políticas que nos excluem. Era uma chamada também a todas/os as/os eleitoras/es e aos partidos políticos, e o recado era preto e reto: que nossa voz seja ouvida, nosso voto seja respeitado e que as cidades saibam que é chegada a nossa vez (FEMNegras-RJ, 2016).

Esse documento, de acordo com o FEMNegras-RJ, não tinha prazo de validade e deveria ser levado para cada município, na perspectiva de promoção do fortalecimento das ações locais.



Fotografia 44 – Lançamento da Campanha – “Nossa voz, nosso voto, nossa vez”, com candidatas às eleições de 2016, no Clube Renascença, no Andaraí – RJ
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ (2016)

Nas eleições de 2018[58] e 2020[59], avaliando a sub-representatividade das mulheres negras nas urnas e, consequentemente, na gestão pública, a campanha “Eu voto nas pretas” deu continuidade à campanha anterior, e focou no incentivo a candidaturas e eleição de mulheres negras para cargos do legislativo e do executivo e, em 2020, ampliou a discussão sobre mulheres negras nos espaços de poder:

> Queremos fazer das próximas eleições um momento histórico de estímulo e fortalecimento das mulheres negras, elegendo candidatas que tenham comprometimento com políticas antirracistas e com a construção de uma sociedade de garantia de direitos, da efetivação da igualdade de oportunidades, do direito a diversidade e que priorize a vida.

[58] Nas eleições de 2018, votamos para escolha de deputadas/os estaduais, federais, senadoras/es, governo do estado e presidência. No estado do Rio de Janeiro, várias mulheres negras se candidataram para os cargos do legislativo: Dayse Oliveira (PSTU) foi a única candidata negra ao executivo estadual. Ivanete Silva (Psol) se candidatou como vice-governadora, junto ao candidato Tarcísio Mota.

[59] Em 2020, houve eleição para escolha de vereadoras/es e prefeitura. Benedita da Silva (PT) e Renata Souza (Psol), duas mulheres negras das classes populares e oriundas de favelas, foram candidatas à prefeitura da capital do estado do Rio de Janeiro.

> “Eu voto nas pretas” é um movimento de enegrecimento dos espaços de poder. Nosso apoio se amplia para todas as mulheres negras que ocupam espaços de poder na política, nos sindicatos, na gestão da Educação, da Saúde, da Assistência, na Cultura, na área Econômica, da Justiça, como também na esfera privada. (Manifesto da Campanha “Eu voto nas Pretas”, 2020).

De acordo com o manifesto da campanha, votar em uma mulher negra significava fazer uma escolha que visava a outras possibilidades de gestão da coisa pública e, nesse sentido, pensar em políticas para toda a sociedade, a partir de outras lógicas, estratégias e percepções do mundo. Estimulando e apoiando o aumento da candidatura e eleição de mulheres negras, buscavam também o comprometimento dessas candidatas em construir suas futuras mandatas e gestão, alinhadas as demandas da população preta.

Em conjunto com outras organizações de mulheres negras, no dia 07 de julho de 2018, a campanha foi lançada na Casa da Pretas, local de onde partiu , após participar de uma roda de conversa com jovens mulheres negras, quatro meses antes, Marielle Franco, junto com o motorista Anderson Gomes, tendo sido covardemente executados. Lançar a campanha naquele espaço era uma resposta à execução da vereadora, presentava uma resistência coletiva e esperançosa que tornava o luto em luta, em que se transbordava o sentimento de justiça e continuidade dos passos de Marielle e tantas ***pretas*** que nos antecederam.



Fotografia 45 – Campanha “Eu voto nas pretas – Casa das Pretas, julho/2018.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ, 2018.



Fotografia 46 – Apresentação das candidatas - Campanha “Eu voto nas pretas – Casa das Pretas, julho/2018.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2018)

O FEMNegras-RJ apontava que, se por um lado as mulheres negras são protagonistas em organizações e movimentos de base — nos territórios, nos espaços religiosos, nos movimentos de luta por moradia, e inclusive, ganhando espaço nas universidades, como pesquisadoras e no mercado literário — esse protagonismo não se refletia nas urnas. Lourenço (2020), ao trazer à memória a trajetória de Antonieta de Barros, primeira mulher negra eleita no Brasil como deputada estadual, em Santa Catarina, entre os anos 1935 a1937, aponta-nos similaridades que se perpetuam:

> Contudo, a singularidade da experiência de Antonieta é atual: se repete a cada novo processo eleitoral, se atualiza a cada nova foto de posse, se replica em cada discurso solitário no púlpito e se perpetua por quase cem anos. Em 2020, são 27% as mulheres autodeclaradas negras no Brasil, mas apenas 3% das que ocupam as prefeituras, 5% dentre as escolhidas para assembleias municipais legislativas na última eleição, 2% do Congresso Nacional e 1% na Câmara dos Deputados Federais. Mas há algo de novo. Se, por um lado, a representação na política institucional ainda é limitada, por outro, a presença e o protagonismo de mulheres negras têm sido progressivamente ampliados, pois não se trata mais de figuras solitárias em suas candidaturas e propostas. São pessoas que conscientemente levam consigo, as pautas políticas de uma coletividade, as narrativas de várias gerações e o legado de toda a ancestralidade. (LOURENÇO, 2020, p. 12).

A campanha “Eu voto nas pretas”, em 2020, ganhou outros contornos. Além de ser lançada em meio à pandemia de COVID-19, sendo realizada virtualmente, contou com um novo contexto: pela primeira vez haveria a inclusão do componente racial nos processos de candidaturas. As regras eleitorais foram alteradas e, além das cotas destinadas a candidaturas de mulheres[60], o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que os partidos deveriam dividir a verba pública de campanha e tempo de horário gratuito político de forma proporcional ao número de candidatas/os negras/os e brancas/os. Essa determinação surge da reivindicação de uma parlamentar negra:

> A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) fez uma consulta formal ao TSE questionando a extensão das cotas partidárias e critérios de financiamento, já existentes para mulheres, às candidatas e candidatos negros. (...) Nos últimos anos, o TSE consolidou a interpretação de que a cota de 30% para mulheres incidiria sobre as candidaturas efetivamente apresentadas e que ao menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha deveriam ser destinados a candidatas mulheres, bem como 30% do tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral. [...] Baseado nos princípios de equidade e não discriminação contra grupos específicos, a consulta da deputada Benedita requisitava para candidaturas pretas e pardas a extensão de três mecanismos de equidade de gênero: 1) cotas de 30% nas listas partidárias, 2) pisos na distribuição de financiamento, e 3) piso mínimo de tempo no Horário Gratuito Político- -Eleitoral (HGPE). (CAMPOS, 2021, p. 1).

O TSE acatou o piso na distribuição do financiamento público para campanha e tempo equitativo no horário gratuito eleitoral, por entender que seriam ações antidiscriminatórias. No entanto, por se tratar de responsabilidade do legislativo, os partidos não foram obrigados a ter um número mínimo de candidatas/os negras/os. Relatos de candidatas que participaram da campanha “Eu voto nas pretas” indicam

[60] A Lei 12.034/2009 tornou obrigatório o preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas. Na década de 1990, a Lei N.º 9.100 — Lei das Cotas — instituía que 20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Mas só valia para câmaras municipais. Em 1997, a Lei 9.504/97 — Lei das Eleições — instituiu mínimo de 30% para candidaturas de mulheres e ampliou para as assembleias estaduais e para a Câmara dos Deputados. No entanto, esse percentual era sobre o total de candidaturas que um partido ou coligação poderiam lançar e não sobre a totalidade de candidatos que de fato iriam concorrer, o que possibilitou uma série de manobras que, dentro da lei, não obrigava os partidos a terem candidatas. Só em 2009, que a lei torna obrigatório um percentual para candidaturas femininas.

que a verba não chegou e, para algumas, chegou apenas em data muito próxima ao dia da eleição, inviabilizando estratégias e organizações da campanha.

> "Quanto ao Fundo, até hoje eu não recebi nada porque, o deputado [...] simplesmente disse que já mandou uma ementa [...] e que a gente não teria recurso para trabalho. A única coisa que ganhamos do prefeito foram os santinhos. O meu demorou mais de duas semanas, foi entregue ontem. [...] Até agora não deram nada pra gente, a não ser papel e negócio de colar no carro. (Fala de uma candidata que participou da campanha).

A candidata revela que havia recebido um pequeno material para campanha, a menos de um mês das eleições. Alguns relatos deixavam evidente a disparidade com que mulheres negras eram tratadas pelos partidos, sem o menor apoio, mesmo para gastos básicos:

> Não teve incentivo nenhum do partido, eu não posso mentir. Os outros tem dinheiro até para comprar voto. Eu não tenho um real, nem para comprar água na rua e estou trabalhando de sol a sol [...] Mas os humilhados serão exaltados, é minha frase, meu lema dessa campanha. (Fala de uma candidata que participou da campanha).

Essa era uma das questões que o FEMNegras-RJ já denunciava desde a primeira campanha: a relação covarde dos partidos que não se comprometiam com as candidaturas de mulheres negras. Eram campanhas que muitas vezes aconteciam, sem nenhum recurso, nos intervalos entre o trabalho, a ida ao supermercado e os cuidados com a família. Em entrevista concedida a Revista Veja[61], a antropóloga Carmela Zigoni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), disse que, considerando todos os cargos, 29,86% das candidatas negras que concorreram às eleições de 2020 acessaram o auxílio emergencial[62] durante a pandemia de COVID-19 e que algumas dessas candidatas sequer estavam empregadas.

---

[61] Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/radar/pesquisa-mostra-a-desigualdade-de-mulheres-negras-na-da-politica/. Acesso em: 10 dez. 2020.

[62] Benefício financeiro destinado a trabalhadores(as) informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos(as) e desempregados(as) e tem por objetivo fornecer proteção **emergencial** no período de enfrentamento à crise causada pela **pandemia** do Coronavírus.Fonte:https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,causada%20pela%20pandemia%20do%20Coronav%C3%ADrus.

Criar um espaço, físico ou virtual, para que as candidatas negras pudessem apresentar e discutir suas propostas, serem vistas, conhecidas, foi fundamental para muitas delas. Sem maiores produções ou roteiros, para algumas, aquele era o único espaço de visibilidade e maior alcance. Como as *lives* eram gravadas e disponibilizadas no Facebook, tornaram-se um importante material de campanha. Aqueles encontros também significaram espaço de acolhida, tanto pelas pretas do FEMNegras-RJ, como também entre as candidatas.

Ao contrário dos debates políticos que acontecem no país, onde há o acirramento da disputa e as manobras para derrubar as/os outras/os, a condução da campanha pelo FEMNegras-RJ possibilitou que aquela experiência fosse um encontro de fortalecimento, de escuta e de construção coletiva. Mesmo sendo de partidos e vertentes políticas muito distintas, algumas inclusive inconciliáveis, fomos testemunhas de como mulheres negras fazem política: os saberes circulavam, houve respeito com quem foi forjada na política do fazer cotidiano, com as que estão na estrada há mais tempo e com as que chegaram agora. O respeito com aquelas que tinham dificuldade em falar ou com as que ainda não sabiam direito o que falar também foi visível.

Uma estratégia utilizada pelo FEMNegras-RJ nesse período eleitoral foi realizar ações que dialogavam e se complementavam. Enquanto as *lives* da campanha aconteciam, as “Pautas Pretas Livres” serviam de espaço para que as mulheres pretas falassem sobre as demandas dos seus municípios, o que possibilitava um espaço privilegiado para as candidatas. Neste mesmo período, o Fórum de Diálogo promoveu uma plenária, em forma de oficina, sobre elaboração de emendas parlamentares.

As candidatas pretas tiveram dificuldade em acessar o Fundo Partidário, eu não encontrei dados sobre o acesso desse recurso por um grupo que se tornou um fenômeno dessas eleições: as/os candidatas/os afroconvenientes. Pessoas que nunca se autodeclararam pardas ou pretas que, convenientemente, sem o menor pudor e com a anuência dos partidos, reivindicaram um pertencimento etnicorracial até então, nunca declarado. Nessa eleição, os privilégios das/os brancas/os permitiu até mesmo a possibilidade de ter vantagens se autodeclarando negras/os.

Foi apenas em 2014 que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu raça/cor nas informações das/os candidatas/os registradas/os, usando critério de

autodeclaração. De acordo com a Agência Senado[63] , nas eleições de 2020, pela primeira vez, candidatas/os negras/os foram maioria nas candidaturas de cargos do legislativo e executivo no país: 276 mil candidatas/os pretas/os pardas/os se registraram, o equivalente a 50% da totalidade das/os candidatas/os. De acordo com Campos (2021), apesar do alarde do recorde de candidatas/os que se autodeclararam pretas/os e pardas/os, os números não foram muito superiores aos das eleições de 2016. Ao analisar as candidaturas à vereança no país, ele observa que:

> De fato, pela primeira vez desde que a variável raça/cor foi incluída nos registros do TSE, as candidaturas pretas e pardas somaram 51% de todas as candidaturas a vereança. Nas eleições de 2016, contudo, não estávamos tão distantes desse patamar, já que as candidaturas pretas e pardas perfizeram 48,7%. O único grupo que realmente avançou em termos percentuais de 2016 para 2020 foi o de mulheres pretas e pardas, que saiu de 15,4% em 2016 para 17% em 2020. (CAMPOS, 2021, p. 2).

O autor enfatiza que houve uma diminuição no número absoluto e relativo de homens brancos eleitos para vereadores: 11% a menos entre as eleições de 2016 e 2020. No entanto, para as prefeituras, houve um aumento de 3,3% de eleitos, fazendo com que os homens brancos fossem prefeitos de 62,3% das prefeituras, após as eleições de 2020. Já as mulheres eleitas, autodeclaradas pretas e pardas, apresentaram crescimento de 23%. Mas, ainda que nós, mulheres negras, continuássemos avançando nesta mesma proporção a cada eleição, seria preciso, aproximadamente, 20 pleitos (80 anos) para alcançarmos o percentual de representação política equivalente à nossa participação na população (CAMPOS, 2021).

Para o FEMNegras-RJ, as eleições de 2020 trouxeram um debate interno muito intenso. Em um contexto político no qual discursos de ódio, deslegitimação e negação de lutas e conquistas, desmantelamento da coisa pública são alimentados por um governo fascista e genocida, reflexões e debates mais profundos e cautelosos foram exigidos. Era uma campanha voltada para o incentivo de candidaturas e eleição de mulheres negras, mas o apoio seria para todas as pretas, independente dos seus posicionamentos políticos? Qual seria a relação com

---

[63] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece.

candidatas que estavam em partidos não alinhados às pautas e reivindicações do FEMNegras-RJ, uma vez que é uma organização não partidária e, nos seus quadros, há uma diversidade de afiliações políticas?

Algumas ***pretas*** questionavam que, naquele momento político, seria muito arriscado e contraditório abrir a participação a todas as candidatas pretas, independente das suas filiações partidárias. Outras entendiam que seria possível a participação de todas, desde que as candidatas se comprometessem com nosso manifesto, que apontaria nossas posições. Havia ainda um grupo que defendia que apenas as candidatas pretas ligadas a partidos alinhados às nossas lutas ou que aquelas com quem fosse possível estabelecer diálogos em relação à gestão e à condição das políticas públicas deveriam participar.

Depois de algumas reuniões, discussões e avalições, a coordenação ampliada entrou em consenso e a opção foi chamar para campanha todas as ***pretas*** candidatas, correndo todos os riscos dessa decisão. Não era uma equação fácil, mas o desdobramento da campanha nos possibilitou entender alguns pontos nevrálgicos quando se trata de mulheres negras na política.

Por ser uma atividade *online*, essa edição da campanha possibilitou maior participação das candidatas, sobretudo as do interior do estado. As *lives,* eram transmitidas pela página do FEMNegras-RJ no Facebook[64]: a cada encontro participavam de quatro a cinco candidatas convidadas pela coordenação da campanha, pelas ***pretas*** do FEMNegras-RJ e algumas se autoconvidavam. Havia o cuidado em compor mesas com multiplicidade de partidos e região e, em um período de aproximadamente duas horas, elas falavam sobre suas propostas/plataformas políticas, interagiam com as pessoas que acompanhavam no *chat* e respondiam três perguntas pré-definidas:

1. Qual a importância da sua candidatura, enquanto mulher negra, para dentro do seu partido e para sua cidade?
2. Quais as principais demandas políticas que você identifica na sua cidade e quais seriam suas propostas para enfrentá-las de imediato?
3. O que você destaca no seu programa de campanha para enfrentar o racismo na sua cidade?

[64] Disponível em: https://www.facebook.com/FEMNEGRAS-RJ. Acesso em: 20 ago. 2020.

Uma das questões que elas apontavam era a dificuldade em sair como candidatas em alguns partidos, o que fazia com que muitas fossem para partidos de direita e/ou com posições diferentes das suas militâncias. Em alguns municípios sequer existia pluralidade partidária e estrutura que possibilitasse um número maior de candidaturas. Nas escolhas internas dos partidos, as listas de candidaturas que passa pelas mãos dos dirigentes (sim, no masculino), eram contaminadas de racismo e sexismo. Havia uma crença por parte de algumas candidatas de que, uma vez no partido, poderiam provocar mudanças internas e, com isso, incluir algumas pautas em suas agendas. Uma outra parte era formada por militantes com falas e vivências relacionadas à questão racial, mas, mesmo essas, ainda que em partidos de esquerda e com discursos antirracistas, apontaram dificuldades internas em relação a pautas raciais.

Essas primeiras questões fizeram com que o FEMNegras-RJ refletisse sobre a importância e o acerto, ainda que permeado de riscos, em apostar na chamada de todas as candidatas para participar da campanha. Isso possibilitou entender como esses processos de candidatura são mais complexos que escolhas entre direita e esquerda, provocando o exercício de pensar em estratégias de formação para as mulheres pretas que se colocam como candidatas. Uma das propostas levantadas pelo FEMNegras-RJ foi justamente criar espaços de formação política continuada, anteriores ao processo eleitoral. Ficou evidente na campanha, inclusive para as candidatas, como muitas de nós entramos nas disputas de pleitos eleitorais sem o mínimo de conhecimento e formação política. Eram poucas as candidatas que recebiam esse tipo de formação dentro dos partidos. Isso acontecia, de modo geral, nos partidos que se identificavam como de esquerda.

Numericamente, o resultado das urnas ficou aquém do esperado, mas a visibilidade das candidatas negras, cis, trans e travestis eleitas, e seus planos de governo alinhados às lutas e reivindicações dos seus grupos, avançou substancialmente. Porem, surgiram também ameaças e ataques de ódio, inclusive via internet, em um processo contínuo de assédios, violência, racismo, transfobia e intimidações.

4.4 – É chegada a nossa vez

Como o FEMNegras-RJ é uma organização estadual, as plenárias, como são chamados os encontros mensais organizados pelo Fórum Permanente na ALERJ, possibilitam que mulheres negras de diferentes regiões e municípios discutam e aprofundem temáticas com diferentes segmentos — governo, sociedade civil, universidade —, estabelecendo estratégias de intervenção, monitoramento, encaminhamentos e proposição de políticas públicas, projetos de leis, ao mesmo tempo em que se estabelece um espaço coletivo de formação.

As plenárias são abertas à participação da população, mas há uma convocatória direcionada às mulheres negras. Desde que se iniciou o período de isolamento social, em função da pandemia do COVID19, as plenárias têm acontecido em ambiente virtual. Por um lado, mesmo com as dificuldades de acesso à rede mundial e a equipamentos eletrônicos que possibilitem acompanhar as reuniões, que duram em torno de duas horas, o ambiente virtual facilitou a participação, pois quando esses encontros eram presenciais, havia custos financeiros e deslocamentos inviabilizavam muitas participações. Para algumas ***pretas,*** sair dos seus municípios até o município do Rio de Janeiro, pode levar de seis a oito horas de viagem de ônibus. Somam-se a isso gastos com estadia e alimentação.

Falta de recursos não era uma questão apenas para as que moravam fora do município, algumas de nós, mesmo sendo da capital ou da região metropolitana, não conseguiam participar por não terem como pagar o transporte — ônibus, trem, metrô. Às vezes, não conseguiam chegar a tempo da plenária, pois estavam em horário de trabalho ou tinham dificuldade no retorno para casa ao final da atividade. As plenárias acontecem durante a semana, no final da tarde, já que estão atreladas aos horários e dias de funcionamento da ALERJ.

Uma das prioridades do Fórum Permanente é garantir maior participação possível das ***pretas*** que compõem a coordenação ampliada, pois são as referências e articuladoras (ou potenciais articuladoras) locais. Há um movimento constante de incentivo à participação de representantes de diferentes municípios/regiões, possibilitando, com isso, pluralidade e capilaridade nas discussões e encaminhamentos. Isso possibilita que as ações de âmbito estadual sejam

construídas, a partir das demandas apresentadas pelas mulheres pretas dos municípios.

A perspectiva é impulsionar as organizações locais: se as plenárias se constituem como forma ampliada de discussão, esse encontro tem também o papel de fortalecer as articulações e diálogos nos municípios. Nesse sentido, se tornam fundamentais as plenárias descentralizadas, que promovem diálogos mais diretos com as gestões municipais.

Existe também um olhar muito cuidadoso na inserção de ***pretas*** que estão se iniciando na militância e, em especial, para as ***pretas*** que tiveram pouca oportunidade/contato com espaços como a ALERJ e com as discussões e temáticas que são realizadas.

Nas plenárias, todas temos direito a fala e falar naquele contexto é um exercício fundamental para romper com barreiras históricas: é nas plenárias que a voz tímida, com sotaque sem chiadeira, da ***preta*** do interior do estado, que quase não participou, pois achava que precisava de uma roupa especial para entrar na ALERJ, começa a trazer com propriedade as demandas da sua região, questionando e apontando caminhos, em um movimento de transformação, interna e externa. E ali, diante dos nossos olhos, vai crescendo e fortalecendo o desejo e a certeza de que aquelas cadeiras, microfones e canetas precisam ser ocupadas e conduzidas por nossas mãos pretas.



Fotografia 47 – Plenária do Fórum Permanente.
Legenda: da esquerda para direita: Ruth Salles, Dolores Lima (sentada), Neusa Santos (em pé) e Nanci Rodrigues (ao microfone).
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

Os temas propostos são elencados pelas mulheres negras em diferentes espaços de atuação do FEMNegras-RJ e são diretamente ligados as nossas agendas e lutas. São escolhidos pela pertinência, urgência ou ligados a datas e fatos importantes, como também, direcionados à formação das ***pretas***. Geralmente, giram em torno de pautas ligadas à educação, saúde, assistência social, direito à cidade, violência, juventude, racismo, movimento de mulheres negras, segurança pública, entre outros.

As reuniões plenárias são organizadas pelo colegiado do Fórum Permanente, que é responsável também por convidar as pessoas que irão provocar e apresentar o tema do mês. As/Os convidadas/os são de diferentes segmentos e representações, preferencialmente mulheres negras.



Fotografia 48 – 1ª Reunião Plenária Ordinária, em 27/02/18, “Intervenção Federal Militar na área da Segurança Pública.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2018)

O exercício de ocupar a ALERJ foi se transformando em uma estratégia educativa mensal, para além do papel político da nossa estética ou do entendimento da senhora que servia o café que, cuidadosamente, elegia quem merecia tomar café na xícara ou no copo plástico. Nas discussões organizadas pelas ***pretas***, com temáticas, referências e autoridades pretas, ensinávamos e aprendíamos que é preciso enegrecer as leis, o orçamento e a condução das políticas públicas; foi com e entre aquelas/es parlamentares, nesse caso homens brancos e mulheres negras,

que presenciamos as mudanças nas suas falas e posições, nas discussões políticas dentro e fora da ALERJ; é nesses movimentos, como nos aponta Gomes (2017), que os saberes vão se transformando em reivindicações que se tornam importantes políticas de Estado. Nesse sentido, as ações do FEMNegras-RJ têm contribuído para descolonização das políticas públicas nas gestões estadual e municipais do Rio de Janeiro.



Fotografia 49 – Montagem com *cards* das chamadas para as plenárias do Fórum de Diálogos
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2019-2020)



Fotografia 50 – Plenária do Fórum de Diálogos - 30/08/19
Fonte: Acervo do FEMNegras-RJ (2019)



Fotografia 51 – Reunião Virtual da Plenária do Fórum de Diálogo - “O impacto da pandemia na vida das mulheres pretas: um ano de convívio com a covid-19” – março/2021.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ (2021)

Considerações Finais



Fotografia 52 – Montagem com imagens da III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ

Era possível ouvir o samba e as gargalhadas de longe... Depois de percorrer a orla, na praça Heloneida Studart, no Leme, as pretas se encontram, como nos antigos mercados iorubas e igbos, onde as mulheres dominavam o espaço. Um mercado de encontro de antigos tabuleiros: o lugar de quizomba, das notícias atualizadas, onde se fecham negócios e se faz política ao pé do ouvido ou com sonoros brindes. É na praça que, entre barracas que vendem de roupas a bebidas, onde alguma ***preta*** puxa o samba, que todas nos encontramos e novas e velhas estratégias de liberdade são compartilhadas.

É ali, no meio do samba que comemoramos e relaxamos depois de meses de organização da marcha, são os suspiros de alívio e satisfação pelo evento que foi um sucesso. É verdade que houve correria e muito *desenrolo* para achar o documento de autorização que a Guarda Municipal exigia, bem no meio do evento, ameaçando proibir que a marcha prosseguisse; um quase desentendimento na busca pela companheira que ninguém encontrava e deveria distribuir os lanches; ou na orientação cansativa e necessária aos homens que insistem em entrar e às mulheres brancas que não desistem de tentar pegar o microfone; a notícia da ***preta*** que nos deixou, e a alegria das ***pretas*** que ainda não acreditavam estar ali.





Fotografia 53 – Montagem com momentos da Roda de samba ao final da III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.Fonte: Acervo FEMNegrasRJ

A marcha não foi foco desta pesquisa, ela sequer entra nas atividades escolhidas para análise, ela foi minha grande griot, que provocou meu encontro com o Fórum, não como uma interlocutora, mas como um espaço encarnado de tantas ***pretas***, que me guiou e inspirou a percorrer as multiplicidades de experiências, memórias e emaranhados de tempos e existências. Me impulsionou a buscar e compreender os diálogos e reflexões sobre as (re)existências das mulheres negras brasileiras, em nossas rotas de fuga e liberdade, nossas teimosias, enfrentamentos, trajetórias e encontros.

Se a marcha é a convergência dos discursos e práticas das ***pretas*** ao enfrentamento das condições de opressão racial, de classe, ao sexismo, bem como outros eixos de opressão interseccionalizados, uma das minhas primeiras inquietações foi justamente buscar compreender como esses discursos e práticas eram construídos e organizados, nas micro e macropolíticas estabelecidas pelo FEMNegras-RJ.

Foi dialogando com as lutas e resistências às condições de opressão das mulheres negras que fui entendo os processos educativos construídos por mulheres pretas brasileiras. Segundo Gomes (2017), ao analisar o movimento negro como contraponto às tramas raciais no Brasil e sua relação com a escola, identifica-o como sujeito não somente que demanda e exige olhares e práticas em relação a história e

realidade da população negra, mas como o sujeito que acaba por “desvelar o racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura de nossa sociedade.” (GOMES, 2017, p. 51). Nesse sentido, o movimento de Mulheres Negras tem se constituído, ao longo da sua história, como esse sujeito que vai além do levantamento de demandas, agendas e exigências. Ao retirar as camadas que encobrem as perversas relações e estruturas racistas, tem se embrenhado em uma dinâmica educadora, com ações contra-hegemônicas.

Assim como observou Souza (2011), no seu trabalho com jovens de grupos de Hip Hop, o FEMNegras-RJ também captou a necessidade não apenas de resistir, mas de (re)existir e, assim, no processo educativo de resistência, ao fazer a crítica, propõe outras formas de agir, fazer e ensinar, a partir dos nossos saberes, corpos e memórias. Nesse sentido, “resistir não é somente endurecer e sobreviver, é muito mais que isso, é resistir existindo de maneira nova e coerente com sua história ainda sendo contada”. (SOUZA, 2016, p.74).

Tal processo educativo entre/para/com as ***pretas*** é uma preocupação e tem sido foco de algumas ações do FEMNegras-RJ, como a organização de seminários, oficinas, rodas de conversa, nas *lives* e nas plenárias realizadas na ALERJ. Essas formações têm como foco o aprofundamento e a ampliação de algumas temáticas e a troca de experiências, em um movimento que entende a necessidade de se criarem instrumentos de luta, como também dominar as ferramentas já existentes e utilizá-las a nosso favor. Assim, esses processos de formação são espaços de fortalecimento para as lutas e vivências cotidianas, para impulsionar a atuação em outros espaços, inclusive o escolar/acadêmico, e para atuação política.

A relação com a gestão pública foi um ponto constante e muito presente nas falas das ***pretas*** que participavam das *lives*, das campanhas e nas ações desenvolvidas pelo FEMNegras-RJ. Inserção e interlocução com a esfera pública são entendidas como fundamentais, uma vez que, para a população preta e pobre no Brasil, o acesso à e a qualidade da coisa pública possibilitam educação, saúde e garantia de proteção social. Como diria Clatia Vieira, em uma de nossas conversas: “Quando tem ausência de políticas públicas, a gente explode nos números; quando tem a presença de políticas públicas, a gente desaparece. Mas a gente tá lá para virar esse jogo”

Foi possível verificar o avanço no que se refere à inserção das ***pretas*** na esfera pública, tanto pelo aumento das mandatas de parlamentares negras comprometidas com essas pautas, como também pela participação da sociedade civil nas discussões e proposições para a gestão pública, como é o caso do Fórum de Diálogos com a ALERJ,

ações internas do FEMNegras-RJ e seus movimentos de incentivo à formação de espaços municipais de diálogos com a gestão pública. Há também preocupação e discussões constantes em relação a como se estabelece a inserção nesses espaços, para que não sejam mais uma forma de cooptação e ajustamento a estas estruturas e velhas práticas de se fazer política e gestão.

As discussões sobre a política nacional estão presentes e relacionadas às realidades das esferas estaduais, municipais e, inclusive, às realidades vividas no território/bairro: há um exercício constante de alinhamento das pautas e das políticas nacionais com as questões locais e um interesse sobre como essas interferem no nosso cotidiano.

Ao contrário do que observei participando de algumas organizações feministas no Rio de Janeiro, nas quais pautas internacionais são frequentemente convocadas, no FEMNegras-RJ elas quase não aparecem, a não ser algumas, pontuais e de grande repercussão, como as manifestações antirracistas impulsionadas pelo assassinato de George Floyd[65] que aconteceram em vários países. O que é escândalo pelo mundo, aqui os assassinatos alimentados pelo racismo fazem parte de uma macabra agenda, promovida ou negligenciada pelo Estado brasileiro, pautada em massacres, esculachos e uma perversa manobra de culpabilização das vítimas.

Seis meses depois do assassinato de Floyd, aqui no Brasil, um dia antes do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, foi espancado e morto no supermercado Carrefour, em Porto Alegre. A lista de crianças, jovens, mulheres e homens negros que perdem suas vidas nas mãos da máquina racista da segurança pública é enorme.

Segundo dados do IPEA[66], 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras; a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes maior do que a de um não negro. Em relação às mulheres, 67% das vítimas de homicídio, em 2019, eram negras. As feridas internas, abertas pelos números inadmissíveis da violência impetrada contra a população negra, faz com que muitas mulheres pretas organizem suas vidas e militância política de enterro a enterro, de consolo e orientação aos que ficam e de uma luta, quase

---

[65] George Floyd, homem negro, assassinado por um policial branco, em maio de 2020, que com o joelho sobre o seu pescoço, o impediu de respirar, mesmo depois de ter sido imobilizado. A morte de Floyd deflagrou uma onda de protestos em vários países.

[66] CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). Atlas da Violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

insana, para se manterem vivas e com esperança de que nossa peleja ainda possibilite dias melhores.

Direito à vida, à saúde, à educação e à moradia ainda permanecem na lista das urgências e prioridades das agendas e pautas, como identificaram algumas das interlocutoras de pesquisa, pautas que já faziam parte das agendas do movimento de mulheres negras, antes mesmo da criação do FEMNegras-RJ. Com a pandemia, a fome ocupou o topo da lista das urgências. E isso me fez perguntar se essas lutas urgentes e cotidianas pelo pão e por direitos básicos, têm dificultado e/ou inviabilizado as discussões não apenas sobre o desmantelamento de estruturas de gestão e poder, mas o seu desmonte.

Pautas muito presentes no início da instituição do FEMNegras-RJ, como sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, aparecem muito pouco nas agendas atuais, estão na agenda, mas de modo insipiente. O mesmo ocorre como a participação e agendas referentes às mulheres negras trans, travestis e mulheres lésbicas e bissexuais, pois a pauta LGBTQIA+ faz parte de ações pontuais, em campanhas, documentos, mas ainda não se instituiu na fase atual do FEMNegras-RJ. No início da pesquisa, em entrevista com Neusa das Dores, uma das fundadoras do FEMNegras-RJ, mulher lésbica que é uma referência do movimento de mulheres negras no Brasil, ela falava sobre como essa agenda era difícil, mas muito presente no FEMNegras-RJ. Contava da dificuldade, e mesmo do medo, de muitas ***pretas*** em conduzir o tema de forma pública e os impasses e resistências em fazer tal discussão dentro do movimento negro. Falou também da importância e urgência do FEMNegras-RJ retomar esse debate.

Eu me dei conta de que, ao fazer a escolha das interlocutoras da pesquisa, isso também não foi uma questão pra mim. As ***pretas*** que entrevistei e com quem tive conversas mais próximas são todas mulheres cis e heterossexuais. A única ***preta*** lésbica que eu convidei para participar da pesquisa não aceitou, disse que não se sentia à vontade. Mas minha escolha por essa ***preta,*** não estava vinculada à diversidade de orientação sexual.

A situação me fez pensar na experiência do encontro com movimentos de mulheres negras relatados pelas ***pretas*** que participaram da pesquisa. Elas falaram de como esse encontro foi especial, de como suas vivências racistas foram coletivizadas e politizadas, de como foram acolhidas, mas sobretudo, contaram da experiência de terem encontrado seu lugar e de não quererem mais sair de lá. Isso me fez pensar em qual impacto, qual experiência de encontro o FEMNegras-RJ vem estabelecendo com as

mulheres negras trans e travestis? Eu ainda não sei. Precisamos pensar e conversar sobre isso.

A relação com o movimento feminista e o movimento de mulheres é estabelecido por diálogo e atuação conjunta, mas permeada de tensões, muitas vezes provocadas pela falta ou superficialidade de letramentos raciais desses movimentos. Nossas pautas, de acordo com o relato de algumas representantes do FEMNegras-RJ em outros grupos de mulheres, não raramente são invisibilizadas ou dissolvidas nas pautas e discussões gerais. O discurso é o da não universalização, mas a prática ainda tende a universalizar ações. Se isso não provoca rupturas, tem pelo menos gerado ações paralelas e autônomas do FEMNegras-RJ.

Como o FEMNegras-RJ tem uma estrutura horizontalizada*,* a relação com outros movimentos, inclusive com o próprio movimento negro e político-partidário, é muito diversificada. Os Fóruns Municipais de Mulheres Negras ou mesmo a organização das ***pretas*** que ainda não atuam como fórum, e que são vinculados ao FEMNegras-RJ, têm autonomia de atuação em suas regiões e municípios. O que se estabelece é um consenso entre a coordenação ampliada sobre alinhamentos e posicionamentos políticos. Tal dinâmica, por mais complexa e difícil que seja, permite ao FEMNegras-RJ uma atuação que tem como princípio o incentivo à autonomia e ao protagonismo das ***pretas***.

Nesse contexto, algumas questões se mostraram como pontos a serem ampliados e aprofundados, como: o que seria para as ***pretas*** do FEMNegras-RJ ser feminista ou ser feminista negra? Como percebem o feminismo negro? Como articulam o movimento de mulheres negras ao feminismo negro? Autodeclarar-se feminista ou feminista negra, não aparece com muita frequência nas falas das ***pretas*** do FEMNegras-RJ. Três das cinco interlocutoras entrevistas se autodeclararam feministas negras. Uma delas era oriunda do movimento feminista. Mesmo que algumas atividades do FEMNegras-RJ sejam classificadas como do feminismo negro ainda há uma certa resistência e uma relação ambígua ao se reconhecerem feministas. Apenas em uma atividade, observei uma ***preta*** falando de forma contrária ao feminismo, mas rapidamente as outras que participavam do evento se manifestaram favoravelmente.

A relação das ***pretas*** com o movimento negro não se revelou conflituosa. Há diferenças e críticas, mas, de um modo geral, o FEMNegras-RJ estabelece uma boa relação, inclusive de composição na proposição e organização de atividades. Entre minhas interlocutoras apenas uma não era oriunda de alguma organização do

movimento negro. Pela sua característica plural, algumas ***pretas*** do FEMNegras-RJ fazem parte de outras instituições ligadas ao movimento negro e feminista.

A relação com os homens negros também tem sido de diálogo e parceria. Não é raro, maridos, filhos, amigos e companheiros participarem dos bastidores de algumas atividades e confraternizações. Eles também estão nas pautas sobre segurança pública, violência e luto. A perspectiva do FEMNegras-RJ é coletiva, pensada e articulada para o "povo preto", um processo constante que busca propostas efetivas de transformar a realidade e a vida da população preta, mudar os números em que estamos incluídas/os.

Nas conversas com minhas interlocutoras da pesquisa, quando perguntei o que significava o movimento de mulheres negras, foi quase unanime o sentimento de espaço de transformação de vidas e realidades. Esse encontro e movimento de ***pretas*** teria como objetivo primeiro atingir não somente a vida das mulheres negras de forma positiva, o FEMNegras-RJ é um espaço de luta política pelas nossas vidas, pelas vidas pretas. Os laços fortes de afeto, cuidado, cumplicidade, de irmandade, que se estabelecem para além de territórios e espaços físicos, que ultrapassam a militância, é uma marca do movimento e, para algumas pretas, é o que lhe dá vida e fôlego.

Ao evocar as mulheres negras ao centro do mundo, o movimento de mulheres negras desloca o ocidente branco de lugar e ali estabelece formas organizativas e visões de mundo referenciadas em suas lutas e re(existências) cotidianas, forjadas nas experiências das ***pretas*** que nos antecederam e daquelas que ainda nos acompanham. São esses quilombos, como nos aponta Abdias Nascimento (2019), que estabelecem práticas de libertação, assumindo assim, o comando das nossas histórias e vidas.



Fotografia 54 – III Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo Cultne



Foto 55 – Montagem de imagens da III e V Marchas das Mulheres Negras do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo FEMNegras-RJ



Fotografia 56 – II Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Inverno de 2017
Legenda: Eu e meu filho Jetro, sob o manto do FEMNegras-RJ
Fonte: Acervo pessoal

Referências

ALMEIDA, Silvio. O que é **racismo estrutural.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Patrícia Teixeira. **Onde estão as pretas?:** movimentando-se para fora. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH/SP, 24., 2018, Guarulhos. Anais [...], Guarulhos: UNIFESP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1527899723_ARQUIVO_ANPHU_ONDE_ESTAO_AS_PRETAS_MOVIMENTANDO-SE_PARA_FORA_Patricia_Alves.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000. DOI https://doi.org/10.1590/%25x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAMISILE, Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, p. 257-279, dez. 2013. DOI https://doi.org/10.11606/va.v0i24.58303. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/58303/99093. Acesso em:

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. - **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20cconverg%C3%AAncias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades. Acesso em:

BOND, Letycia. Ipea: trabalho doméstico é exercido por mulheres mais velhas. **Agência Brasil**, São Paulo, 26 dez. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/ipea-trabalho-domestico-e-exercido-por-mulheres-mais-velhas#:~:text=Em%202018%2C%206%2C2%20milh%C3%B5es,3%2C9%20milh%C3%B5es%20eram%20negras.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015. DOI http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fnzjjpV7bQgZ7fjv8rPC4yc/?lang=pt&format=pdf.

CARDOSO, Cláudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 317-328, mar./jun. 2018. DOI 10.31418/2177-

2770.2018.v10.n.25.p317-328. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/618/546. Acesso em: 23 ago. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *In*: Hollanda. Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-289.

CAVALCANTE, Diogo. Caso Miguel: polícia indicia Sarí por abandono de incapaz com resultado morte. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 jul. 2020. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/caso-miguel-policia-indicia-sari-por-abandono-de-incapaz-com-resultad.html. Acesso em: 20 set. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

COLLINS. Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRIOLA. **Dossiê**: mulheres negras e justiça reprodutiva. Rio de Janeiro: Agência Malacacheta, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQQnZgeoBx/view. Acesso em: 23 out. 2020.

CULTNE. Marcha das Mulheres Negras: 2017. [*S. l.: s. n.*], 2017. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Cultne Acervo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e8UVp61DcXQ. Acesso em: 13 jul. 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. *In*: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. **Movimento negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 17-48.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 345-374, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/BxK3GdGdpbRc8XCygctTGcx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em:

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**. São Paulo: Todavia, 2021.

ERA o Hotel Cambridge. Direção: Direção: Eliane Caffé. Produção: Rui Pires, André Montenegro, Edgard Tenembaum e Amiel Tenenbaum. [*S. l.*]: Vitrine Filmes, 2017. 1 DVD (92 min), son., color.

EVARISTO, Conceição; A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46. Disponível em: https://bit.ly/3wTEj9H. Acesso em: 20 maio 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018. DOI https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/WFgLzfG77DN7xhh8MLsHMvb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2020.

GAIDZANWA, Rudo B. African feminism. **BUWA!: a Journal on African Women's Experiences**, Joanesburgo, v. 1, n. 1, p. 7-10, 25 jun. 2011. Disponível em: https://zmfellowship.org.za/wp-content/uploads/2018/10/Africa-Feminism-Rudo-Gaidzanwa.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, Rio de janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GLISSANT, Édouard. **El discurso antillano**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe: **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 9-22. jan./jun. 2018. DOI https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46646. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46646/31116. Acesso em: 26 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p 223-244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. [*S. l.*]: Plataforma Gueto, 2014.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Sojourner Truth: a verdade é poderosa e ela prevalece! *In*: SILVA, Joselina da (org.). **O pensamento de/por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p. 49-63.

KILOMBA, Grada. **Desobediências Poéticas**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. **Violência política e eleitoral no Brasil**: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos: Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/23551. Acesso em: 30 nov. 2020.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Feminismo negro em construção**: organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

LORD, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: Antígona, 2017.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2011.

NETTO, Carolina Angélica Ferreira. **Por uma educação antirracista**: o teatro do oprimido como ferramenta de percepção e transformação da realidade de meninas negras. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://dippg.cefet-

rj.br/pprer/attachments/article/81/113_Carolina%20Ang%C3%A9lica%20Ferreira%20Netto.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47605/R%20-%20T%20-%20MEGG%20RAYARA%20GOMES%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 ago. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem**!: corpos que escapam às normas de raça e de gênero. São Paulo: Devires, 2020.

PINHEIRO *et al*. **Texto para discussão 2528**: os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília, DF: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, Rio de janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457,2. sem. 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033. Acesso em: 14 ago. 2020.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). Lua Nova, São Paulo, v. 85, p. 41-79, 2012. DOI https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/GZGfkVrFDVQyzs7XgXpG83D/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 mar. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI;UnB, 2015.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Feminismo negros e ativismo de mulheres negras: 1870-1888. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 1, 1. sem. 2019. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/08/FEMINISMO-NEGRO-E-ATIVISMO-DE-MULHERES-NEGRAS-%E2%80%93-1870-1888-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf/. Acesso em: 13 ago. 2020.

SANTOS, Sonia Beatriz dos. Exercícios epistemológicos possíveis: Zora Neale Hurston e bell hooks. *In*: SILVA, Joselina da (org.). **O pensamento de/por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p.129-146

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102/6274. Acesso em:

SILVA, Joselina da. Enfrentamento ao racismo: luta e resistência das mulheres negras do RJ. *In*: Reunião Plenária Ordinária, 2020, Rio de Janeiro. **Transmissão gravada** [...] Rio de Janeiro: Fórum Permanente de Diálogo com as mulheres negras do Estado do Rio de Janeiro vereadora Marielle Franco, 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=703802563594231. Acesso em:

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras da década de 1980. *In*: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri

Mendes Pereira (org.). **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-39.

SILVA, Joselina da. O pensamento de Pedrina de Deus. *In*: SILVA, Joselina da. (org.). **O pensamento de/por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p.65-86.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A escravidão dos povos africanos e afro-brasileiros: a luta das mulheres escravizadas. **Organizações e Democracia**, Marília, v. 16, n. especial, p. 85-100, 2015. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5138. Acesso em:

SILVA, Shirlei Santos de Jesus. Representatividade parlamentar das mulheres negras nas eleições de 2014 e os possíveis fatores influenciadores na não equidade da disputa eleitoral. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 287-306, 2015. DOI https://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.16331. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/16331/10989. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA JUNIOR. Paulo Melgaço da. "Desmunhecando deste jeito você não pode trabalhar aqui": reflexões sobre bichas pretas, escolas e possibilidades de trabalho. *In*: PINHEIRO, Diógenes, REIS, Claudia (org.). **Quando LGBTs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Malabares, 2020. p. 229-252. E-Book.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, Renata. O feminicídio político e o epistemicídio. **Mídia Ninja**. [*S. l.*], 18 mar. 2020a. Disponível em: https://midianinja.org/renatasouza/o-feminicidio-politico-e-o-epistemicidio/. Acesso em: 10mar. 2021.

SOUZA, Renata. Feminicídio político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 119–133, 2020b. DOI https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.42037. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42037. Acesso em: 30 set. 2021.

TELO, Florita Cuhanga António Telo. **Autonomia reprodutiva entre Nkento Angolanas**: narrativas e escolhas. 2019. (Tese). (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA: 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30650/1/TESE%20FLORITA%20TELO%20.pdf. Acesso em:

VIEIRA, Clátia. CULTNE na TV - Programa Clátia Vieira. [Entrevista cedida a Carlos Alberto Medeiros]. [*S. l.: s. n.*], 2018. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Cultne Acervo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mlq-zvEV18A. Acesso em: 12 out. 2020.

XAVIER, Leila da Silva; MOTTA, Stefano. A decolonialidade do corpo negro nas telas. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 35-43, jan./jun. 2018. DOI https://doi.org/10.12957/(syn)thesis.2018.54539. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/54539/35214. Acesso em: 31 mar. 2021.